

**CENTRO UNIVERSITÁRIO MACEIÓ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE,
TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**PROGRAMA MULHERES MIL: HISTÓRIA DE VIDA COMO
POSSIBILIDADE DE AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS**

EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA

**MACEIÓ, AL - BRASIL
Maio de 2024**

**PROGRAMA MULHERES MIL: HISTÓRIA DE VIDA COMO POSSIBILIDADE DE
AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM SOCIEDADE, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Aprovada por:

Profa. Dra. Jesana Batista Pereira (Orientadora)

Profa. Dra. Vivianny Kelly Galvão (Coorientadora)

Profa. Dra. Adriana de Lima Mendonça

Profa. Dra. Lorena Madruga Monteiro

Prof. Dr. Antônio Carlos Santos de Lima (Membro externo)

Profa. Dra. Regina Maria de Oliveira Brasileiro (Membro externo)

MACEIÓ, AL - BRASIL

Maio de 2024

O48p

Oliveira, Evilma dos Santos

Programa Mulheres Mil: história de vida como possibilidade de avaliação de implementação de Políticas Públicas / Evilma dos Santos Oliveira ; orientação [de] Dra. Jesana Batista Pereira ; coorientação [de] Dra. Vivianny Kelly Galvão. – Maceió, 2024.

160 f.: il.

Tese (Doutorado) -Centro Universitário de Maceió – Unima | Afya, Maceió, 2024. Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Políticas Públicas (SOTEPP), 2024.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Território e Políticas Públicas.

Bibliografias. p. 134-141.

1. Políticas públicas. 2. Mulheres. 3. Qualificação profissional. 4. Programa Mulheres Mil. I. Pereira, Jesana Batista (orient.). II. Galvão, Vivianny Kelly. (coorient.). III. Centro Universitário de Maceió. IV. Título.

CDU 396

Catálogo na fonte: Biblioteca do Centro Universitário de Maceió, Unima | Afya
Bibliotecária responsável: Adriele da Silva Lima CRB-4/1898.

As mulheres que generosamente compartilharam suas histórias de vida, seus conhecimentos e seu tempo para contribuir com esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais uma conquista, por ter guiado meus pensamentos e pela perseverança que me concedeu nos momentos em que fui invadida por um turbilhão de sensações e fortes turbulências.

A Nossa Senhora por sua intercessão, minha mãezinha querida, que sempre foi luz em minha vida e me guiou nessa caminhada.

Ao Instituto Federal de Alagoas pelo apoio incondicional e recursos financeiros disponibilizados sem os quais não seria possível a conclusão dessa importante etapa de minha acadêmica.

A minha orientadora, a Profa. Jesana Batista Pereira, minha gratidão pela paciência, comprometimento e direcionamentos. Sou muito grata por acreditar em minha pesquisa e pelas palavras que me encorajaram a dar continuidade e concluir essa jornada. Estendo meu agradecimento a banca examinadora que de forma muito cuidadosa dedicou seu tempo para contribuir de forma significativa para o amadurecimento e construção desta pesquisa.

Aos professores e colegas do programa que diante de uma pandemia conseguiram tornar os momentos de aprendizagem mais leve, com respeito, dedicação e compartilhando tantos conhecimentos.

A minha família, pelo apoio incondicional, por compreenderem minhas ausências, pelas orações e por acreditarem que seria possível a realização desse sonho.

As mulheres que deram suas vozes, dedicaram seu tempo e abriram seus corações para contar suas histórias de superação e desafios enfrentados ao longo da vida. Espero honrar cada fala, gesto e contribuições que vocês compartilharam de forma generosa comigo.

A todos que de alguma forma contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

RESUMO

A presente pesquisa propõe uma reflexão sobre as políticas públicas e programas governamentais voltados para mulheres no Brasil, utilizando como recorte o Programa Mulheres Mil no período de 2005 a 2019 e seus desdobramentos no Instituto Federal de Alagoas. Sendo o Programa Mulheres Mil uma política pública de combate às desigualdades de gênero, redução da pobreza, elevação da escolaridade e diminuição da violência contra a mulher o desenho deste estudo está organizado para responder ao seguinte questionamento: o Programa Mulheres Mil contempla em sua formulação compromissos com a inserção produtiva e com o enfrentamento à desigualdade de gênero, contribuindo, dessa forma, para o pleno exercício da cidadania das mulheres atendidas? Para tanto, identificou-se de forma sistemática e analítica as formulações de políticas públicas para mulheres, os avanços e desafios dos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, a proposta do Programa Mulheres Mil enquanto política social de inclusão e de gênero e a percepção das egressas a partir da formação profissional e estímulo à educação formal nos cursos ofertados. Diante do objeto de estudo, a pesquisa centrou-se em uma abordagem qualitativa tendo como método a história oral. Foram analisadas as histórias de vida de dez egressas que foram beneficiárias do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Alagoas. A coleta de dados se deu entre Outubro de 2022 e Janeiro de 2023 em encontros presenciais para o registro de suas histórias de vida. As narrativas foram categorizadas em torno de três eixos: perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas, a elevação da escolaridade das egressas após a participação do Programa e a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho de acordo com a formação profissional recebida. As narrativas revelam que as egressas estão na faixa etária entre 29 e 61 anos, 70% são casadas e têm entre 01 a 06 filhos. A maioria (60%) possui o Ensino Médio completo, no entanto apenas 10% deu prosseguimento aos estudos após a participação no Programa. A análise sobre a renda das egressas demonstra que 50% exercem algum tipo de atividade remunerada. Percebeu-se ainda que as beneficiárias conseguiram colocar em prática os conhecimentos adquiridos nos cursos, mas não foram inseridas no mercado de trabalho formal. As histórias de vida das mulheres entrevistadas revelaram que a participação do Programa tiveram efeitos positivos em relação ao resgate da autoestima, descoberta de seus direitos e a vivência com uma educação cidadã. Quanto à elevação da escolaridade foi constatado que uma parcela significativa (90%) das egressas não conseguiu retomar os estudos. Os resultados demonstram a importância de fomentar o debate sobre os desafios na formulação e implementação de políticas públicas para mulheres.

Palavras-Chave: Políticas públicas, Mulheres, Qualificação profissional, Programa Mulheres Mil

ABSTRACT

The present research proposes a reflection on public policies and government programmes aimed at women in Brazil, using as a shortcut the Mulheres Mil Program in the period from 2005 to 2019 and its developments at the Federal Institute of Alagoas. Since the Mulheres Mil Program is a public policy of combating gender inequalities, reducing poverty, raising schooling and reducing violence against women, the design of this study is organized to answer the following question: does the women's mil Program envisage in its formulation commitments with productive inclusion and with the tackling of gender disparity, thus contributing to the full exercise of citizenship of women served? To this end, we systematically and analytically identified the formulations of public policies for women, the advances and challenges of the National Policies Plans for Women, the proposal of the Women's Mill as a social policy of inclusion and gender and the perception of the progress from vocational training and incentive to formal education in the courses offered. Faced with the object of study, the research focused on a qualitative approach using oral history as a method. The life stories of ten graduates who were beneficiaries of the Mulheres Mil Program at the Federal Institute of Alagoas were analyzed. The data collection took place between October 2022 and January 2023 in face-to-face meetings to build their life stories. The narratives were categorized around three axes: the socio-economic profile of the women interviewed, the elevation of the schooling of the graduates after participating in the Program and the insertion of women in the formal labour market according to the vocational training received. The narratives reveal that the exgresses are in the age group between 29 and 61, 70% are married and have between 01 and 06 children. Most (60%) have completed secondary education, but only 10% have continued their studies after participating in the Programme. The analysis on the income of the graduates shows that 50% are engaged in some kind of paid activity. It was also noticed that the beneficiaries were able to put in practice the knowledge acquired in the courses, but were not inserted into the formal labour market. The life stories of the women interviewed revealed that the participation of the Program had positive effects in relation to the rescue of self-esteem, the discovery of their rights and the living with a citizen education. With regard to the increase in schooling, it was found that a significant proportion (90%) of the graduates failed to resume their studies. The results demonstrate the importance of fostering debate on the challenges in formulating and implementing public policies for women.

Keywords: Public policies, Women, Professional qualifications, Mulheres Mil Program

RESUMEN

La presente investigación propone una reflexión sobre las políticas públicas y programas gubernamentales dirigidos a las mujeres en Brasil, utilizando como recorte el Programa Mujeres Mil en el período de 2005 a 2019 y sus desarrollos en el Instituto Federal de Alagoas. Siendo el Programa Mujeres Mil una política pública de combate a las desigualdades de género, reducción de la pobreza, elevación de las tasas de escolaridad y disminución de violencia contra la mujer el diseño de este estudio está organizado para responder a la siguiente pregunta: ¿El Programa Mujer Mil contempla en su formulación compromisos con la inclusión productiva y con el enfrentamiento a la desigualdad de sexo, contribuyendo, de este modo, al pleno ejercicio de la ciudadanía de las mujeres atendidas? Para ello, se identificó de forma sistemática y analítica las formulaciones de políticas públicas para mujeres, los avances y desafíos de los Planes Nacionales de Políticas para Mujeres, la propuesta del Programa Mujeres Mil como política social de inclusión y de género y la percepción de las egresas a partir de la formación profesional y estímulo a la educación formal en los cursos ofrecidos. Ante el objeto de estudio, la investigación se centró en un enfoque cualitativo teniendo como método la historia oral. Se analizaron las historias de vida de diez egresas que fueron beneficiarias del Programa Mujeres Mil en el Instituto Federal de Alagoas. La recopilación de datos se llevó a cabo entre octubre de 2022 y enero de 2023 en reuniones presenciales para construir sus historias de vida. Las narrativas fueron categorizadas en torno a tres ejes: perfil socioeconómico de las mujeres entrevistadas, la elevación de la escolaridad de las egresas tras la participación en el Programa y la inserción de mujeres en el mercado laboral formal de acuerdo con la formación profesional recibida. Las narrativas revelan que las egresas están en el rango de edad entre 29 y 61 años, 70% son casadas y tienen entre 01 y 06 hijos. La mayoría (60%) tiene la educación secundaria completa, sin embargo sólo el 10% ha continuado sus estudios después de la participación en el Programa. El análisis sobre la renta de las egresas demuestra que el 50% ejercen algún tipo de actividad remunerada. Se percibió también que las beneficiarias pudieron poner en práctica los conocimientos adquiridos en los cursos, pero no fueron insertadas en el mercado de trabajo formal. Las historias de vida de las mujeres entrevistadas revelaron que la participación en el Programa tuvo efectos positivos en relación al rescate de la autoestima, descubrimiento de sus derechos y la vivencia con una educación ciudadana. En cuanto a la elevación de la escolaridad se constató que una parte significativa (90%) de las egresas no pudo retomar los estudios. Los resultados demuestran la importancia de fomentar el debate sobre los desafíos en la formulación y implementación de políticas públicas para las mujeres.

Palabras clave: políticas públicas, Mujeres, Cualificación profesional, Programa Mujeres Mil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Procedimentos e fluxo para execução do Pronatec/BSM Mulheres Mil.....	75
Figura 2 - Representação gráfica do mapa do Brasil apontando a expansão da Rede Federal de Educação nos Estados Brasileiros.....	79
Figura 3 - Representação gráfica do mapa do Estado de Alagoas e a localização dos Campi do Instituto Federal de Alagoas.....	82
Figura 4 – Representação gráfica do mapa do Estado de Alagoas e atuação do Programa Mulheres Mil.....	88
Figura 5 - Nível de participação da população entre 25 e 49 anos.....	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População ocupada, por sexo, segundo os grupos de atividades - Brasil 2022...	53
Gráfico 2 - Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução - Brasil 2022.....	55
Gráfico 3 - Rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil – 2012/2022.....	56
Gráfico 4 – Número de vagas ofertadas e alunos concluintes dos cursos do Programa Mulheres Mil em Alagoas nos anos entre 2014 e 2017.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ações do Ministério da Mulher em parceria com outros Ministérios 2023.....	45
Quadro 2 - Projeto Piloto Programa Mulheres Mil nos Estados brasileiros da região Nordeste.....	67
Quadro 3 - Relação dos Cursos de Formação Inicial e Continuada do Mulheres Mil no IFAL– 2014 – 2017.....	88
Quadro 4 – Matriz Curricular do Programa Mulheres Mil/IFAL.....	90
Quadro 5 - Perfil das egressas entrevistadas.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ofertas, número de cursos e matrículas no IFAL.....	83
Tabela 2 - Matriz Curricular do Programa Mulheres Mil/ PRONATEC.....	91
Tabela 3 - Número de vagas e instituições contempladas para oferta do PMM 2023.....	94
Tabela 4 - Perfil referente a atividade econômica.....	113

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABC - Agência Brasileira de Cooperação.

ACCC - Associação dos Colleges Comunitários do Canadá.

AI/GM - Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro.

ARAP - Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia.

Art. - Artigo.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CEDU – Centro de Educação.

CEFETS - Centros Federais de Educação Tecnológica.

CIDA/ACDI - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional.

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

CNPM - Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres.

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

CRIA - Programa Criança Alagoana.

DEAM - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

Dr^a - Doutora.

EAFS - Escola Agrotécnica Federal de Satuba.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

EUA - Estados Unidos da América.

FEDM - Fundo Especial dos Direitos da Mulher.

FHC - Fernando Henrique Cardoso.

FIC - Formação Inicial e Continuada.

IFAL – Instituto Federal de Alagoas.

IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

IFs - Institutos Federais.

LBT - lésbicas, bissexuais e transexuais.

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

MEC - Ministério da Educação.

MRE - Ministério das Relações Exteriores.

ONU - Organização das Nações Unidas.

OPM - Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres.

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.

PEC - Proposta de Emenda Constitucional.

PMM - Programa Mulheres Mil.

PNAISM - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

PNPM - Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PPA - Plano Plurianual.

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Prof^a - Professora.

PROFIAP - Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional.

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

REDENET - Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica.

SEDIM - Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher.

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

SPM - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

UFAL - Universidade Federal de Alagoas.

UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNICEF - Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES.....	23
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS.....	23
2.2 CAMINHO PERCORRIDO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES.....	31
3 DESIGUALDADES DE GÊNERO E INSERÇÃO PRODUTIVA.....	47
4 PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.....	57
4.1. PRESSUPOSTOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	58
5 PROGRAMA MULHERES MIL: POLÍTICA SOCIAL DE INCLUSÃO E GÊNERO.....	65
5.1 CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO.....	65
5.2 METODOLOGIA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO.....	69
5.3 PROGRAMA MULHERES MIL NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO.....	73
5.4 PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL E A EXPERIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS.....	78
6 PERCURSO METODOLÓGICO.....	96
6.1 ASPECTOS ÉTICOS.....	97
6.2 NATUREZA DO ESTUDO.....	98
6.3. POPULAÇÃO ESTUDADA.....	100
6.4 PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DAS PARTICIPANTES.....	101
6.5 COLETA DE DADOS.....	103
6.6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	106
6.6.1 Perfil socioeconômico: quem são as egressas?.....	108
6.6.2 Formação e elevação da escolaridade.....	111
6.6.3 (Re)Inserção no mercado de trabalho.....	113
7 HISTÓRIAS DE VIDA DAS EGRESSAS: PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA MULHERES MIL.....	116
7.1 “AGRADEÇO PELO CONVITE”.....	117
7.2 “EU FUI UMA DAS PRIMEIRAS FILHAS DE MEUS PAIS A TERMINAR O SEGUNDO GRAU E ÉRAMOS 11 FILHOS”.....	120
7.3 “APRENDI QUE MEUS FILHOS NÃO ATRAPALHAM MINHA VIDA”.....	122
7.4 “VIXE MARIA, CHEGOU MINHA VEZ!”.....	123
7.5 “NUNCA PAREI PRA PENSAR NO QUE EU QUERIA SER NA VIDA!”.....	124
7.6 “NUNCA TIVE INCENTIVO PARA CONTINUAR A ESTUDAR. TINHA QUE TRABALHAR”.....	125
7.7 “ADQUIRI MUITO CONHECIMENTO E ISSO NINGUÉM TOMA DA GENTE. QUANTO MAIS SE TEM É MELHOR”.....	126
7.8 “FUI CANDIDATA A VEREADORA PARA REALIZAR O SONHO DE MEU PAI”. 127	
7.9 “MINHA VIDA NÃO TEM NADA DE IMPORTANTE PRA CONTAR”.....	128

7.10 “TEM DIAS QUE TRABALHO ATÉ DE MADRUGADA E MESMO CANSADA SOU GRATA”	129
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICE.....	143
ANEXOS.....	144

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre experiências vividas, sobre trajetória de vida significa marcar um encontro com alguém que talvez nem mais exista dentro da gente. É tentar relembrar de fatos, momentos marcantes, pessoas importantes, marcas, lembranças individuais e coletivas que constituem a nossa história de vida.

Desde criança, quando sonhava que vivia em uma casa bonita, com jardim, abastecimento de água, energia elétrica, que meus pais não eram divorciados, que estudava em uma escola linda, que tinha muitas roupas e brinquedos, minha fruta preferida era morango, mesmo os vendo só nos livros didáticos, aprendi que sonhar significava fugir da dura realidade que estava ao nosso redor. Fui superando os obstáculos que me foram impostos, alguns deixaram cicatrizes, mas tudo foi se transformando em superação.

Superação que sempre foi encontrada na escola pois ali podia continuar sonhando e assim fui me constituindo como docente mesmo não tendo, naquele momento, a clareza dos desafios a serem percorridos no processo de formação docente. Ser professora sempre foi uma certeza em minha vida profissional. Queria cursar o Magistério e lecionar “de verdade” pois ao brincar de escola já exercia a profissão alfabetizando minhas colegas.

Iniciei minha vida escolar em uma escola estadual situada na cidade de Limoeiro de Anadia, onde cursei as três primeiras séries do Ensino Fundamental. Dentre idas e vindas para minha cidade natal, São Miguel dos Campos, fui dando continuidade aos estudos. No ano de 1999 mudamos para a cidade de Arapiraca. Foi nessa cidade que concluí o Ensino Fundamental e Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino.

No ano de 2002 ingressei no curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Alagoas, localizada na cidade de Arapiraca. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (UNEAL, 2012, p.8), o mesmo “deve formar profissionais que compreendam as diversas relações que permeiam o ato pedagógico. Enfatizando-o como ato político, capaz de construir novos saberes e novas relações de poder dentro da Sociedade”.

A cada período fui enriquecendo minha formação acadêmica. A partir de novos olhares e a cada componente curricular ofertado íamos nos identificando com determinadas áreas do conhecimento. A vivência de pedagoga, enquanto campo de atuação, sempre foi rodeada de sentimentos contraditórios. De um lado um desejo profissional realizado e de outro a desesperança do ato de educar diante das situações vivenciadas no fazer pedagógico.

Ao cursar a disciplina Teorias e Práticas da Educação de Jovens e Adultos, cuja

ementa aborda “movimento em defesa do reconhecimento da educação de jovens e adultos enquanto direito e as condições sociais e históricas que produziram e produzem o analfabetismo no Brasil” (UNEAL, 2012, p.88), despertei o interesse em desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso nessa temática. A pesquisa¹ foi desenvolvida no Presídio Desembargador Luiz de Oliveira Souza e teve como objetivo de entender o papel da educação de jovens e adultos no processo de ressocialização dos apenados. Trazendo reflexões sobre o trabalho desenvolvido nos presídios para modificar o caótico quadro de desigualdade e exclusão existente em nosso país a partir da visão dos jovens e adultos que se encontram encarcerados. Com a realização da pesquisa tive a oportunidade de estudar e conhecer melhor o universo da Educação de Jovens e Adultos.

Concluí o curso de Pedagogia no ano de 2007 tendo uma base humanística, como preconiza o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (UNEAL, 2012, p.13) ao profissional egresso da UNEAL é conferida “habilidade crítico-reflexiva, com capacidade de se colocar frente ao diálogo técnico-científico e as demandas apresentadas, com uma postura ética condizente com o exercício profissional”.

Minha primeira experiência na área de educação se deu no ano de 2005, quando contratada por uma escola de Ensino Fundamental para exercer a função de docente na Educação Infantil. Estava no 2º período do curso de Pedagogia e a oportunidade de vivenciar na prática as teorias estudadas na universidade era algo fascinante. Foi um momento rico de aprendizagem e interações construtivas.

No ano de 2008, fui aprovada no concurso público para exercer a função de pedagoga no Instituto Federal de Alagoas. A concretização de um sonho e um desafio para uma recém formada, que pouco entendia da grandeza da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A acolhida de minhas colegas de trabalho foi fundamental para que pudesse exercer as atribuições do cargo viabilizando o trabalho pedagógico a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dando continuidade à formação acadêmica, no ano de 2009, me submeti a seleção para o Curso de Especialização em Educação Profissional de Nível Médio Integrado à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O objetivo principal do curso era contribuir para formação de profissionais para atuarem na elaboração de estratégias de ensino-aprendizagem, ressignificando as práticas educativas, visando

¹ *Educação de Apenados*: processo de ressocialização no presídio em Arapiraca, 2007. Universidade Estadual de Alagoas. Orientador: Profº Drº Gilson Sales de Albuquerque Cunha.

estabelecer as condições necessárias ao desenvolvimento adequado da educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Na oportunidade, no Trabalho de Conclusão de Curso, tracei o perfil dos discentes do Curso Técnico Integrado em Artesanato na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió. O estudo² tratava dos aspectos socioeconômicos e da vida acadêmica dos alunos envolvidos no programa. Os resultados apontaram para um grupo que, em sua maioria, pertencia a uma classe social menos favorecida, constituída em grande parte pelo gênero feminino, originária de uma formação educacional predominantemente pública, em sua maioria excluída da atividade de trabalho formal e que buscavam no curso uma profissionalização de qualidade para que pudessem se inserir no mercado de trabalho.

Ao longo de minha atuação profissional no Instituto Federal de Alagoas - IFAL fui desempenhando algumas funções. Aqui, cabe destacar a função de Supervisora Pedagógica do Programa Mulheres Mil (2012-2014) coordenando as ações voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito das beneficiárias dos cursos oferecidos no IFAL/Campus Arapiraca.

O fato de ter atuado como supervisora pedagógica no Programa Mulheres Mil foi dando subsídios para perceber as perspectivas das discentes em ingressar no mundo do trabalho, na busca pela melhoria da renda familiar, o desejo de valorização de si mesmas, saindo das situações de exclusão, privação e ameaças vivenciadas no meio social em que estavam inseridas e o desejo de dar continuidade aos estudos que, em sua maioria, foram interrompidos por questões familiares, horários de trabalho, dificuldades financeiras, motivos que marcam uma trajetória acadêmica de sucessivas repetências e interrupções. A volta para a escola se traduzia em uma possibilidade de assegurar uma melhoria nas condições de vida por meio de um curso profissionalizante.

A aproximação com o Programa Mulheres Mil foi se dando a partir do trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica para viabilizar as etapas de estruturação e implementação no IFAL/Campus Arapiraca. Esse trabalho compreendeu o desenvolvimento do diálogo para o processo de aproximação com a comunidade beneficiada, a coordenação de atividades para escolha dos cursos que seriam ofertados, a formação de docentes para atuarem em conformidade com a metodologia de acesso, permanência e êxito do PMM, orientação

² Perfil dos alunos do PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, 2010. Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió. Orientadora: Prof^ª Dr^ª Regina Maria de Oliveira Brasileiro.

para produção e organização dos documentos como o mapa da vida, mapa da comunidade, portfólio e perfil situacional das alunas.

O encanto delas ao chegar em uma instituição federal, colocando-a como uma possibilidade de melhoria em suas vidas, nos levou a imaginar a construção dos discursos que poderiam ser construídos a partir dessa experiência.

Tais aspectos foram despertando inquietações a serem investigadas, além da necessidade de discutir e registrar a formação ministrada a essas mulheres, buscando compreender suas histórias de vida para além do espaço escolar e seus percursos em busca do desenvolvimento educacional, econômico e social.

O envolvimento com as pesquisas relacionadas às políticas públicas voltadas para mulheres se deram no ano de 2018, no mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura – ProDiC, da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, na linha de pesquisa Território, Cultura e Saberes Locais.

O estudo³ intitulado “Território e saberes locais: a experiência do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, partiu do interesse de analisar as contribuições do Programa na vida das mulheres atendidas. Refletindo, especificamente sobre a experiência do IFAL, Campus Arapiraca nos anos de 2012 a 2017. Os resultados obtidos revelam que as egressas não deram continuidade aos estudos e não se encontram matriculadas em uma instituição de ensino. Em relação a inserção no mundo do trabalho constatou-se que a maioria das beneficiadas não exercem nenhuma atividade remunerada na área a qual foram qualificadas. Assim, os impactos socioeconômicos do programa na vida das mulheres apresentam-se com índices tímidos demonstrando a necessidade da construção de políticas públicas que permitam aos sujeitos uma nova perspectiva de vida.

O resultado da pesquisa gerou outras inquietações que me seguiram e me guiaram até a seleção do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes, em 2020, quando decidi continuar investigando o Programa Mulheres Mil e encontrei acolhida por parte da Prof^a Dr^a Jesana Batista Pereira.

Disto isto, o presente estudo intitulado “Deixe-as falar: análise de narrativas de histórias de vida como possibilidade de diálogo sobre políticas públicas”, parte do interesse de analisar a trajetória de formulação do Programa Mulheres Mil no âmbito da construção de políticas públicas para as mulheres, com foco na inclusão produtiva e desigualdade de gênero.

³ Território e saberes locais: a experiência do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, 2020. Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura – ProDiC – Universidade Estadual de Alagoas. Orientadora: Prof^a Dr^a Conceição Maria Dias de Lima.

Refletiu-se especificamente sobre a experiência do IFAL no Instituto Federal de Alagoas no período de 2005 a 2019.

A proposta de implantação do Programa Mulheres Mil (PMM) começou em 2005, em cooperação com o Canadá, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), inicialmente nas regiões Norte e Nordeste do País. “O programa contava com diversas parcerias técnicas com o propósito de construir redes educacionais locais capazes de qualificar profissionalmente mulheres em situação de pobreza, a fim de ampliar suas oportunidades de acesso e de mobilidade no mercado de trabalho” (BRASIL, 2014, p.3).

O Norte e Nordeste foram contemplados devido ser nessas regiões que se localizavam os maiores índices de exclusão social, se enquadrando no perfil de vulnerabilidade social almejado pelo programa e campo fértil para se alcançar os objetivos de elevar a escolaridade, ofertar qualificação profissional e contribuir para a inserção dessas mulheres no mundo do trabalho. Para Rocha e Silva (2016, p.8), “o programa, se constitui parte de um conjunto de ações do governo brasileiro, na tentativa de cumprir acordos internacionais, ancorado no ideário liberal de educação para todos, sob o patrocínio de instituições como UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial”.

Foi no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) que se deu a primeira experiência do Programa Mulheres Mil com a oferta do Curso de Extensão de Camareira e a partir de seu resultado o programa se expandiu para outros Estados. Assim nascia o Programa Mulheres Mil, que, além do Rio Grande do Norte, foi estendido para mais 12 instituições. São elas (BRASIL, 2011): os Institutos Federais de Alagoas (O doce sabor de ser), Amazonas (Transformação, cidadania e renda), Bahia (Um *tour* em novos horizontes), Ceará (Mulheres de Fortaleza), Maranhão (Alimento da inclusão social), Paraíba (Desenvolvimento comunitário – Impacto na qualidade de vida e ambiental), Pernambuco (Culinária solidária), Piauí (Vestindo a Cidadania), Rio Grande do Norte (Casa da tilápia), Roraima (Inclusão com educação), Rondônia (Biojoias – Rede de Vida), Sergipe (Do lixo à cidadania/Pescando cidadania e arte) e Tocantins (Cidadania pela arte).

Institucionalizado pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, O Programa Mulheres Mil se expandiu para todos os Estados brasileiros e passou a constituir uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria tendo como principais diretrizes: possibilitar o acesso à educação; contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; promover a inclusão social; defender a igualdade de gênero e combater a violência contra a mulher.

No início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria preservando seus traços característicos e adquirindo novos elementos.

Nessa perspectiva, o IFAL, por meio das atividades de extensão e buscando atender às necessidades da comunidade, em todos os domínios sociais para os quais tenha potencial de atuação, teve sua primeira oferta do PMM na cidade de Marechal Deodoro. O curso “O doce sabor de ser” era voltado para mulheres que já desenvolviam atividades relacionadas a venda e o preparo de alimentos em bares e restaurantes.

Compreender os efeitos das políticas públicas voltadas para mulheres se apresenta como um desafio, não só para as beneficiárias, mas também para sua comunidade e para o desenvolvimento local, mostrando os indicadores institucionais, os avanços e desafios a partir do olhar das egressas do Programa.

Considerando que o Programa Mulheres Mil se apresenta como uma política pública que visa combater as desigualdades de gênero, reduzir a pobreza, elevar a escolaridade e diminuir a violência contra a mulher, esta pesquisa parte do seguinte questionamento: o Programa Mulheres Mil contempla em sua formulação compromissos com a inclusão produtiva e com o enfrentamento à desigualdade de gênero, contribuindo, dessa forma, para o pleno exercício da cidadania das mulheres atendidas?

Para tanto, partimos da hipótese de que o Programa Mulheres Mil é uma política pública voltada para mulheres em vulnerabilidade social e que através de cursos de qualificação profissional e inserção das mulheres no mundo de trabalho contribui para que estas desenvolvam autonomia e exerçam sua cidadania.

Diante da questão de partida e seus desdobramentos delineamos como objetivo geral “analisar a trajetória de formulação do Programa Mulheres Mil no âmbito da construção de políticas públicas para as mulheres, com foco na inserção produtiva e desigualdade de gênero” e como objetivos específicos:

1. Identificar de forma sistemática como o Programa Mulheres Mil está ligado às formulações de políticas públicas para mulheres;
2. Contextualizar os avanços e desafios dos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres desde sua implementação no ano de 2004;

3. Verificar em que instâncias do PMM se encontra o foco na inserção produtiva e na desigualdade de gênero;
4. Abordar a percepção das egressas em relação ao Programa Mulheres Mil a partir da formação profissional e estímulo à educação formal nos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas.

Diante do objeto de estudo, a pesquisa centrou-se em uma abordagem qualitativa. A escolha se justifica pela necessidade de buscar caminhos e instrumentos que atendam às expectativas da investigação, analisando as possíveis direções a serem seguidas como forma de pensar, planejar e estruturar os resultados obtidos durante o percurso.

Entre os diversos enfoques qualitativos, o delineamento escolhido para essa pesquisa é o método da história oral constituindo-se na interlocução com os relatos de história de vida das participantes da pesquisa. Para Ribeiro e Oliveira (2018, p. 416) história oral é “um trabalho de pesquisa atento ao diálogo e à colaboração de sujeitos, que considera suas experiências, memórias, identidades e subjetividades, para a produção do conhecimento”. Deste modo, buscamos a partir dessa escolha metodológica possibilitar a interpretação da realidade vivida pelos sujeitos no meio social em que estão inseridos, retratando sua realidade de forma ampla.

Para compor o corpus de investigação desta pesquisa, foram selecionadas 10 mulheres egressas do Programa Mulheres Mil, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas – IFAL nos Campi de Arapiraca, Batalha, Murici, Piranhas e São Miguel dos Campos, no período de 2005 a 2019. A escolha do Instituto Federal de Alagoas se deu por ser essa a instituição em que atuo como profissional, pelo fato de ser uma das instituições mais antigas no desenvolvimento das ações do Programa Mulheres Mil em Alagoas e pela motivação social de poder contribuir com o debate de uma política pública voltada para mulheres em vulnerabilidade social. Além disso, o Instituto Federal de Alagoas, como integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tem a missão de promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma instituição de educação profissional e superior, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia do Ministério da Educação (Setec/MEC) e que detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar equiparada às universidades federais.

A partir das leituras dos estudos realizados sobre relações de gênero, ações afirmativas

de combate à violência contra mulher, inclusão social e empoderamento feminino é possível perceber a importância da construção de políticas públicas para as mulheres, que começam a ser autoras de sua própria história de vida.

Desse modo, o presente estudo surge a partir de algumas inquietações como a necessidade de discutir e registrar as ações voltadas para o empoderamento feminino e políticas públicas para as mulheres, não só no âmbito do Programa Mulheres Mil, mas se estendendo para outras mulheres que se encontram em vulnerabilidade social, buscando compreender suas histórias de vida e seus percursos em busca do desenvolvimento educacional, econômico e social.

Tendo em vista tal cenário, a relevância do objeto de análise dessa pesquisa de doutorado se dá pela importância de analisar o percurso de construção das políticas públicas para mulheres, entendendo-as como uma resposta a problemática da desigualdade de gênero, que impõe à mulher outras desigualdades, como as relacionadas às econômicas, sociais e políticas. A superação desse quadro se faz necessária e estudos permeados por essa temática apresentam-se como alternativas aos desafios próprios das desigualdades de gênero.

Outro ponto a ser considerado e que torna a presente pesquisa relevante está relacionado ao fato de que existem poucos estudos que analisam a efetividade das políticas públicas para mulheres no Estado de Alagoas, principalmente nas regiões do interior, que possuem características distintas que vai além dos limites territoriais.

Ao longo de seus 18 anos de implantação, é possível afirmar que foram realizadas várias pesquisas acerca do Programa Mulheres Mil em âmbito nacional. Fato que não aconteceu no Estado de Alagoas pois de acordo com o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram realizadas apenas duas pesquisas na Universidade Federal de Alagoas desenvolvidas no Programa de pós-graduação em mestrado profissional em administração pública em rede nacional (PROFIAP) e no Programa de pós-graduação em Educação (CEDU).

A primeira pesquisa “Avaliação de políticas públicas: um estudo de caso do Programa Mulheres Mil em Alagoas com enfoque na eficiência, eficácia e efetividade” foi proposta por Almeida (2018) e parte do pressuposto de que “a avaliação de programas governamentais pode proporcionar uma melhor utilização dos recursos aplicados, além de fornecer aos formadores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz

(ALMEIDA, 2018, p.6). A segunda pesquisa “O Discurso sobre o Papel das Mulheres no Âmbito do Programa Mulheres Mil” teve como objetivo analisar o discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do PMM a partir dos normativos e documentos que norteiam o programa (COTA, 2017).

Assim, trata-se de um tema relevante para ampliação das discussões voltadas para as políticas públicas e programas governamentais no Brasil voltados para mulheres, além de contribuir para diminuir a carência de estudos voltados para a experiência do PMM em Alagoas.

Esta tese está estruturada em sete capítulos. O primeiro a partir desta Introdução trata das motivações para escolha do tema e construção da pesquisa que deu origem a tese.

O segundo capítulo se refere as Políticas Públicas com foco nas ações governamentais e o caminho percorrido na construção de políticas públicas para mulheres. O intuito é contextualizar de forma sistemática e analítica as formulações de políticas públicas para mulheres no Brasil.

No terceiro capítulo são apresentadas as lutas das mulheres na busca pela igualdade de gênero e inserção produtiva no mercado formal de trabalho ainda influenciada por valores, estruturas e culturas patriarcais. O quarto capítulo contextualiza os avanços e desafios dos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres desde sua implementação no ano de 2004.

O quinto capítulo busca verificar as proposições do Programa Mulheres Mil enquanto política social de inclusão e de gênero trazendo a experiência do Instituto Federal de Alagoas.

No capítulo seguinte, é apresentado o percurso metodológico, com a análise e discussão dos dados coletados e a percepção das egressas em relação ao Programa Mulheres Mil a partir da formação profissional e estímulo à educação formal nos cursos ofertados pelo IFAL. Finalmente, o sétimo capítulo apresenta as entrevistas das dez mulheres participantes da pesquisa e o último traz as considerações finais sobre as aprendizagens, desafios e caminhos a serem trilhados na busca pela construção de políticas públicas para as mulheres.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS

O campo de políticas públicas, enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, surge nos EUA nos anos 1960. “Até então, as políticas públicas haviam sido negligenciadas como objeto de estudo tanto pela Ciência Política como pela Administração Pública, disciplinas que hoje integram o “core” deste campo multidisciplinar” (FARAH, 2021, p. 632). O enfoque se dava nos estudos realizados sobre as ações desenvolvidas pelos governos, não se dava ênfase e nem se estabelecia vínculo com estudos sobre o papel do governo. Na Europa, “a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o Estado e sobre o papel de uma das mais importantes instituições do Estado, ou seja, o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas (SOUZA, 2006, p. 22).

As últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Podemos destacar, dentre os fatores que contribuíram para essa visibilidade, a adoção de políticas restritivas de gasto, as novas concepções sobre o papel dos governos que substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra e a ausência de coalizões políticas capazes de solucionar a questão de como construir políticas públicas capazes de estimular o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. (SOUZA, 2006, p. 20)

Na busca por definir o conceito de políticas públicas é importante destacar as contribuições e percepções de Harold Lasswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton, considerados os fundadores da área de políticas públicas. No entanto, não se pode afirmar que uma definição é a melhor para conceituar política pública. É possível perceber a pluralidade de definições sobre esse campo, decorrente da perspectiva interdisciplinar em que a área surgiu. Diversos especialistas de áreas de conhecimentos distintos, principalmente relacionados a administração e economia, assim como da área de direito, das ciências políticas, sociologia, gestão começam a se especializar em políticas públicas com o intuito de auxiliar os decisores no campo de políticas públicas. A ideia era formar servidores, burocratas, analistas que fossem capazes de contribuir com a formulação de políticas e consequentemente com a resolução dos problemas públicos.

Harold Lasswell, na década de 1930, buscando articular um diálogo entre o governo, cientistas sociais e grupos de interesse nos trouxe a expressão análise de política pública.

Laswell estabeleceu a diferença entre o “estudo de políticas públicas e a análise de políticas em que propôs a constituição das policy sciences, discriminando duas vertentes em seu interior: uma orientada à busca de conhecimento sobre o processo de política pública e outra orientada para as políticas” (FARAH, 2016, p. 962). A concepção de Laswell sobre política pública estava voltada um campo disciplinar que pensa nos impactos econômicos e sociais tendo a economia papel fundamental no surgimento da disciplina. “A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.” (SOUZA, 2006, p. 24).

A teoria de Herbert Simon questionava a concepção de Laswell pois entendia que havia uma racionalidade limitada. Foi percebendo-se que a racionalidade não era tão precisa e direta, ou seja, os decisores tinham uma assimetria de informações e não poderiam entender e explorar a quantidade de informações necessárias para a tomada de decisão, destaca ainda o auto interesse e a falta de tempo. Para Simon essas questões podem ser “maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios” (Simon, 1957 APUD SOUZA, 2006, p. 23).

Charles Lindblon (1959) também criticava o modelo de racionalidade Laswell e Simon. Concebia política pública como um processo incremental. Para ele, a tomada de decisão é influenciada pelas relações de poder e a formulação de políticas públicas necessitava de outros elementos tais como “o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse” (Lindblon, 1959, APUD Souza, 2006, p. 24).

David Easton (1965) defendia políticas públicas como um sistema que sofre influências externas e internas, com atores e formas de atuação diferentes. “As políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos” (Easton, 1965, APUD Souza, 2006, p. 24). Embora com concepções distintas percebe-se que o tema central na análise de políticas públicas permanecia sendo a tomada de decisão a partir de um ponto de vista técnico.

Dentre as diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar os seguintes elementos:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. Envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada

através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. É abrangente e não se limita a leis e regras. É uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. Embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. Envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p. 36).

Na década de 70, nos EUA, a concepção de que a política pública é uma ciência passa a ser compreendida não mais pela sua racionalidade absoluta. As políticas públicas passam a ser entendidas como um campo complexo que emerge de um processo de decisões políticas com distintas arenas decisórias. Além de ser uma ação governamental, as políticas públicas possuem etapas que devem ser consideradas, envolvem atores formais e informais com ideologias e interesses diversos, arenas políticas institucionalizadas ou da sociedade civil. Começam a surgir outros elementos, necessidades, contextos políticos, sociais e econômicos que interagem entre si e influenciam o processo de análise das políticas públicas. Assim não seria mais possível explicar políticas públicas apenas pelo custo benefício, pelos impactos, resultados, pela sua racionalidade absoluta. Surge então, o conceito de processo de políticas públicas (policy process) trazendo a ideia de “políticas públicas são moldadas em todas as suas fases por diferentes tipos de atores e instituições sendo suas ações afetadas pelo contexto em que operam e influenciadas por eventos externos” (ALMEIDA E GOMES, 2018, p. 2).

No Brasil, com algumas semelhanças e significativas diferenças, o campo de política pública começa, nos anos 60, o que Farah (2021, p. 634) chamou de um “processo embrionário de incorporação da política pública como objeto de estudo e de formação, no âmbito da constituição de cursos de Administração Pública, sob influência direta do movimento de análise de política pública dos Estados Unidos”. O tema era praticamente inexistente nos estudos acadêmicos e na esfera da administração pública.

O regime autoritário presente no Brasil repercutia de forma negativa e a constituição do campo de política pública só retornaria, ainda de forma parcial, em meados dos anos 80, a partir do processo de redemocratização. “Ao lado da mudança de regime, os anos 1980 foram também marcados pela crise do nacional desenvolvimentismo assim como por mudanças nas políticas públicas, estabelecidas ao longo das décadas anteriores” (FARAH, 2004, p. 49). As mudanças do Estado levaram à construção de uma agenda de reforma.

A temática sobre política pública passa a ter centralidade tanto na agenda societária quanto na agenda do governo na década de 2000, “refletida na criação de grande número de cursos de graduação e, em menor número, de pós-graduação e em um “boom” de pesquisas na área” (FARAH, 2021, p. 635).

Há cerca de 40 anos, a expressão política pública era praticamente ausente na produção acadêmica no Brasil. O termo tampouco era utilizado na prática da administração pública, da ação governamental e dos movimentos sociais. A referência era feita a políticas específicas: política habitacional, política de saúde, de educação, de ciência e tecnologia. Hoje o cenário é bastante diverso: o termo político público constitui uma referência para os diversos atores envolvidos com a questão pública, com a análise da ação governamental e com os desafios enfrentados pelo país em diversas áreas: saúde, educação, ciência e tecnologia, mulheres, crianças e adolescentes, questão ambiental, desigualdade racial dentre outras. (FARAH, 2021, p. 636).

Contudo, temas clássicos a respeito dos estudos de política pública ainda precisavam de contribuições mais expressivas. Atualmente o tema política pública se constitui como referência para os diversos atores envolvidos com a questão pública.

O processo de formulação de uma política pública faz parte da ação governamental e o tema pode ser constantemente variado tanto por razões econômicas quanto por limitações na intervenção do Estado. De acordo com Batista e Domingos (2017, p.1) “quando escolhas devem ser feitas, decisões tomadas e áreas priorizadas, o foco passa a ser a base do julgamento sobre quais políticas devem ser formuladas e quais devem ser interrompidas ou reformuladas”. Esse processo pode ser considerado a partir da perspectiva de modelos explicativos que foram sendo desenvolvidos para auxiliar no entendimento sobre as ações do governo e qual a influência dessas ações no cotidiano dos cidadãos. Souza (2006, p. 28) pontua alguns desses modelos explicativos:

- “- Tipo da política pública (cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas);
- Incrementalismo (recursos governamentais para um programa, órgão ou uma dada política pública não partem do zero e sim, de decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou mudanças substantivas nos programas públicos. Assim, as decisões dos governos seriam apenas incrementais e pouco substantivas);
- Ciclo da política pública (esta tipologia vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado);
- Modelo garbage can ou “lata de lixo” (escolhas de políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem em uma “lata de lixo”. Ou seja, existem vários problemas e poucas soluções);
- Coalizão de defesa (a política pública deveria ser concebida como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que se articulam com os acontecimentos externos, os quais dão os parâmetros para os constrangimentos e os recursos de cada política pública);
- Arenas sociais (para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito. A força deste modelo está na possibilidade de investigação dos padrões das relações entre indivíduos e grupos.);
- Modelo do “equilíbrio interrompido” (a política pública se caracteriza por longos períodos de estabilidade, interrompidos por períodos de instabilidade que geram mudanças nas políticas anteriores).”

Delimitados os modelos explicativos constituintes da política pública, cabe agora avançar na análise do ciclo de políticas públicas por entender que essa abordagem é a mais abrangente. Diversas propostas de organização de ciclo foram sendo elaboradas de acordo com as abordagens e teorias no campo de políticas públicas que são utilizadas para analisar estágios especificados do processo de construção das políticas públicas. Essas propostas foram sendo alteradas conforme as mudanças sofridas no próprio campo de políticas públicas. Na concepção de Souza (2006, p. 29) “o ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

A política pública é vista como um processo dinâmico que perpassa por vários estágios. É importante destacar que, “algumas vertentes do ciclo da política pública focalizam mais os participantes do processo decisório, e outras, o processo de formulação da política pública. Cada participante e cada processo podem atuar como um incentivo ou como um ponto de veto” (SOUZA, 2006, p. 29).

Desde a definição, passando pelo acompanhamento até chegar na avaliação, todas as etapas do ciclo de políticas públicas são motivadas por ideologias, necessidades dos atores envolvidos, por interesses dos governos e da sociedade. “Políticas públicas expressa uma infundável teia de interesses, que congrega desde a capacidade técnica de elaborar e implementar um dado programa, as contendas orçamentárias, e as combinações e recombinações de interesses em cada etapa do ciclo” (FONSECA, 2013, 404). Embora exista uma ordem, as fases do ciclo podem ser alteradas e em algumas situações ocorrer de forma concomitante.

Partindo desta compreensão, e reforçando que a ordem do ciclo pode ser modificada percebemos que, “cada etapa permite intervenções distintas dos grupos que se sentem, real ou imaginariamente, atingidos. Isso implica a adoção de “vetos”, que se dão de formas distintas dependendo da correlação de forças e dos recursos de poder dos atores em disputa”. (FONSECA, 2013, p. 404). Atores são entendidos como pessoas ou instituições envolvidos em cada etapa do ciclo de política pública tais como partidos políticos, movimentos sociais, ONGs, especialistas em administração pública, empresas públicas e privadas, organizações sociais, beneficiados, burocratas, eleitores, legisladores e outros atores políticos.

Nesse estudo serão consideradas as seguintes etapas do ciclo de política pública: a identificação do problema; a formação da agenda; a formulação de alternativas; a tomada de decisão; a implementação e a avaliação.

A primeira etapa do ciclo é a identificação do problema. Nesta etapa serão considerados os problemas socioeconômicos mais vigentes e com possibilidades de resolução por parte do poder público. O problema “é a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública” (SECCHI, 2013, p.44). Alguns são mais perceptíveis e serão identificados de acordo com suas razões, causas, e possibilidades de resolução. “Esta é a questão central da etapa de definição de problemas, permeada tanto por critérios técnicos, marcados pela construção de indicadores que apontam a urgência de determinadas ações, como por circunstâncias decorrentes de situações de emergência” (RAEDER, 2014, p.129). Quando o problema identificado pelos atores tornar-se socialmente relevante, se identifica uma solução viável e é possível viabilizar recursos públicos para tal finalidade, ele tem possibilidades de entrar na agenda pública. A identificação do problema precisa ser acompanhada pelo interesse do governo em sua resolução. No entanto, “problemas não são elementos latentes, prestes a serem identificados, diagnosticados ou descobertos. Problemas são escolhas realizadas por grupos sociais em relação às diversas questões que circulam pela arena pública”(CAPELLA, 2018, p.19).

A formação da agenda, segunda fase do ciclo, será composta pelos problemas considerados relevantes e precisam de intervenção do governo para serem solucionados. Conforme Secchi (2013, p. 46), “a agenda pode ser concretizada em um programa de governo, um planejamento orçamentário ou mesmo um estatuto partidário”. Destaca ainda que existem três tipos de agendas: a agenda política ou sistêmica que é caracterizada por um conjunto de problemas que a comunidade política entende como merecedor de uma intervenção pública; a agenda formal ou institucional que seria composta por problemas que o próprio governo decidiu enfrentar; e a agenda da mídia que tem o poder de influenciar as demais agendas e está relacionada aos problemas que são evidenciados com maior atenção nos meios de comunicação.

A formação de agenda é permeada por alguns questionamentos relacionados aos critérios de relevância para que um problema seja incluído ou não na agenda. Para explicar como algumas questões são levadas em conta pelos formuladores de políticas Capella (2018) se baseia na metáfora da anarquia organizada onde o governo é compreendido como uma organização permeada por três fluxos decisórios relativamente independentes que seriam os problemas, as soluções ou alternativas e a política.

O primeiro fluxo são os problemas considerando que as pessoas não podem prestar atenção a todos os problemas durante todo tempo, esses indivíduos concentrarão sua

atenção em alguns deles, ignorando outro; o segundo fluxo das soluções ou alternativas considera que as ideias geradas não decorrem necessariamente de uma percepção anterior sobre problemas específicos, as pessoas não necessariamente resolvem problemas, elas geralmente criam soluções e, então, procuram problemas para os quais possam apresentar suas soluções; e o terceiro fluxo é a política que destaca as mudanças no clima nacional e as mudanças dentro do governo como os maiores propulsores de transformações na agenda governamental. Dessa forma, as mudanças na agenda resultam do processo de convergência desses três fluxos, em momentos críticos em que janelas de oportunidade favorecem a mudança, operada pelos empreendedores de políticas. (CAPELLA, 2018, p. 39)

Definidos os problemas e formada a agenda é preciso articular a formulação de alternativas para orientar as ações que serão executadas. “A definição de alternativas refere-se à formulação propriamente dita, momento em que diferentes cursos de ação (alternativas, propostas, soluções, ações) são avaliados para que seja definida uma forma de lidar com uma questão” (CAPELLA, 2018, p. 71). A etapa de definição das alternativas é considerada como ponto central na formulação de políticas públicas. Envolve a discussão de quais instrumentos governamentais serão escolhidos para implementar determinada política pública a fim de atingir os objetivos propostos em sua elaboração.

A definição das alternativas envolve não somente o debate sobre o leque de instrumentos a serem considerados pelos formuladores, mas também o formato que será dado a essa política pelos atores a partir da seleção das alternativas. “Dada a diversidade de alternativas, sempre haverá algum mecanismo de seleção de propostas e soluções possíveis de serem implementadas. Algumas se tornarão proeminentes à consideração daqueles que têm autoridade para tomar decisões dentro do governo” (CAPELLA, 2018, p.71). A autora chama atenção ainda para o fato de que nem sempre é possível prever todos os conflitos de uma política quando está se definindo as alternativas, algumas vezes esses conflitos só serão explicitados no momento de implementação da política.

A tomada de decisão é a etapa do ciclo de política pública em que se define o curso de ação para tratar do problema. Envolve um grupo menor de atores se comparada com outras etapas e está permeada de análises políticas e técnicas. O contexto que os decisores atuam influenciam diretamente no processo de tomada de decisão pois cada um possui conhecimentos distintos e abordagens diferentes para determinado problema.

A implementação da política é a efetivação da solução encontrada para os problemas que foram definidos na agenda. “A implementação se refere a como a política pública está sendo posta em prática, ou seja, à transformação da política em ação” (SOUZA, 2002, p. 19). A autora considera a importância de se realizar estudos sobre a etapa de implementação de políticas públicas, pois a partir dessas pesquisas podem detectar, com antecipação, problemas

que podem estar ocorrendo e propor mudanças no desenho e na implementação da política. “Nem sempre os problemas de implementação estão situados no seu desenho. Existe uma miríade de variáveis que impactam a política pública e somente estudos de caso específicos podem identificá-las” (SOUZA, 2002, p. 19). Quando identificadas, essas variáveis, funcionam como ponto fundamental na solução e correção dos problemas, podendo ser usadas para reformular e corrigir possíveis erros que não foram detectados na formulação.

A etapa de avaliação de políticas públicas “tem como premissa básica verificar a eficiência dos recursos públicos e, quando necessário, identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão”. (BRASIL, 2018, p.14). A partir das metodologias e instrumentos utilizados na avaliação da política pública é possível auxiliar gestores públicos em sua tomada de decisão e os resultados dessas avaliações podem ser ferramentas para o aperfeiçoamento e implementação das políticas. “As avaliações encerram o ciclo da política pública, fornecendo subsídios para o início de um novo ciclo, voltado para a resolução do problema não equacionado ou indicando a resolução completa das questões que a política objetivava resolver”. (READER, 2014, p.315)

A avaliação precisa de critérios bem definidos que serão de fundamental importância para a continuação ou não de uma política. “Esses critérios não são passíveis de uma tipologia, pois devem variar de acordo com a política que está sendo avaliada” (SOUZA, 2002, p.22).

Tendo apresentado um panorama das teorias sobre o campo de políticas públicas a partir de sua evolução enquanto área de estudo e contextualizado as diversas etapas que compõem o ciclo de políticas públicas é importante ressaltar alguns desafios que se apresentam no Brasil desde 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, quando passamos por um processo de desmonte das políticas públicas e que foi fortalecido com a ascensão de um governo de extrema direita no período de 2019 a 2022. Um ciclo de mudanças significativas e gradativas foi sendo encerrado. As interações entre os movimentos sociais e o Estado que resultaram no acesso à cidadania foi dando lugar aos discursos autoritários e conservadores.

Políticas públicas de inclusão social, como Bolsa Família, políticas públicas educacionais, como as de acesso ao ensino superior proporcionadas pelos programas Universidade para Todos (Prouni) e pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), políticas para garantia do reajuste salarial e direitos trabalhistas foram desmobilizadas. “A estratégia de desmonte foi marcada pela extinção das instâncias

participativas de várias políticas, significando tanto a exclusão de atores da sociedade civil dos processos de políticas públicas como uma reversão de diretrizes estabelecidas na Constituição de 1988” (GOMIDE et al., 2023, p.38). Espaços institucionais e de mobilizações, como conselhos e conferências foram extintos, movimentos sociais foram silenciados gerando uma lacuna na relação com o Estado. Uma relação resultante do processo de “redemocratização do regime político brasileiro que ampliou os pontos de acesso do campo democrático e popular ao Estado, com impactos positivos sobre os processos de produção e implementação das políticas públicas, principalmente a partir de espaços institucionais de participação” (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2021, p.9). Um processo acompanhado por uma significativa redução das desigualdades sociais e pobreza em nosso país.

Com a retomada do presidente Lula Inácio Lula da Silva, em 2023, o cenário das políticas públicas passa por mudanças estruturais, não só pelo fato de ser uma nova configuração político-partidária, mas pela possibilidade de uma nova agenda de governo com ações voltadas para a superação e combate à pobreza. Com o objetivo de focar nas ações do governo federal, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em seu boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise (IPEA, 2023) destaca a evolução das políticas públicas e programas federais refletindo sobre os desafios neste novo mandato. Aborda áreas como Assistência social, Cultura, Desenvolvimento rural, Educação, Igualdade de gênero, Igualdade Racial, Previdência social, Saúde, Educação, Trabalho e renda.

A evolução das políticas públicas e os dados referentes, principalmente às políticas voltadas para a igualdade de gênero, tema dessa pesquisa, serão apresentados e discutidos ao longo desta pesquisa.

2.2 CAMINHO PERCORRIDO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

A história de lutas e reivindicações dos movimentos feministas por políticas públicas, voltadas para mulheres, fazem parte de um processo dinâmico e rodeado de conflitos. As conquistas são frutos das interações dos movimentos de mulheres com o Estado em seus diferentes níveis, seja municipal, estadual ou federal, ao longo dos diferentes ciclos políticos de nosso País. Tais conflitos, em sua maioria, foram e são gerados pelo fato do Estado ser uma instituição que tem suas raízes em uma visão política patriarcal. “A luta das mulheres para garantir espaço e reconhecimento na sociedade vem de longe e passou por diversas etapas e sobressaltos” (SCHUMAHER, 2018, p.21). As ações afirmativas para o

reconhecimento das mulheres, enquanto cidadãs com direitos políticos e sociais, previstos na legislação, são constantemente ameaçadas. “Isso tem conduzido a uma atuação mais efetiva de instituições, inclusive de organismos internacionais, que, em coerência com as demandas dos movimentos, têm recomendado que Estados Nacionais promovam políticas para a superação dessas desigualdades” (FARAH, 2018, p. 38).

Os estudos de gênero e fortalecimento do movimento feminista no Brasil consolidou-se no final dos anos 1970 tendo como contexto político as transformações nas relações entre Estado e sociedade após o regime ditatorial. No entanto, a perspectiva de gênero na construção de políticas públicas era pouco explorada (FARAH, 2004).

O feminismo, que estava se constituindo no Brasil como movimento social e com uma proposta política, começou a expandir os debates públicos e inserir temáticas relacionadas à igualdade, democracia e poder. As mulheres participantes desse movimento se articulavam criando espaços de lutas, como associações, buscando interlocuções com os sindicatos, organizando e participando de congressos, promovendo debates, buscando espaço na imprensa para dar visibilidade às reivindicações. Traziam a perspectiva na qual o conceito de democracia deveria ir além das esferas que englobam direitos políticos e civis para incorporar esferas como educação, família, saúde e trabalho. “Questionava os alicerces culturais nos quais se assentava a desvalorização do feminino, expressa em leis, em práticas, em linguagens simbólicas e chamava a atenção para o fato de que, ao longo da nossa história, a hierarquia e a desigualdade permearam as relações de gênero” (PITANGUY, 2003, p. 25).

Uma característica que marca, desde o início, este movimento no Brasil, é seu investimento em influenciar o governo, buscando interlocução com o legislativo (um projeto de mudança do Código Civil é apresentado por feministas, já em 1976, ao Congresso Nacional), apresentando demandas e propostas aos partidos nas eleições de 1979 (o Alerta Feminista para as Eleições) e, a partir da vitória da oposição em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, em 1982, reivindicando espaços institucionais no nível estadual como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e Conselhos da Condição Feminina (SP) ou dos Direitos da Mulher (MG e RJ). (PITANGUY, 2003, p. 27).

As políticas públicas voltadas à questão de gênero, no Brasil, tiveram um marco importante em 1985. A mudança na conjuntura política, nos anos 80, por meio do processo de democratização levou o movimento de mulheres a buscar mais espaços na sociedade e uma interlocução com o governo com o objetivo de adentrar nos aparelhos do Estado. Os Conselhos da Condição Feminina no estado de São Paulo e dos Direitos da Mulher em Minas Gerais, no ano de 1983, dão início a jornada desses movimentos dentro do Estado. “Este passo em direção ao Estado não se dá sem intensas discussões no movimento de mulheres,

presente na maioria dos Estados e participando da arena política com força e visibilidade, traçando estratégias concertadas e propostas fundamentadas” (PITANGUY, 2003, p. 28).

Após muitas lutas dos movimentos feministas, a Lei nº 7.353, de 29 de Agosto de 1985, cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e dá outras providências. Sob a presidência de Ruth Escobar, pioneira na história das políticas públicas para as mulheres, e com uma estrutura administrativa executiva, o CNDM foi o primeiro a ser fundado na América Latina com o objetivo de formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero. “Este órgão influenciaria iniciativas semelhantes, particularmente nos países do cone sul, onde a democratização das instituições políticas também possibilitou maior influência do movimento de mulheres no discurso político destas sociedades” (PITANGUY, 2003, p. 29). A trajetória do CNDM foi sofrendo alterações e consequentemente as agendas pautas nas políticas públicas para mulheres de acordo com o contexto político e econômico do país. Integrava a estrutura básica da Secretaria de Políticas para as Mulheres como um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa.

Compete ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de acordo com o Art. 4º da Lei que o instituiu:

- “a) formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando à eliminação das discriminações que atingem a mulher;
- b) prestar assessoria ao Poder Executivo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de programas de Governo no âmbito federal, estadual e municipal, nas questões que atingem a mulher, com vistas à defesa de suas necessidades e de seus direitos;
- c) estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate da condição da mulher brasileira, bem como propor medidas de Governo, objetivando eliminar todas as formas de discriminação identificadas;
- d) sugerir ao Presidente da República a elaboração de projetos de lei que visem a assegurar os direitos da mulher, assim como a eliminar a legislação de conteúdo discriminatório;
- e) fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher;
- f) promover intercâmbio e firmar convênios com organismos nacionais e estrangeiros, públicos ou particulares, com o objetivo de implementar políticas e programas do Conselho;
- g) receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas;
- h) manter canais permanentes de relação com o movimento de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades;
- i) desenvolver programas e projetos em diferentes áreas de atuação, no sentido de eliminar a discriminação, incentivando a participação social e política da mulher.”

Dessa forma, caberia ao CNDM atuar no sentido de promover políticas públicas capazes de eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais em todo território nacional se configurando em um espaço institucional que daria voz as mulheres na busca pela garantia de direitos em todas as dimensões, sejam na família, no trabalho ou na política.

Para Pasinato e Ventura (2021, p. 9), a criação do CNDM pode ser considerada como “um ponto de início responsável por impulsionar a construção de uma agenda de defesa dos direitos das mulheres com o desenvolvimento de políticas públicas dedicadas à ampliação e ao acesso do exercício da cidadania de todas as mulheres brasileiras”. Vale destacar que, a forma de organização dos Conselhos, antes da Constituição de 1988, os colocavam em uma posição mais consultiva e isso fragilizava a institucionalização das políticas para as mulheres.

Ao mencionar a importância da criação do CNDM no contexto de redemocratização, após 21 anos sombrios de Ditadura militar, Jacqueline Pitanguy, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no período de 1986 a 1989, relata que “foi uma conquista política do movimento feminista e de movimentos de mulheres, unidas na afirmação da necessidade de criar um órgão com autonomia administrativa e recursos orçamentários que levasse a cabo políticas públicas para as mulheres, em sua diversidade” (PITANGUY, 2021, p.19). Com orçamento próprio e autonomia administrativa era possível protagonizar momentos importantes e fundamentais na refundação democrática.

A partir da promulgação da Constituição de 1988 alguns direitos fundamentais e ampliação de espaços de fala foram garantidos às mulheres. Fruto de um trabalho árduo e incansável dos grupos feministas, conselhos estaduais, sindicatos e associações de mulheres espalhados por todo país representado pelo chamado Lobby do Batom. “Inicialmente, foi um apelido pejorativo dado por parlamentares, que estavam incomodados com a forte presença das mulheres nos corredores do Congresso Nacional. Porém, as feministas transformaram este apelido num instrumento de luta e lançaram diversas campanhas” (SCHUMAHER, 2018, p. 65) que serviu de elo para que as reivindicações fossem ouvidas ao longo do processo constituinte.

Quando entrávamos nos corredores do Congresso, invariavelmente retocávamos o batom e alguns gaiatos diziam: lá vem o lobby do batom. De tanto ouvir a piadinha, resolvemos responder com nosso sempre presente bom humor: mandamos imprimir um selo que trazia as duas colunas do Congresso como um batom e escrito lobby do batom. Foi ótimo passar pelos piadistas e perguntar: quer um? Quer entrar também nesse lobby? Olha! Sua vida vai ficar bem melhor quando homens e mulheres tiverem direitos iguais! (CABRAL, 2008, p. 45)

A Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes, elaborada pelo CNDM teve muitas de suas proposições atendidas e incorporadas ao texto constitucional de 1988, dentre elas: Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, seja na vida civil, no trabalho, e na família; Permanência da presidiária com seus filhos durante o período de amamentação; Proibição de diferença de salário, admissão e função, por motivo de sexo; Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento, até 6 anos de idade em creches e pré-escolas; Direitos e deveres referentes à sociedade conjugal passam a ser exercidos igualmente pelo homem e pela mulher; Instituição da licença paternidade; A mulher passa a ter direito ao título de domínio e à concessão de uso da terra, independente de seu estado civil, tanto na área urbana como rural; Dever do Estado em criar mecanismos para coibir a violência familiar. “Nosso caminho, percorrido até hoje, é de luta pela conquista e implementação de direitos e luta pela sua defesa, em um movimento simultâneo de resistência e avanços” (PITANGUY, 2021, p.18).

Mesmo sendo atendidas, algumas proposições da Carta Magna permanecem sem regulamentação, sem aplicação prática na vida das mulheres ou sendo ameaçadas pela bancada de parlamentares conservadores e fundamentalistas. “Para as mulheres, o exercício pleno da cidadania significa o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a legislação pode inspirar e deve assegurar” (SCHUMAHER, 2018, p. 71).

Em busca da defesa dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, associadas as mobilizações na luta antirracista, ao final do mandato do então presidente da República José Sarney (1985-1990), o CNDM passa de um momento de consolidação e construção de políticas públicas destinadas as mulheres para um momento de engessamento e retrocesso de suas ações. A presidenta do CNDM, Jacqueline Pitanguy, em um ato de renúncia maciça, consolida a “saída” do movimento de mulheres do governo e o Conselho politicamente fragilizado passa a ser invisibilizado e perde sua identidade enquanto espaço público e político na representação dos direitos das mulheres. Encerrava-se um ciclo virtuoso de afirmação de direitos.

O período de 1990 a 1995 foi marcado pelo enfraquecimento nas ações do CN gerado a partir do projeto de redução do Estado (Medida Provisória Nº 150 em 15 de Março de 1990, no Governo de Fernando Collor). O Brasil deixa de ser um referencial importante na consolidação de políticas públicas para mulheres e passa por rupturas no diálogo entre o

Estado e os movimentos sociais. Rosiska Darcy de Oliveira, presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no período de 1995 a 1999, relata que quando assumiu o Conselho o encontrou com um clima diferente “já estava adormecido, era preciso reconstruir sobre as bases do que vinha acontecendo, a sociedade civil estava mais viva do que nunca e tínhamos começado, ao longo dos anos de 1990, as conferências internacionais da ONU, as conferências da agenda social da ONU” (OLIVEIRA, 2021, p.26).

A I Conferência Mundial da Mulher aconteceu em 1975, considerado o ano internacional da mulher. As discussões aconteceram em torno do lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” e culminou na aprovação de um plano de ações para ser desenvolvido nos próximos dez anos, compreendendo o período de 1976 a 1985. As ações governamentais assim como as da comunidade internacional deveriam ser norteadas por diretrizes que pudessem promover “a igualdade plena de gênero, a eliminação da discriminação por razões de gênero, a plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial” (ONU MULHERES, 2023, n.p.) com intuito de atender o tema principal da conferência que objetivava eliminar toda e qualquer discriminação contra a mulher e promover o avanço social.

Dentre as conquistas da I Conferência Mundial da Mulher está o fato de ter conseguido reunir 133 delegações, sendo a maioria lideradas por mulheres, a criação Fórum Mundial de Organizações Não-Governamentais, um espaço importante de discussões, e a criação do Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher que sendo consolidado nas conferências posteriores.

Fruto dos resultados dos debates da I Conferência Mundial da Mulher, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), documento elaborado em 1979 e com mais de 40 anos de existência, continua sendo um dos mais importantes instrumentos de defesa e promoção dos direitos das mulheres. A CEDAW trouxe o conceito de igualdade não apenas como está posto em documentos oficiais e leis mas como algo que deve ser colocado em prática a partir do cotidiano de cada mulher. Desta forma, está direcionado “a todas as mulheres, de todas as idades, incluindo a pequena infância, a vida adulta ou a idade avançada; de todas as condições sociais, incluindo minorias étnicas ou outras, mulheres com deficiência. Portanto, todas as mulheres, e para todas elas o direito à igualdade como direito fundamental” (CEDAW, 2020, p. 9).

Ratificada pelo governo brasileiro em 1981, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, só teve seu texto assinado sem reservas pelo

Congresso Nacional Brasileiro em 2002. O Decreto nº 4.377 de 13 de setembro de 2002 promulgou a Convenção e estabeleceu em seu Artigo 1º que,

Para os fins da presente Convenção a expressão discriminação contra a mulher significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (BRASIL, 2002).

É inegável a conquista normativa que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher nos trouxe em relação aos direitos das mulheres, porém a insuficiência de mecanismos para garantir sua implementação deixava claro a necessidade de um plano de ações mais enfático na luta pelos direitos das mulheres.

Tendo como lema “Educação, Emprego e Saúde” a II Conferência Mundial da Mulher foi realizada no ano de 1980 em Copenhague, capital da Dinamarca. Passaram-se cinco anos da realização da I Conferência Mundial e metade do tempo previsto para a efetivação das ações previstas para a Década da Mulher. Na análise das ações propostas e definidas na conferência anterior constatou-se que poucas metas foram alcançadas, o que evidenciava que era preciso mais organização e pressão da sociedade civil. As discussões levaram a comunidade internacional a refletir e ter consciência sobre “a falta de participação dos homens no processo de igualdade, vontade política insuficiente por parte dos Estados para o enfrentamento às desigualdades de gênero, escassez de mulheres nos postos de decisões, baixo investimento nos serviços sociais de apoio, entre outros fatores” (ONU MULHERES, 2023, n.p.).

Para garantir as metas previstas para o acesso à educação, o acesso aos postos de trabalho, geração de renda e com os cuidados referentes à saúde da mulher seria necessário mais aliados, apontamentos jurídicos, persistência no cumprimento das ações e aliados políticos. “O enfrentamento a todas as formas de discriminação contra as mulheres não é certamente tarefa de um só governo ou de uma só geração, é preciso persistência na vontade política, permanência das iniciativas e uma profunda percepção social de que homens e mulheres devem ser livres e iguais” (BRASIL, 2008, p. 9).

Na III Conferência Mundial sobre a Mulher de 1985, em Nairóbi, foi realizado um balanço dos dez anos das ações e metas que deveriam ter sido alcançadas. O tema principal era “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000” adotado por 157 países. Com uma década de esforços coletivos para uma sociedade mais justa e igualitária era preciso avaliar os progressos. Porém chegou-se a conclusão, a partir dos

relatórios da ONU e dos próprios Estados, que poucas mulheres eram beneficiadas com tais ações e que os avanços foram insuficientes e muitos eram os desafios na busca pelos direitos das mulheres. A ideia era criar estratégias para expandir as políticas públicas e transpor os desafios na luta pela promoção da igualdade de gênero, tornando-se um norte para o futuro das mulheres.

Destaco, como já mencionado, que em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. Após duas décadas de regime militar, o Brasil começava a dar seus primeiros passos para a redemocratização. De acordo com o Manifesto das Ex-Presidentas e Ex-Ministras dos Organismos de Políticas para Mulheres: Os Direitos das Mulheres são Conquistas Diárias (2021, p. 63) “O Conselho inaugura a institucionalização de políticas públicas para as mulheres em âmbito federal”.

No ano de 1995, acontece a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, tendo como tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. O Brasil esteve presente e pela primeira vez com uma delegação oficial composta por mulheres do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher promovendo um retorno do diálogo entre o Governo e sociedade civil. “A forte articulação com o movimento de mulheres, estabelecida desde então, tornou-se elemento essencial à formulação das políticas públicas no Brasil, que hoje incorporam a perspectiva de gênero de forma transversal, e não mais em ações pontuais” (VIOTTI, 1995, p. 198).

Na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, fruto da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher - Pequim (1995): “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz” foram estabelecidas 12 áreas de preocupação sobre os direitos de mulheres e meninas: 1. Mulheres e pobreza; 2. Educação e Capacitação de Mulheres; 3. Mulheres e Saúde; 4. Violência contra a Mulher; 5. Mulheres e Conflitos Armados; 6. Mulheres e Economia; 7. Mulheres no Poder e na liderança; 8. Mecanismos institucionais para o Avanço das Mulheres; 9. Direitos Humanos das Mulheres; 10. Mulheres e a mídia; 11. Mulheres e Meio Ambiente; 12. Direitos das Meninas.

A discussão sobre as áreas estabelecidas na IV Conferência Mundial sobre a Mulher teve como fruto a Plataforma de Beijing, programa criado com o objetivo de eliminar as barreiras na participação da mulher, seja no âmbito público ou privado, para que exerçam plenamente seus direitos servindo ainda como um instrumento de orientação para a sociedade e o governo no desenvolvimento de políticas públicas voltadas às questões de gênero.

Essa plataforma, que foi votada por todas as nações do mundo; o Brasil subscreveu sem restrições, foi uma vitória grande que tivemos naquele momento, inclusive encontrando resistências dentro do próprio Ministério de Relações Exteriores. Mas

resistências essas que foram superadas: quem esteve lá viu, sabe disso. Bom, trazida essa plataforma para o Brasil, qual era a tarefa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher? Era interiorizar essa plataforma, transformá-la em estratégias da igualdade, que foi o que fizemos; praticamente o meu mandato foi dedicado a cumprir as plataformas da igualdade, a plataforma de Beijing, transformadas por nós aqui em estratégias da igualdade e negociadas diretamente com a Presidência da República e depois com cada um dos Ministérios que tinham uma relação direta com as questões que nós estávamos tratando. (OLIVEIRA, 2021, p.27)

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher encerra o ciclo de conferências da ONU destinadas a temas sociais. Com as Conferências os Estados foram convidados a prestar contas de suas ações e apresentar relatórios com os avanços e fragilidades relacionadas às políticas públicas para mulheres. Para Viotti, (1995, p. 148) “a Conferência de Pequim partiu de uma avaliação dos avanços obtidos desde as conferências anteriores e de uma análise dos obstáculos a superar para que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e alcançar seu desenvolvimento integral como pessoas”.

Outros temas que merecem destaque, na Plataforma de Pequim (1995), e que foram considerados como inovações na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade. Para além das inovações já mencionadas, ainda foi destacado a necessidade de se discutir e reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres passa pelo viés dos direitos humanos e que não é apenas uma questão decorrente de problemas econômicos e sociais.

No Brasil, ao mesmo tempo da Conferência de Beijing, alguns mecanismos institucionais de participação foram sendo criados. De forma lenta, notava-se uma retomada do governo em relação às políticas públicas para as mulheres. Existia uma expectativa dos movimentos de mulheres em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), porém o CNDM continuou sem estrutura administrativa, sem orçamento próprio e sem o apoio do movimento feminista. Ao final de seu segundo mandato, o presidente FHC, em 2002, criou a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM) por meio da Medida Provisória nº 37 de 2002. Ao analisar a medida provisória percebe-se que não deixava evidente as atribuições nem estrutura administrativa da SEDIM. Para a Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Solange Bentes Jurema (1999-2002) e Ministra da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (2002) “várias causas contribuíram para a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso criar a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher com status ministerial em 2002, dentre elas, a reivindicação das mulheres em âmbito nacional e internacional” (JUREMA, 2021, p.33).

Ao fazer um levantamento do Plano Plurianual (2000-2003) do governo federal (BRASIL, 2004), foi constatado que poucos programas estavam destinados de forma específica às mulheres. O Programa “Combate à violência contra a mulher” tinha como objetivo combater a violência doméstica contra a mulher a partir de ações como: Capacitação de quadros das delegacias da mulher e juizados especiais; Construção de abrigos para mulheres em situação de risco; Edição e distribuição de material informativo sobre prevenção e combate à violência doméstica e sexual; Estudos e pesquisas sobre o direito da mulher; Implantação de sistema informatizado sobre os direitos da mulher; Instalação de equipamentos em abrigos para mulheres em situação de risco de vida; Promoção de eventos sobre o direito da mulher. E o “Programa Saúde da Mulher” com o objetivo de reduzir a morbimortalidade da mulher por complicações da gravidez, parto, puerpério e outros agravos da condição feminina.

Diante de tal constatação foi elaborado um documento com 25 propostas de programas que tinham como fundamentação as Estratégias de Igualdade e o CNDM reivindicou que os Ministérios apresentassem propostas e programas para melhoria de vida das mulheres.

Em 2003, a então Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM) que era ligada ao Ministério da Justiça, foi substituída pela a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) por meio da Medida provisória nº 103, de 1º de Janeiro de 2003 que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dava outras providências. A medida provisória foi convertida na Lei nº 10.683, de 2003, e em seu Art. 22 relata as seguintes competências para SPM que passou a ser vinculada à Presidência da República:

- “- Assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;
- Elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional;
- Elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo com vistas à promoção da igualdade, articular;
- Promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- Promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos a igualdade das mulheres e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e até três Subsecretarias.”

Com vínculo direto com a Presidência da República, a SPM podia participar das reuniões ministeriais, e esse diálogo permitia uma construção coletiva das propostas de políticas públicas para mulheres, além das discussões que tratavam de orçamentos e recursos que poderiam ser destinados para tais ações. Para Emília Fernandes Ministra da Secretaria

Especial de Políticas para as Mulheres (2003 - 2004) “os direitos das mulheres e suas necessidades por mais avanços saíam da invisibilidade rumo a mais conquistas. Nosso país assumiu plataformas e agendas nacionais e internacionais, entrando em um novo patamar de compromisso governamental” (FERNANDES, 2021, p. 40).

Foram definidas cinco metas que seriam prioritárias para atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003: Institucionalizar a Secretaria de Políticas para as Mulheres, reformular o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e ampliar o diálogo com o movimento de mulheres; Promover a revisão do Plano de Ações e Projetos do Governo Federal, buscando ampliar os recursos destinados às Políticas de Gênero – visando o cumprimento da sustentabilidade e da transversalidade nas políticas públicas; Promover o recorte de gênero nos programas sociais prioritários do Governo Federal, visando o enfrentamento à pobreza nos segmentos de maior vulnerabilidade: mulheres do campo, negras, indígenas, mulheres com deficiência, meninas, jovens e idosas, em situação de violência, pobreza e exclusão; Promover o aprofundamento de dados e pesquisas, e ampliar os instrumentos de monitoramento e transparência nos programas dirigidos às mulheres do Governo Federal; Enfrentar a Violência de Gênero, ampliando as políticas de combate à violência doméstica e a exploração sexual que atinge mulheres, meninas, jovens e idosas.

Um dos grandes desafios da SPM era reformular o Plano Plurianual (PPA) na tentativa de ampliar os recursos destinados à execução das políticas públicas propostas pelo governo. Dessa forma, “todas as áreas governamentais passaram a ser consultadas e estimuladas pela SPM a apresentar políticas com recorte gênero, raça/etnia” (FERNANDES, 2021, p. 39) na tentativa de uma interlocução entre as ações institucionais e os movimentos de mulheres.

Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres a estruturação de políticas públicas para mulheres e igualdade de gênero passa a ter novos elementos como as diretrizes da Política Nacional para as Mulheres, as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM) e a elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM). Mesmo tendo sua criação em 1980 a SPM foi a partir do primeiro mandato do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva que as políticas públicas com recorte de gênero foram tendo institucionalidade. “A instituição de um organismo de políticas para mulheres, situado em alto nível hierárquico e com competências claras e recursos próprios, atendia tanto a reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, quanto a recomendações internacionais. (FARAH, 2018, p. 44)

Desde a sua instituição, em 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo fortalecida no governo da presidenta Dilma Rousseff, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres teve significativos avanços na construção de programas e políticas públicas para as mulheres que foram sendo institucionalizadas por todo país em áreas tais como:

- a) Educação, Cultura e Ciência - atuando com o propósito de desconstruir os estereótipos de gênero presentes na sociedade brasileira, bem como de promover e dar visibilidade a ações culturais feitas por mulheres e por meio do estímulo e apoio à produção científica sobre relações de gênero, mulheres e feminismos.
- b) Diversidade das Mulheres - planejando e articulando ações para incorporar a diversidade das mulheres nas políticas públicas desenvolvidas pela SPM e por outros Ministérios. São segmentos prioritários nestas articulações: negras e quilombolas, LBT (lésbicas, bissexuais e transexuais), mulheres com deficiência, indígenas, jovens e idosas.
- c) Igualdade de gênero no campo, na floresta e nas águas - em articulação com outros órgãos públicos e instituições privadas, buscavam refletir seus anseios pelo reconhecimento do seu trabalho e dos seus direitos. Nessa diversidade, encontram-se trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, camponesas, extrativistas, quebradoras de coco babaçu, pescadoras, seringueiras, quilombolas, indígenas e ribeirinhas.
- d) Mulher e trabalho - desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inserção e a permanência das mulheres no mundo do trabalho e a ampliação dos seus direitos sociais. A autonomia econômica das mulheres constitui fator de suma importância na busca da igualdade entre mulheres e homens, sejam elas das cidades, do campo ou da floresta.
- e) Organismos Governamentais, Distrito Federal, Estados e Municípios – fortalecendo as secretarias, coordenadorias, superintendências, diretorias e gerências de políticas para as mulheres, identificadas como Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres – OPM.
- f) Poder e participação política - promovendo o fortalecimento e a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão de forma ampla, com base no entendimento de que a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão tem diversas causas.
- g) Saúde Integral da Mulher – a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM foi elaborada em 2004, a partir de diagnóstico epidemiológico da situação

da saúde da mulher no Brasil e do reconhecimento da importância de se contar com diretrizes que orientassem as políticas de Saúde da Mulher.

O Manifesto das ex-Presidentas e ex-Ministras dos Organismos de Políticas para Mulheres: Os Direitos das Mulheres são Conquistas Diárias (2021, p. 63) as autoras destacam que “ao longo de 40 anos, em contextos políticos e econômicos diversos, os princípios de igualdade e equidade das mulheres com relação aos homens, foram considerados pilares das políticas públicas desenvolvidas nos governos democráticos que se sucederam”. Com o golpe institucional de maio de 2016 contra a então presidenta Dilma Rousseff esses pilares foram desrespeitados marcando o início de um esfacelamento das ações e pilares das políticas públicas com recorte de gênero e afirmação dos direitos humanos das mulheres.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob a responsabilidade da ex-ministra Damares Alves, transformou as conquistas e avanços do CNDM e SPM em ações conservadoras e fundamentadas em preceitos religiosos e patriarcais, programas e políticas institucionais pautados no núcleo familiar, onde muitas vezes acontece violências doméstica contra as mulheres. O compromisso com os direitos das mulheres, com as políticas institucionais foram constantemente desrespeitados e regredimos em relação às propostas de políticas públicas voltadas à conquista da autonomia e igualdade de gênero. A própria Secretaria das Mulheres ignorava os avanços e conquistas das gestões anteriores.

O Conselho Nacional de Direitos da Mulher foi desrespeitado no seu papel de monitorar e deliberar sobre as políticas públicas para as mulheres e não dispunha de recursos para viabilizar suas ações, principalmente relacionadas ao desemprego, violência doméstica e aumento da pobreza. Retrocessos gerados a partir do desrespeito às leis aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas, como PEC das Trabalhadoras Domésticas, Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio sofreram sérios ataques da bancada fundamentalista.

A ascensão de um governo de extrema direita refletiu diretamente na trajetória da democracia de nosso país. Foi interrompido um ciclo de mudanças que aconteciam de forma gradativa e alicerçado na interação entre a sociedade e o Estado. Uma interação que permitiu o acesso dos grupos menos favorecidos ao direito à cidadania.

A implementação de uma agenda antigênero foi sendo inserida na estrutura governamental, principalmente no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que enfatizou ações institucionais voltadas para família e desarticulou ações, normativas e as

políticas públicas voltadas para as mulheres comprometendo a redução das desigualdades em um processo de enfraquecimento dessas agendas.

O Plano Plurianual (2020-2023) evidenciou essa articulação “desde a descrição genérica nas diretrizes do documento sobre o tema das desigualdades, a retirada dos termos desigualdades regionais, étnico-raciais, geracionais e de gênero, até a redução dos valores no orçamento e na execução das políticas para as mulheres”(IPEA, 2023, s.p).

Os cortes em despesas e investimentos alcançaram, entre 2019-2022, inúmeros setores do poder executivo, operando em consonância com a lógica de Estado Mínimo e em paralelo com o desmonte das políticas para as mulheres. Para além dos interesses econômicos ancorados na lógica neoliberal, as políticas de austeridade estiveram, nesse período, coordenadas por valores ideológicos que encontram sustentação em pautas conservadoras e na aplicação de uma moralidade religiosa amparada nos valores da família tradicional amplamente compartilhados e progressivamente institucionalizados. Os cortes nos orçamentos das políticas para as mulheres e a priorização de uma agenda da “família” indicam que os interesses ideológicos foram determinantes na alocação dos recursos ao longo da gestão de Bolsonaro. (IPEA, 2023, s.p).

O relatório “A mulher no Orçamento 2022” (BRASIL, 2023) mostra o mapeamento dos gastos referentes às ações orçamentárias no período correspondente a 2015 a 2022. Foram mapeadas 121 ações e posteriormente distribuídas em seis categorias que englobam políticas públicas voltadas para a saúde, autonomia econômica, proteção social, educação, violência contra mulher e acesso a direitos.

De acordo com o relatório é possível afirmar que 97% dos recursos empenhados em 2022 foram destinados a ações correspondentes às áreas da saúde, educação e proteção social. Destaca ainda que apenas uma fração residual do gasto pode ser categorizada para ações que visam a redução do hiato de gênero entre homens e mulheres. A grande parcela das despesas são classificadas como gasto ampliado que mesmo não tendo sido pensadas para a redução dessa desigualdade entram como ações capazes de melhorar as condições de vida das mulheres atendidas.

O Boletim do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2023) “Políticas Sociais: acompanhamento e análise” apresenta cinco agendas que considera de fundamental importância para o futuro da igualdade de gênero na tentativa de reverter o atual quadro de desigualdades de gênero e para que as mulheres possam ser respeitadas enquanto cidadãs e tenham garantidos seus direitos, sejam eles de ordem afetiva, reprodutiva, educacional, sexual, familiar: O direito das mulheres no Legislativo; Reconstrução da institucionalidade e dos instrumentos de políticas; A retomada de uma política integral de enfrentamento da

violência contra as mulheres; A cultura enquanto vetor de reprodução de desigualdades de gênero; A construção de uma Política e de um Sistema Integral Nacional de Cuidados.

Em 2023, as esperanças se renovam a partir do resgate do Ministério das Mulheres, com a proposta de reconstruir e fortalecer as ações baseando-se na transversalidade entre as pastas. O quadro abaixo mostra algumas ações que foram desenvolvidas ao longo do primeiro ano de mandato do Ministério das Mulheres em parceria com outros Ministérios.

Quadro 1 - Ações do Ministério da Mulher em parceria com outros Ministérios em 2023.

Áreas Envolvidas	Ações Desenvolvidas
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA	Retomada do Programa Mulher Viver sem Violência. Construção de 40 Casas da Mulher Brasileira. 8% de contratação de mulheres vítimas de violência nas licitações.
JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	Distribuição de 270 patrulhas Maria da Penha para todos os estados - eixo do Pronasci para enfrentamento à Violência contra as Mulheres.
SAÚDE	Programa de Proteção e Promoção de saúde menstrual. Programa Nacional de Equidade de Gênero e Raça e Valorização de Gênero no SUS. Estratégia nacional para prevenção e eliminação do câncer do colo do útero.
CULTURA	Editais para projetos inéditos de cineastas brasileiras - R\$ 10 milhões. Prêmio para livros de ficção inéditos escritos por mulheres - R\$ 2 milhões.
EDUCAÇÃO	Lançamento de Edital “Pronatec Mulheres Mil”. R\$ 30 milhões para 40 mil mulheres em situação de vulnerabilidade. Retomada de 1.217 obras de creches paralisadas.
ESPORTE	Bolsa Atleta garante licença-maternidade e proteção aos direitos da gestante. Skate por Lazer: 50% das vagas destinadas exclusivamente às mulheres. Futebol feminino: estratégia de valorização e investimento
FAZENDA	Programa “Mulher Cidadã - cidadania fiscal para mulheres”
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	Edital de Assistência Técnica Rural para mulheres do campo R\$ 50 milhões: previsão de 20 mil mulheres atendidas.

DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	Empreendedoras.tech: Programa de Apoio a Empreendedoras na Tecnologia. Fortalecimento de empresas e projetos de base tecnológica com lideranças femininas.
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Chamada pública do CNPq Meninas nas Ciências Exatas Engenharia e Computação: edital de R\$ 100 milhões
PARTICIPAÇÃO POPULAR	Determinação de paridade de gênero nos conselhos populares e comissões

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ministério da Mulher.

Além das ações desenvolvidas pelo Ministério da Mulher é importante destacar algumas leis que foram sancionadas em 2023 para garantia de direitos e Políticas para as mulheres como por exemplo: as medidas protetivas de urgência, a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine), programas de prevenção e enfrentamento ao assédio sexual no âmbito da administração pública e a criação e funcionamento ininterrupto de delegacias especializadas de atendimento à mulher.

Para 2024, o Poder Executivo (BRASIL, 2023) propõe ampliar a transparência orçamentária, oferecer uma referência para emendas parlamentares e aperfeiçoar a prestação de informações por meio de relatórios. O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, aprovado pela Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, recebeu propostas da sociedade por meio do ambiente digital Plataforma Brasil Participativo, criado pelo governo federal para a população contribuir e opinar na construção de políticas públicas. “Ao todo, mais de um milhão e 400 mil pessoas participaram ativamente da etapa digital do PPA, o que deu ao Brasil Participativo o título de maior experiência de participação social na internet já realizada pelo governo federal” (BRASIL, 2023).

O Ministério da Mulher recebeu 182 propostas, das quais 32 foram inseridas no escopo e 28 incorporadas ao Plano Plurianual (PPA) tendo como temas mais votados aparecem os relacionados ao Cuidado (33,42%, 2.302 votos), Violência (28,48%, 1.962 votos), Infância (25,8%, 1.782 votos), Emprego e renda (19%, 1.309 votos) e a Saúde (15,71%, 1.309 votos). No anexo D encontra-se a lista das 20 propostas mais votadas de acordo com o Relatório da plataforma Brasil Participativo com a descrição e quantidade de votos. “As propostas, mesmo as que não se encontram no escopo do PPA, servirão de subsídio para elaboração dos instrumentos de planejamento, resultando em metas e indicadores ou

demais qualificadores” (BRASIL, 2023, p. 10).

O Programa Mulher: viver sem violência aparece na 11ª posição no ranking dos 28 programas mais votados e tem por objetivo “enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres por meio da formulação, articulação, monitoramento, coordenação, governança interfederativa e avaliação de políticas transversais, intersetoriais, visando o pleno exercício da cidadania, livres de violências e ameaças” (BRASIL, 2023, p. 20).

Mesmo diante de alguns avanços e conquistas não podemos perder de vista o fato de que algumas contradições ainda precisam ser superadas, como a violência física, psicológica e sexual que se mostra presente na vida das mulheres, a divisão sexual nos ambientes de trabalho, as contradições relacionadas ao direito à vida, à liberdade de poder expressar seus pensamentos e decidir sobre seu corpo, sobre sua vida sexual e reprodutiva.

3. DESIGUALDADES DE GÊNERO E INSERÇÃO PRODUTIVA

Quando falamos em desigualdades de gênero e inserção produtiva de mulheres no mercado formal de trabalho é possível perceber que essa busca pela autonomia econômica e superação da dependência financeira ainda é influenciada por valores, estruturas e culturas patriarcais. Ao passo da história as mulheres foram sendo condenadas ao espaço físico do lar, aos cuidados da família, aos afazeres domésticos e o mercado formal de trabalho, um espaço destinado aos homens. A mulher executando atividades mais vinculadas ao espaço doméstico, ao espaço privado, enquanto os homens desempenham papéis vinculados aos espaços públicos. Dessa forma, foi se criando a cultura de que o trabalho doméstico seria inferior ao trabalho desenvolvido nos espaços públicos que são relacionados a papéis de poder.

Ao discutir a opressão vivenciada pelas mulheres, Gerda Lerner (2019) nos traz uma perspectiva histórica de como a mulher foi sendo oprimida pelos homens e como o patriarcado se fortaleceu por um período significativo de tempo. Essa discussão é norteadada pelo questionamento sobre a origem da submissão e opressão das mulheres trazendo a discussão do binômio entre sexo e gênero e de como essa determinação biológica foi definindo o espaço da mulher dentro da sociedade e determinando a divisão sexual do trabalho.

A resposta tradicionalista à primeira pergunta, é claro, é que a dominação masculina é universal e natural. O argumento pode ser proposto em termos religiosos: a mulher é submissa ao homem porque assim foi criada por Deus. Tradicionalistas aceitam o fenômeno da “assimetria sexual”, a atribuição de diferentes tarefas e papéis para homens e mulheres, algo observado em todas as sociedades humanas conhecidas, sendo prova desse ponto de vista e evidência de

seu caráter “natural”. Eles argumentam que, se à mulher foi atribuída, por planejamento divino, uma função biológica diferente da do homem, a ela também devem ser atribuídas diferentes tarefas sociais. Se Deus ou a natureza criaram diferenças entre os sexos, que, em consequência, determinaram a divisão sexual do trabalho, ninguém pode ser culpado pela desigualdade sexual e pela dominação masculina. (LERNER, 2019, p. 39)

Gerda Lerner (2019) nos mostra que não é porque havia uma divisão de papéis no trabalho levando-se em conta aspectos biológicos que havia uma hierarquização. O que podemos afirmar é que se na antiguidade essa divisão tinha uma relevância, hoje ela não mais se sustenta. Homens e mulheres podem ocupar os mesmos espaços e desempenhar os mesmos papéis na sociedade mesmo que a hierarquização ainda esteja presente de forma constante dentro das instituições.

Mesmo diante das transformações econômicas, políticas e sociais que se refletem na elevação da escolaridade das mulheres, na entrada no mercado formal de trabalho, no aumento de famílias chefiadas por mulheres, na diminuição dos números de filhos, ainda assim, se perpetuam conflitos ao articular o trabalho produtivo e o trabalho doméstico. “Foi por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho. Trata-se de algo visto de modo tão natural e instintivo, que muitas e muitos de nós sequer nos damos conta”. (LERNER, 2019, p. 16).

Por ser considerada um ser inferior, a mulher mesmo que parece ser ela que desempenhe o papel de poder dentro do espaço doméstico, dentro da família patriarcal, o homem terá sempre a palavra final pois é esse sujeito enquanto provedor da família que detém o poder tanto na esfera pública quanto privada.

Para Scott (2012),

As funções filha, esposa, mãe há muito tempo deixaram de ser as únicas identificações valorizadas da mulher na sociedade. Já há algumas décadas reconhece-se que as brasileiras ultrapassaram os espaços tradicionalmente reservados ao dito ‘sexo frágil’ e desempenham, hoje, papéis e funções sequer sonhados por suas bisavós e avós. Foi uma longa estrada percorrida, com percalços e desvios que se mostra, aparentemente, sem volta. Junto com as mulheres, as famílias também mudaram, e de maneira muito rápida, se compararmos o século XX e início do XXI aos períodos anteriores” (SCOTT, 2012, p. 15)

Essa mudança não se deu de forma automática, mas com força e determinação das mulheres para tentar mapear em que aspectos sua identidade estava sendo dominada e controlada. Um percurso tenso e que não aconteceu de forma linear mas com “condicionamentos e necessidades variadas que levaram as mulheres a assumir funções produtivas, abraçando habitualmente as possibilidades existentes, ocupando brechas no

mundo do trabalho ou tomando para si postos e colocações antes vetados ou inacessíveis” (MATOS e BORELLI, 2013, p. 127).

Na metade do século XIX, o processo de industrialização no Brasil, é marcado não só pela instalação de fábricas, mas pelo crescimento econômico, modernização do processo produtivo e urbanização da população que passou a abandonar a vivência no campo em busca de trabalho. “O setor industrial em expansão arregimentou um número significativo de mulheres em diferentes setores. Na fiação e tecelagem, no setor de vestuário, na manufatura. Na construção civil, na metalurgia, na cerâmica e no setor de vidro, porém, a participação era mais reduzida” (MATOS e BORELLI, 2013, p. 128)

As indústrias necessitavam de trabalhadores com mão de obra a baixo custo, possibilitando a contratação de mulheres que se submetiam a tais condições para poder complementar a renda e garantir as necessidades básicas da família. “O ordenado feminino representava apenas 65% do masculino” (MATOS e BORELLI, 2013, p. 128).

Outro fato que merece destaque para inserção das mulheres nas indústrias foi a resistência dos homens em aceitar a mecanização de sua força de trabalho e a idéia de que o trabalho desenvolvido pelas mulheres não tinha prestígio social, demandava atributos como docilidade, delicadeza e paciência que eram consideradas como características femininas.

Rago (2004, p. 581) salienta que “apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando mercado de trabalho fabril”. As mulheres foram sendo substituídas e expulsas de forma progressiva das fábricas com a incorporação da força de trabalho masculina. E tal exclusão se deve ainda,

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como naturalmente masculino. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um bom partido para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões” (RAGO, 2004, p. 581)

A sociedade industrial trouxe, para as mulheres, a separação do espaço doméstico e do espaço de trabalho. Porém, enquanto espaço culturalmente destinado aos homens, o mercado

de trabalho foi sendo moldado e pensado de acordo com a premissa de que os homens não tinham responsabilidades para além do ambiente de trabalho.

Dessa forma, não era preciso se preocupar com o tempo de deslocamento ou com extensa jornada de trabalho, pois os homens não tinham outras responsabilidades fora do ambiente de trabalho. Existia uma dependência, mesmo que invisível, do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres no ambiente doméstico já que com a saída das mulheres do espaço doméstico começaram a surgir alguns dilemas como quem seria responsável pelos cuidados com as crianças e com os afazeres domésticos.

Algumas responsabilidades foram passando de mãe para filha já que as filhas mais velhas acabavam tendo que assumir o trabalho doméstico para que as mães pudessem trabalhar. Mulheres das classes mais pobres passaram a deixar suas casas para exercer a função de domésticas nas famílias de classe média para que as mulheres dessas famílias pudessem trabalhar fora de casa. Fato que comprova que o mercado de trabalho vai se estruturando a partir de desigualdades e continua a reforçá-las.

Matos e Borelli (2013, p. 133), destacam que “após o final da Primeira Guerra (1918), ganhou força, por toda a sociedade, a ideia de que a mulher deveria dedicar-se exclusivamente às tarefas do lar e à maternidade”. A inserção das mulheres no mercado formal de trabalho passou a ser visto como um destruidor da família por grupos sociais e instituições que usavam argumentos baseados em preceitos morais e religiosos para condenar o trabalho da mulher fora do ambiente doméstico. “Muitos acreditavam que as mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade” (RAGO, 2004, p. 585).

Tal situação gerava nas mulheres um sentimento de culpa por acreditarem que estariam negligenciando as funções de mãe, esposa e dona de casa impostas pela sociedade patriarcal. É importante destacar que, no próprio meio familiar, onde se incentivava o trabalho feminino e onde o mesmo era tido como fundamental para o orçamento familiar, começou a se fortalecer a ideia de que a atuação das mulheres no mercado de trabalho era algo prejudicial para as famílias. “Denúncias sobre as difíceis condições do trabalho feminino multiplicaram-se e circulavam constantemente na imprensa operária.

Visto como atividade transitória o trabalho feminino fora de casa passou a ser tolerado apenas como uma fatalidade da pobreza” (MATOS e BORELLI, 2013, p. 133). A ideia da mulher como pessoas frágeis, indefesas e sem consciência política era constantemente reforçada na tentativa de invisibilizar suas lutas e reivindicações por melhores condições de

trabalho, redução da jornada de trabalho e assédios sofridos por seus chefes e colegas de trabalho.

Mesmo diante da diminuição da presença feminina no mundo do trabalho, principalmente no setor fabril, a mulher continuou buscando a consolidação de sua inserção e participação efetiva em outros espaços. Começaram a executar funções em trabalhos domésticos, em domicílios, funções no comércio, serviços burocráticos em escritórios, bancos, telefonia, cargos com menos visibilidade, sem estabilidade e alguns com exigência de formação profissional. Mesmo sendo uma alternativa de inserção produtiva, essas funções continuavam exigindo das mulheres extensas jornadas de trabalho e baixa remuneração.

Quando se trata de legislação, no Brasil, o trabalho das mulheres foi sendo regulamentado de forma assistemática. “Nos anos 30, cresceu a interferência federal na órbita da regulamentação do trabalho e, no que se refere às mulheres, culminou no item “Da proteção ao trabalho da mulher” da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943” (MATOS e BORELLI, 2013, p. 141). No qual se estabeleceu que: a duração normal de trabalho da mulher de oito horas diárias; a adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres passou a ser considerada de ordem pública, não justificando em hipótese alguma a redução de salário; passou a ser vetado o trabalho noturno (entre às 22h e às 05h) com exceção das funções desenvolvidas em cargos de telefonia, radiotelefonia, enfermagem, casas de espetáculos, hotéis e bares; se estabeleceu a proibição do trabalho de mulheres nos subterrâneos, nas minerações, nas pedreiras e obras, de construção pública ou particular e em atividades consideradas insalubres ou perigosas; a licença maternidade foi regulamentada e a exigência de creches nas empresas em que trabalhassem pelo menos trinta mulheres, com mais de 16 anos de idade.

Entretanto, apesar dessas medidas, discriminações, ilegalidades e abusos continuaram a persistir, como por exemplo, a subordinação das mulheres aos seus esposos, que detinha o poder de autorizar ou não a esposa a exercer alguma profissão. Situação prevista no Código Civil de 1916 e que só foi revogada pela Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962 que dispunha sobre a situação jurídica da mulher casada. “As conquistas das mulheres brasileiras em termos de maior participação política e de maior igualdade de gênero nas esferas pública e privada, contribuem para redefinir as relações de gênero no interior da família e na atividade econômica”(LEONE e PORTILHO, 2018, p. 232).

O Censo Demográfico de 2022 constatou que as mulheres correspondem a 51,5% da população brasileira. As mulheres são maioria em todas as grandes regiões do Brasil. São 6

milhões de mulheres a mais que o número de homens em nosso país. “Essa informação se constitui em um poderoso instrumento para subsidiar o planejamento de políticas públicas que visam ao atendimento das necessidades de grupos específicos e fornecer parâmetros a serem considerados nos processos de avaliação de programas sociais e econômicos” (IBGE, 2023, p. 35).

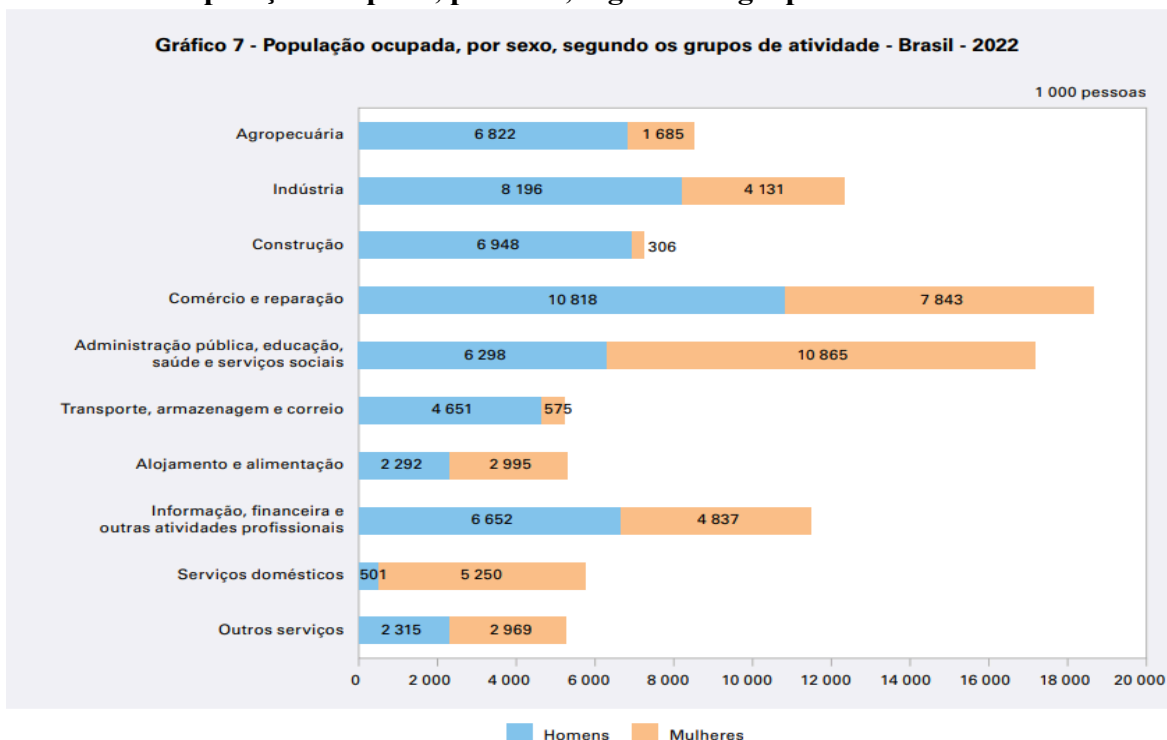
No campo do trabalho, a ausência de dados, legislação e políticas públicas aumentam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para se inserir no mundo de trabalho e permanecer desenvolvendo suas funções no mercado formal.

Dados do IBGE (2022) nos mostra que historicamente, o nível de ocupação das mulheres é substancialmente inferior ao dos homens, o que ocorre tanto pela menor participação no mercado de trabalho, como pela maior taxa de desocupação desse grupo. “O nível de ocupação dos homens alcançou 66,3%, contra 46,3% para as mulheres, diferença que, salvo pequenas oscilações, vem sendo mantida”(IBGE, 2023, p. 22).

A composição das atividades econômicas mostra o perfil produtivo de um país, identificando aspectos como nível de industrialização, terceirização, participação da atividade agropecuária e dos diversos segmentos, mais ou menos modernos, do setor de Serviços. A estrutura produtiva brasileira ainda carrega elementos e relações trabalhistas características de economias subdesenvolvidas, como, por exemplo, o grande número de trabalhadores em Serviços domésticos que, em 2022, registrou quase 6 milhões de pessoas ocupadas, em sua imensa maioria mulheres (5,3 milhões). (IBGE, 2023, p. 23).

O gráfico abaixo mostra dados do IBGE 2022 de acordo com a ocupação da população, por sexo e segundo os grupos de atividade exercidas em 2022.

Gráfico 1 - População ocupada, por sexo, segundo os grupos de atividades - Brasil 2022



Fonte: IBGE, 2023

A análise dos dados revelam que essa participação ainda varia consideravelmente entre os setores. Os dados do censo revelam que a participação das mulheres no mercado de trabalho ainda prevalece em áreas relacionadas ao comércio e reparação, administração pública, educação, saúde e serviços sociais e nos serviços domésticos, enquanto em setores tradicionalmente masculinos, como tecnologia e construção, as mulheres continuam sub-representadas, revelando tendências marcantes e desafios persistentes.

Essa discrepância destaca a necessidade de estratégias específicas para promover a diversidade em setores historicamente dominados por homens. Apesar dos avanços na participação, o censo revela que as mulheres continuam enfrentando barreiras significativas na ascensão profissional.

A sub-representação em cargos de liderança persiste, refletindo o fenômeno conhecido como "teto de vidro". A análise desse aspecto indica que, mesmo quando as mulheres estão presentes em um determinado setor, sua presença nas posições mais altas muitas vezes é desproporcionalmente baixa. Estratégias que abordem diretamente essas barreiras tornam-se imperativas para mitigar esse fenômeno.

Os dados do censo evidenciam que a desigualdade salarial entre homens e mulheres continua a ser uma questão relevante. Mesmo em profissões similares, as mulheres

frequentemente recebem salários inferiores em comparação com seus colegas masculinos. Essa disparidade salarial persistente aponta para a necessidade de ações decisivas, como auditorias salariais regulares e políticas organizacionais que promovam a igualdade salarial.

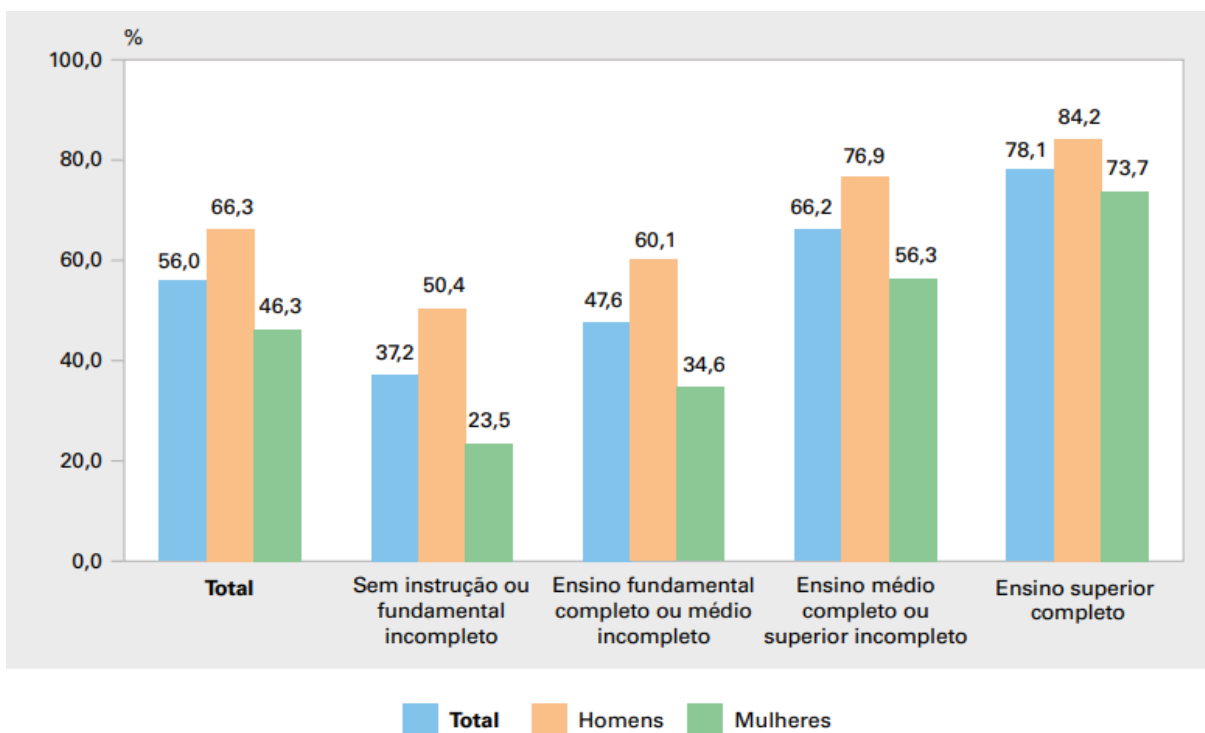
A transparência salarial também emerge como uma ferramenta crítica para identificar e corrigir discrepâncias injustas. O censo destaca ainda que, embora a educação formal das mulheres tenha avançado, nem sempre esse aumento se traduz em uma inserção profissional equitativa.

Apesar dos avanços, as mulheres ainda enfrentam obstáculos ao buscar posições de liderança. O viés inconsciente, que favorece candidatos do sexo masculino, pode resultar em decisões de promoção injustas. Além disso, as expectativas sociais e familiares muitas vezes colocam as mulheres em uma posição de equilíbrio entre carreira e vida pessoal. Essas barreiras podem desencorajar mulheres talentosas de buscar cargos de liderança.

O viés de gênero persiste como uma barreira significativa para as mulheres em posições de liderança. Estereótipos arraigados sobre as características de liderança, associadas a traços tradicionalmente masculinos, frequentemente levam a decisões de promoção enviesadas. Isso resulta em uma subvalorização das qualidades de liderança das mulheres, prejudicando suas oportunidades de avançar nas carreiras.

O gráfico a seguir mostra que as mulheres com níveis educacionais mais elevados ainda podem enfrentar obstáculos para acessar oportunidades de carreira e para progredir em suas trajetórias profissionais. “Embora a maior escolaridade das mulheres não seja suficiente para equilibrar sua situação em relação aos homens, o grau de instrução entre elas torna-se uma característica muito relevante para assegurar a inserção no mercado de trabalho” (IBGE, 2023, p. 22).

Gráfico 2 - Nível de ocupação, por sexo, segundo o nível de instrução - Brasil 2022

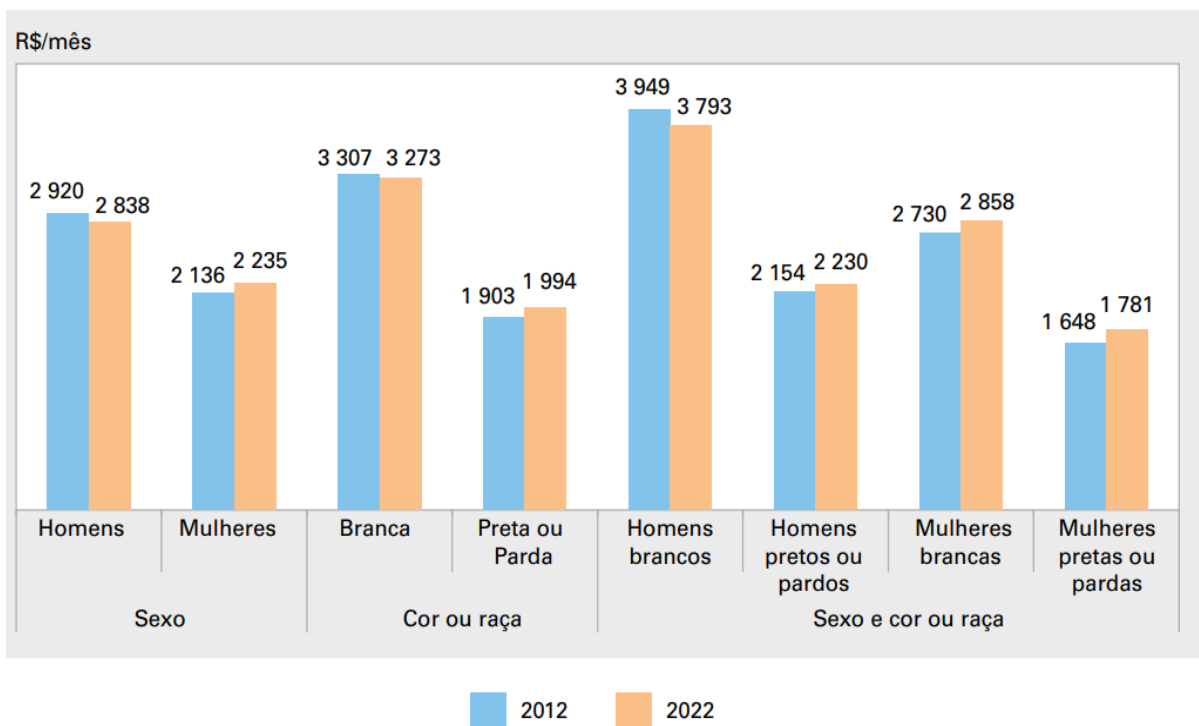


Fonte: IBGE, 2023

Essa observação ressalta a importância de estratégias que vão além da educação, visando criar ambientes de trabalho inclusivos e igualitários. O cruzamento de dados por raça e classe social revela desafios adicionais para mulheres negras e de classes sociais mais baixas. Essa população frequentemente enfrenta obstáculos específicos, como estereótipos racializados e falta de acesso a oportunidades de ascensão econômica. “Em 2022, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava, em média, 64,2% mais do que a de cor ou raça preta ou parda e os homens, 27,0% mais que as mulheres, sendo que mulheres e homens de cor ou raça preta ou parda recebiam rendimentos inferiores aos das pessoas brancas” (IBGE, 2023, p. 25).

Políticas que considerem essas interseccionalidades tornam-se cruciais para garantir que as estratégias de inclusão abranjam todas as mulheres, independentemente de sua origem étnica e posição social. Os resultados deixam evidente a existência de desigualdade estrutural, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2012/2022.



Fonte: IBGE, 2023.

A análise dos dados do censo reforça a complexidade da inserção da mulher no mercado de trabalho. Enquanto alguns avanços são evidentes, desafios persistentes requerem uma abordagem holística que vá além das mudanças pontuais. Estratégias que abordem a diversidade de setores, desigualdades salariais, barreiras na ascensão profissional e considerem as interseccionalidades são essenciais para promover uma inserção mais justa e equitativa das mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

Essa compreensão mais profunda é crucial para orientar políticas e práticas que visem à promoção da igualdade de gênero no ambiente profissional. Os estereótipos de gênero continuam a ser um fator significativo que molda não apenas as escolhas profissionais e a progressão de carreira, mas também contribui para a desigualdade salarial e a subrepresentação em cargos de liderança.

As tendências atuais do censo apontam para uma mudança gradual, mas a persistência de disparidades salariais e de representatividade destaca a necessidade urgente de estratégias eficazes. Políticas organizacionais, programas educacionais inclusivos e conscientização

contínua são essenciais para desafiar e superar os estereótipos de gênero arraigados que perpetuam a desigualdade no mercado de trabalho.

Esta discussão integrada destaca não apenas os desafios enfrentados pelas mulheres, mas também oferece um panorama para a ação. A promoção da equidade de gênero requer esforços coordenados em níveis individual, organizacional e na sociedade, visando não apenas a igualdade de oportunidades, mas também uma mudança cultural profunda que desafia e redefine os padrões tradicionais de gênero no ambiente profissional.

A inserção produtiva das mulheres é um componente essencial desse debate, pois a efetiva participação feminina no mercado de trabalho não apenas promove a igualdade, mas também contribui para a construção de sociedades mais justas e inclusivas. Ao reconhecer as desigualdades de gênero podemos abrir caminho para um futuro mais inclusivo e igualitário, formular estratégias e políticas que promovam uma inserção mais justa e equitativa das mulheres no mercado de trabalho com ações concretas e continuadas em direção a um futuro profissional verdadeiramente igualitário e gerar oportunidades transformadoras.

4. PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Neste tópico será realizada a análise dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, com o objetivo de avaliar seus pressupostos, princípios e diretrizes gerais. Para tanto foram escolhidos os documentos finais das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres entendendo-as como espaços importantes na discussão, formulação e avaliação de políticas públicas para mulheres além de situar o cenário político o qual cada Conferência foi idealizada e as mudanças que sofreram a partir do comprometimento governamental na construção e implementação destas políticas. Cabe ressaltar que o Programa Mulheres Mil enquanto iniciativa governamental para melhoria das condições de vida de mulheres em vulnerabilidade social se insere nesse contexto de discussões que buscam a garantia de direitos que impactam a vida dessas mulheres em diversos aspectos tais como igualdade salarial, saúde, educação, autonomia econômica e violência de gênero temas amplamente discutidos no âmbito das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres.

4.1. PRESSUPOSTOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

A institucionalização das políticas públicas para as mulheres e de promoção da igualdade a partir da criação de órgãos governamentais trouxe a perspectiva de que as discussões sobre a formulação e implementação dessas deveriam ter a participação das próprias mulheres enquanto cidadãs e sujeitos políticos. E para tanto, seria necessário a criação de espaços governamentais destinados essencialmente as mulheres. A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, começou a legitimar essa discussão em nível estadual e municipal.

Fruto desse trabalho da SPM e articulado com os movimentos de mulheres que organizaram conferências municipais e estaduais de mulheres, foi realizada no período de 15 a 17 de Julho de 2004, em Brasília, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, reafirmando o compromisso do governo com a construção da igualdade entre homens e mulheres com o tema “Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”.

Consolidar a igualdade de gênero não depende só da vontade política de um governo, mas depende, sobretudo da construção de uma política de gênero no país, com atribuições claras e bem definidas para as três esferas de governo, ou seja, municípios, estados e união, bem como para os poderes legislativo e judiciário, dialogando e construindo a com os poderes constituídos, e com a sociedade civil como um todo, especialmente com os movimentos de mulheres e os movimentos feministas. (BRASIL, 2004, p. 9)

A Conferência reuniu as contribuições das plenárias municipais e conferências estaduais realizadas em todo o país. Baseado nestas discussões, iniciou-se o trabalho para elaborar as diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres. Um trabalho realizado pelos 20 grupos de trabalho compostos pelas delegadas governamentais e sociedade civil que tinham a incumbência e a nobre missão de discutir e indicar as propostas de diretrizes para votação que seria realizada na plenária final. “O sistema deliberativo funcionou como um instrumento eficaz e justo para trazer a voz dos movimentos no momento da formulação da política. As mulheres participaram da discussão de ideias e de programas como uma forma de estabelecer caminhos a serem percorridos” (THOMÉ & MELO, 2021, p. 52).

A realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres indicou a natureza, princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres na perspectiva da igualdade de gênero, considerando a diversidade de raça e etnia”. E cinco eixos temáticos, foram distribuídos e discutidos em grupos separados: 1 – Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra; 2 – Superação da violência contra a mulher:

prevenção, assistência e enfrentamento; 3 – Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais e recursos naturais; 4 – Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos; 5 – Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPMM) “reconheceu as limitações do Estado universalista, reafirmou a necessidade de trabalhar pelos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, bem como reforçou a importância de se promover maior acesso e participação das mulheres nos espaços de poder” (THOMÉ & MELO, 2021, p. 53), demonstrou ainda de maneira categórica “a capacidade de organização e mobilização do movimento de mulheres e de movimentos feministas” (BRASIL, 2011, p. 138).

A partir dos debates e discussões da Conferência de 2004, foi elaborado I Plano Nacional de Políticas para Mulheres contendo 199 ações nas diferentes dimensões da vida das mulheres, distribuídas em 26 prioridades e estruturado em torno de quatro linhas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e, enfrentamento à violência contra as mulheres. Estas linhas acabaram servindo de base para os futuros Planos nas II e III Conferências. “O PNPM deveria servir como um guia, e acabou sendo, de preocupações e intenções, as quais deveriam ser priorizadas e levadas em conta pelos mais diversos setores: da saúde à segurança, passando pela agricultura, pela educação (THOMÉ & MELO, 2021, p. 56).

O I PNPM foi estruturado em três partes. A primeira trata do Marco legal e um panorama das mulheres brasileiras na busca de expressar as necessidades e as expectativas delas e da sociedade no que tange à formulação e à implementação de políticas públicas de promoção da igualdade e de enfrentamento dessas questões. Na segunda parte são apresentados os pressupostos, princípios e diretrizes gerais da Política Nacional para as Mulheres especificando, em quatro capítulos, os objetivos, metas, prioridades e um plano de ação para as quatro linhas estratégicas de atuação. A última parte aborda o processo de gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A ideia era “desenhar um PNPM tendo como pano de fundo conceitual o entendimento de construir políticas transversais com atenção ao gênero que fossem influenciar os diferentes programas que o governo iria levar adiante” (THOMÉ & MELO, 2021, p. 56).

As ações do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres foram pensadas para serem executadas no período de 2005-2007 tendo como referência a realização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Seriam três anos para atender os princípios de igualdade e respeito à diversidade, princípio da equidade, da autonomia das mulheres, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transparência dos atos públicos e da participação e controle social.

A proposta de monitoramento e avaliação do I PNPM era que fosse realizada por um Comitê de Articulação e Monitoramento, que de forma contínua e articulada com a SPM e por representação do CNDM e setores do governo teria a função de colaborar para o cumprimento das prioridades estabelecidas, dos objetivos propostos, das metas e indicadores definidos e ações implementadas. “Os instrumentos e arranjos institucionais utilizados tanto para fins de execução das políticas quanto para participação e monitoramento se revestem de um caráter inaugural, tendo contribuído de forma decisiva para a consolidação do tema na agenda governamental” (BRANDT, 2021, p. 70).

Para tanto, precisariam sistematizar as informações e subsidiar a elaboração dos relatórios de gestão para auxiliar os gestores públicos na tomada de decisões.

A avaliação do I PNPM apontou como principais avanços em direção à institucionalização da Política Nacional para as Mulheres e sua implementação: a maior inserção da temática de gênero, raça/etnia no processo de elaboração do orçamento e planejamento do governo; a criação de organismos governamentais estaduais e municipais para coordenação e gerenciamento das políticas para as mulheres; e os avanços na incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas. Mereceram destaque, ainda, a promulgação da Lei n o 11.340/ 2006 (Lei Maria da Penha); a criação da Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva contra o Aborto; o aumento de crédito das mulheres rurais; e a política nacional de direitos sexuais e direitos reprodutivos, entre outros (BRASIL, 2008, p. 22)

Foram pontuadas e discutidas as insuficiências apontadas no enfrentamento da violência contra a mulher, fragilidade dos mecanismos institucionais de controle social das políticas públicas para as mulheres, a falta de priorização nos orçamentos do PPA e LDO para garantia da implementação do Plano nos Estados e Municípios, falta de informações sobre os dados oficiais relacionadas as mulheres atendidas pelas ações do PNPM e dificuldade de implementação das políticas públicas relacionadas as questões ideológicas, políticas, econômicas, de classe e culturais.

A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, foi realizada no período de 17 a 19 de Agosto de 2007, em Brasília e trouxe como tema “Desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do PNPM e avaliação das ações e políticas

propostas no PNPM. E a participação das mulheres nos espaços de poder”. A pauta das discussões foi a avaliação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e da participação das mulheres nos espaços de poder destacando os avanços e obstáculos para a institucionalização e implementação do Plano, consolidados dos Relatórios Estaduais. Assim como na Conferência de 2004, milhares de mulheres puderam se expressar através das delegadas de todo país que participaram dos debates do encontro nacional.

Os pressupostos e princípios da Política Nacional para as Mulheres estabelecidos na I Conferência foram reafirmados, e o II Plano de Políticas Públicas para Mulheres foi elaborado contendo 94 metas, 56 prioridades e 388 ações distribuídas em 11 áreas de atuação.

Foram inseridas mais seis áreas de atuação que se juntaram às já existentes no I PNPM: Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; Cultura, comunicação e mídia não discriminatórias; Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; e Enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas. “O processo de construção do II PNPM e os seus resultados traduzem a continuação do esforço empreendido pelo governo do Presidente Lula para incorporar o princípio da igualdade no processo de desenvolvimento e na consolidação da democracia, iniciada já em 2003” (BRASIL, 2008, p.21).

O II PNPM (BRASIL, 2008), assim como o anterior, está organizado em três partes. A primeira parte intitulada “Temos um plano” fala sobre o intenso processo para sua construção. A segunda trata dos pressupostos, princípios e diretrizes gerais, trazendo em 10 capítulos as áreas de preocupação e os temas definidos como prioritários para implementação das 394 ações propostas. Foram acrescentados mais seis capítulos, nessa sessão, para tratar dos objetivos, metas, prioridades e o plano de ação relacionados aos novos eixos totalizando 11 áreas de atuação, conforme descrito abaixo:

- 1) Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social;
- 2) Educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica;
- 3) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- 4) Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
- 5) Participação política das mulheres e igualdade em todos os espaços de poder;

- 6) Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar;
- 7) Direito das mulheres à terra e à moradia digna, bem como serviços com cidadania, garantindo a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais, considerando as etnias e comunidades tradicionais;
- 8) Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas, não discriminatórias, não sexistas, antirracistas, não lesbofóbicas e não homofóbicas;
- 9) Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;
- 10) Enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres jovens e idosas em suas especificidades e diversidades.

A inclusão da perspectiva racial foi uma das áreas mais discutidas no II PNPM. Representadas por ativistas do movimento de mulheres negras “o objetivo era desconstruir a falácia de que todas as mulheres são iguais ou a da visão universalizante da mulher. Chamavam a atenção para o fato de que as mulheres negras, a maioria da população e do eleitorado, estão ausentes dos espaços de poder institucional e político” (THOMÉ & MELO, 2021, p. 57).

A III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi realizada no período de 12 a 15 de dezembro de 2011, em Brasília (Autonomia e igualdade para as mulheres). A proposta era fortalecer a Política Nacional para Mulheres, aprovada em 2004 e referendada em 2007. Tendo como temática a análise da realidade nacional social, econômica, política, cultural e dos desafios para a construção da igualdade de gênero e a avaliação e aprimoramento das ações e políticas que integram o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e definição de prioridades. “Durante a Conferência, foram aprovadas 91 resoluções a partir das propostas advindas dos grupos de trabalho e votadas em plenária, como orientação para a III Plano Nacional para as Mulheres” (BRASIL, 2013, p.6). Foram 24 grupos de trabalho discutindo sobre as diretrizes propostas nas Conferências Estaduais.

No entanto, o III Plano Nacional de Políticas para Mulheres só foi publicado em 2013, ano que a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) completava uma década de existência. Assim como o segundo, o terceiro PNPM, corresponde a conferência que o antecedeu e traz adequações e continuidades dos planos anteriores com demandas que surgidas nas conferências e questões que precisam ser respondidas e sistematizadas. “À luz da nova conjuntura política, social e econômica que despontou no início de 2012, foi estabelecido um grupo de trabalho interno à SPM que procedeu a uma releitura dos eixos

contidos no II PNPM, para a elaboração de uma primeira minuta do PNPM 2013-2015” (BRASIL, 2013, p.11).

O III Plano está organizado em dez capítulos. Cada capítulo corresponde a um eixo de atuação com seus objetivos, metas e linhas de ações. O documento também apresenta uma sessão dedicada a gestão e monitoramento com o objetivo de implementar, acompanhar e monitorar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM, com integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais.

A gestão e monitoramento Plano Nacional de Políticas para as Mulheres do traçou com metas (BRASIL, 2013):

- “a) Contribuir para a criação e o fortalecimento de organismos de promoção de políticas para as mulheres em todas as Unidades da Federação.
- b) Incentivar a formulação de Planos de políticas para as mulheres nos estados, Distrito Federal e municípios.
- c) Incentivar a produção e a disseminação de dados, estudos e pesquisas que tratem das temáticas de gênero e suas múltiplas formas de desigualdades, tais como raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, mulheres com deficiência, mulheres rurais/urbanas, geração e origem/região geográfica.
- d) Sensibilizar servidoras/es públicas/os para os temas de gênero e suas múltiplas formas de desigualdades.
- e) Dobrar o número de mecanismos de gênero nos órgãos do governo federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes.

Para tanto, era preciso definir linhas de ação para articular os órgãos dos governos nas esferas federal, estadual e municipal. Quatro linhas de ações foram traçadas: 1. Ampliação e fortalecimento da institucionalização das políticas de gênero nos poderes executivos federal, distrital, estaduais e municipais. 2. Capacitação e qualificação de agentes públicos para os temas de gênero e suas múltiplas formas de desigualdades. 3. Produção, organização e disseminação de dados, estudos e pesquisas que tratem das temáticas de gênero e suas múltiplas formas de desigualdades. 4. Monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

A IV Conferência Nacional de Política para as Mulheres foi realizada entre os dias 10 e 13 de Maio de 2016, em Brasília. As discussões giraram em torno do tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres” tendo como objetivo principal discutir estratégias de fortalecimento das políticas para as mulheres e a democratização da participação das mulheres nas diversas esferas institucionais e federativas.

O contexto político estava conturbado com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e o lema de abertura da conferência era a frase “Não permitir retrocessos”. Foram definidos quatro eixos centrais de debates (BRASIL, 2014): I. Contribuição dos

Conselhos dos Direitos da Mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios. II. Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios. III. Sistema político com participação das mulheres e igualdade: recomendações. IV. Sistema Nacional de Política para as mulheres: subsídios e recomendações.

Foram 43 propostas debatidas e aprovadas nos Grupos de Trabalho e na Plenária Final. Ao contrário das conferências anteriores, não houve uma discussão sobre um novo PNPM ou atualização do vigente, as discussões estavam em torno de um Sistema Nacional de Política para as Mulheres.

A V Conferência Nacional de Política para as Mulheres estava prevista para acontecer entre os dias de 3 a 5 de novembro de 2021, em Brasília. Com o tema “Garantias e avanços de Direitos das Mulheres: Democracia, Respeito, Diversidade e Autonomia”.

A Portaria nº 7, de 18 de Janeiro de 2021 aprovou o Regimento da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e definiu em seu Art. 2º os seguintes eixos temáticos: I - a Política Nacional para as Mulheres: Avanços e desafios e o papel do Estado na gestão das políticas para as mulheres; II - o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: Propostas de Estrutura, inter-relações, instrumentos de gestão, recursos, política nacional de formação, estratégias de institucionalização, regulamentação e implementação do Sistema; e III - políticas Públicas Temáticas para as Mulheres: Avanços e desafios e enfrentamento às violências, saúde integral, trabalho, autonomia econômica, participação nos espaços de poder e decisão, educação para a igualdade e diversidade.

Considerando as recomendações do Conselho Nacional de Saúde em relação às medidas com vistas a garantir as condições sanitárias e de proteção social para fazer frente às necessidades emergenciais da população diante da pandemia da COVID-19 a Resolução nº1, de 23 de fevereiro de 2021, adiou a realização da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres até que a segurança sanitária no país fosse restabelecida e criou um Grupo de Trabalho com a participação dos Conselhos estaduais e colaboração dos Organismos de Políticas para as Mulheres.

Por meio da Resolução Nº 5, de 15 de dezembro de 2023, o governo federal anunciou que a realização da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres será no ano de 2025. Na perspectiva de realizar um amplo debate e dialogar sobre as dificuldades e anseios das mulheres um Mapa Colaborativo das Mulheres Brasileiras foi lançado em agosto/2023 e

pretende coletar informações sobre as organizações, redes de apoio, coletivos, entidades e movimentos existentes em todo país e quais suas frentes de atuação. A Resolução destaca ainda a importância do avanço na defesa da vida das mulheres e no combate à misoginia, a partir do entendimento de que é necessário um engajamento de toda a sociedade para garantir o respeito às mulheres.

5. PROGRAMA MULHERES MIL: POLÍTICA SOCIAL DE INCLUSÃO E GÊNERO

Nesta seção apresenta-se à missão, objetivos e finalidades do Instituto Federal de Alagoas e buscamos entender de que forma o Programa Mulheres Mil se inseriu nesse contexto. Através dos documentos que tratam da concepção e implementação do PMM apresentamos como se deu a formulação dessa política pública e os atores envolvidos nesse processo de inclusão social desde o projeto piloto no IFRN em parceria com Canadá, passando pela ampliação da oferta para outros estados das regiões Norte e Nordeste, logo após a expansão do Programa para todo território nacional, os impactos ao ingressar no Pronatec e a experiência no IFAL.

5.1 CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

O Programa Mulheres Mil, enquanto política de educação profissional, começou a ser implantado em 2005 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e contou com a parceria da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e da Associação dos Colleges Comunitários do Canadá (ACCC) e Colleges parceiros. Sendo uma ação governamental voltada às questões de gênero, destacamos que a agenda de formulação do PMM não foi uma iniciativa dos movimentos feministas e sociais. O diálogo com o poder público surgiu de relações internacionais a partir de intercâmbios de experiências e conhecimentos na área de formação profissional.

O projeto tinha como objetivos principais a elevação da escolaridade, a oferta de qualificação profissional e contribuir para a inserção das beneficiárias no mundo do trabalho. Para além dos objetivos propostos, é possível afirmar que o Programa Mulheres Mil trazia

outros aspectos “tais como a descoberta da cidadania, o resgate da autoestima, a melhoria nas relações familiares e no convívio das comunidades, além do estímulo às mulheres a voltarem para os bancos escolares” (BRASIL, 2011, p.7) que não são tão fáceis de mensurar.

O primeiro Instituto Federal a executar a proposta piloto do Programa Mulheres Mil foi o Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Destinado a formação de 30 mulheres, o Curso de Extensão de Camareira foi oferecido às mães que tinham seus filhos matriculados em um projeto social com práticas esportivas destinados a jovens em vulnerabilidade social no entorno da Escola Técnica de Natal, atualmente IFRN/Campus Natal Central.

A cooperação entre Brasil e Canadá possibilitou a conclusão do projeto piloto e do resgate da confiança mútua e do profissionalismo entre os dois parceiros, elementos chaves para a continuidade e ampliação da cooperação entre os dois países. “Os resultados alcançados nos deram forças para acreditar que podíamos ir além, fazer mais, chegar a mais mulheres, romper novas fronteiras e construir um projeto que pudesse ser referência no processo de políticas afirmativas, inclusivas e de equidade” (BRASIL, 2011, p. 12). Para tanto foi preciso sistematizar as ações para dar continuidade a experiência do IFRN e ampliar a oferta na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A oferta se estendeu para outros IFs contemplando mulheres das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Naquele momento, entendia-se que era nessas duas regiões que se concentravam os maiores índices de exclusão social do país. Outro ponto a ser considerado é que não era possível o programa se expandir por todo território nacional. Dessa forma, foram contemplados os Institutos Federais de Alagoas (O doce sabor de ser), Amazonas (Transformação, cidadania e renda), Bahia (Um *tour* em novos horizontes), Ceará (Mulheres de Fortaleza), Maranhão (Alimento da inclusão social), Paraíba (Desenvolvimento comunitário – Impacto na qualidade de vida e ambiental), Pernambuco (Culinária solidária), Piauí (Vestindo a cidadania), Rio Grande do Norte (Casa da tilápia), Roraima (Inclusão com educação), Rondônia (Biojoias – Rede de Vida), Sergipe (Do lixo à cidadania/pescando cidadania e arte) e Tocantins (Cidadania pela arte) ofertando cursos em diversas áreas de formação e atendendo mais de mil beneficiárias entre o período de 2007 a 2010.

Os caminhos nem sempre foram fáceis. Os Institutos Federais tiveram que sair dos seus muros e ir às comunidades sensibilizar as mulheres, realizar processos de seleção e ofertar cursos que atendessem às especificidades do público. No trajeto foi necessário articular todos os setores das escolas da rede federal para garantir o acolhimento, o acesso, a regularização da matrícula, a formatação da matriz curricular, a celebração de parcerias, a permanência em sala de aula e a articulação com o mundo do trabalho. Para isso, cada IF desenvolveu ferramentas apropriadas à realidade socioeconômica das alunas. Com isso, encontrou soluções possíveis e

criativas que serão disseminadas em toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. (BRASIL, 2011, p. 3)

O quadro abaixo mostra os dados referentes à oferta dos cursos do projeto piloto, a quantidade de mulheres atendidas e o eixo tecnológico de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Ao analisar as informações percebe-se que, em sua maioria, os cursos de formação estão relacionados aos afazeres domésticos, vinculados ao papel social destinado às mulheres.

Quadro 2 - Projeto Piloto Programa Mulheres Mil nos Estados brasileiros da região Nordeste.

Estado	Projeto Piloto	Eixo Tecnológico
Alagoas	O doce sabor de ser	Produção Alimentícia
Amazonas	Transformação, cidadania e renda	Turismo, hospitalidade e lazer
Bahia	Um <i>tour</i> em novos horizontes	Turismo, hospitalidade e lazer
Ceará	Mulheres de Fortaleza	Turismo, hospitalidade e lazer/ Produção Alimentícia
Maranhão	Alimento da inclusão social	Produção Alimentícia
Paraíba	Desenvolvimento comunitário – Impacto na qualidade de vida e ambiental	Produção Cultural e Design/Recursos Naturais
Pernambuco	Culinária solidária	Produção Alimentícia
Piauí	Vestindo a cidadania	Produção Cultural e Design
Rio Grande do Norte	Casa da tilápia	Produção Alimentícia
Roraima	Inclusão com educação	Produção Alimentícia
Rondônia	Biojoias – Rede de Vida	Produção Cultural e Design
Sergipe	Do lixo à cidadania/pescando cidadania e arte	Produção Cultural e Design
Tocantins	Cidadania pela arte	Produção Cultural e Design

Fonte: adaptado pela autora a partir do documento Mulheres Mil na Rede Federal caminhos da inclusão, 2011.

Os Institutos Federais contemplados tiveram que desenvolver ferramentas e uma metodologia de acesso, permanência e êxito para mulheres que estavam há muito tempo fora da escola e que não se imaginavam como alunas de um Instituto Federal pois não se sentiam capazes de ser aprovadas em um processo seletivo e ter acesso à educação profissional. “Ousado e inédito na Rede Federal de Educação, o PMM trouxe o desafio de trabalhar com recortes de exclusão: mulheres jovens e adultas, em situação de vulnerabilidade econômica e social, a maioria com baixa escolaridade e à margem do mundo do trabalho” (BRASIL, 2011, p. 7).

A meta de expandir a oferta e implantar a proposta por todo país, o tornando uma política permanente em toda a Rede Federal, se deu a partir da institucionalização do

programa pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, o PMM se expandiu para os outros estados brasileiros e passou a constituir uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria⁴ tendo como principais diretrizes:

- I – Possibilitar o acesso à educação;
- II – Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;
- III – Promover a inclusão social;
- IV – Defender a igualdade de gênero;
- V – Combater a violência contra a mulher.

Para atender tais diretrizes foi necessário a construção de um currículo capaz de promover não só o acesso, mas a permanência dessas mulheres em sala de aula com o desafio de pensar estratégias para uma formação profissional em áreas específicas de acordo com cada localidade. Além da inserção de temas transversais como saúde e direito da mulher, cooperativismo, educação ambiental e inclusão digital. “Vislumbrávamos que esse era o caminho, e seus resultados e alcance seriam a transformação das mulheres em verdadeiras cidadãs, com autoestima elevada e donas da sua própria história, ou seja, seriam mulheres nota mil” (BRASIL, 2011, p. 19). Dessa forma, o título do projeto não se refere apenas ao quantitativo de mulheres que se pretendia alcançar, mas expressa o avanço, a conquista que as elevaria a um novo patamar e à dignidade.

O primeiro edital (Chamada Pública MEC/SETEC - 01/2011) apresentava as propostas de adesão ao Programa Mulheres Mil. Poderiam aderir à proposta os Institutos Federais, por meio de indicações da Reitoria de cada Instituto Federal (IF), respeitando o número de projetos a serem aprovados em relação ao quantitativo de unidades existentes em cada Instituto, com exceção daqueles Campi que já participaram do projeto inicial. As propostas selecionadas serão executadas por meio de Termo de Cooperação Técnica. Os Institutos Federais selecionados teriam um montante correspondente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Campus selecionado que deveriam ser utilizados para o auxílio financeiro as estudantes, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, equipamentos e material permanente, podendo ser adaptado a partir das necessidades e realidades locais.

As mulheres atendidas pelo programa recebiam um auxílio permanência que deveria ser destinado às despesas relacionadas ao transporte e alimentação. Seria um suporte financeiro para as mulheres que, em sua maioria, não possuíam uma renda mínima para

⁴ Instituído pelo Decreto nº 7.492 de 02 de junho de 2011 no governo da presidenta Dilma Rousseff.

concluir a formação profissional e uma tentativa dos Institutos Federais para tentar diminuir o número de evasão nos cursos ofertados.

Segundo dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (2017), o projeto piloto aplicado entre os anos de 2008 e 2010, contemplou cerca de 348 mulheres. Com a institucionalização do programa e expansão em todo território nacional, entre 2011 e 2013, foram matriculadas cerca de 38,4 mil alunas.

5.2 METODOLOGIA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

Baseado no Sistema Canadense de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP), que consiste em certificar as aprendizagens formais e não formais, a metodologia de acesso, permanência e êxito do PMM previa o reconhecimento de saberes adquiridos ao longo da vida. Assim, as mulheres podiam ter acesso aos Institutos Federais a partir de um processo que valorizava os saberes construídos em sua comunidade e no seu cotidiano.

Em uma tentativa de integrar os conhecimentos prévios trazidos por essas mulheres com os conhecimentos acadêmicos e os itinerários formativos propostos pelo PMM, “o acesso à instituição passa a ser concebido como um instrumento de inclusão, promotor de permanência no ambiente dos Institutos e no mundo do trabalho, dada a mudança de concepção de acesso meritocrático e seletivo para um acesso inclusivo e afirmativo” (BRASIL, 2012, p. 4).

Para identificar os conhecimentos prévios das mulheres inscritas eram utilizados instrumentos como o portfólio, questionário socioeconômico, entrevistas e a construção do mapa da vida. Com base nas informações coletadas nas entrevistas e da aplicação do questionário socioeconômico era possível traçar um perfil das mulheres que seriam atendidas, especialmente os itens que tratavam da estrutura familiar, escolarização, renda, condições de moradia, trabalho e saúde.

O mapa da vida poderia também ser construído nos primeiros dias de aula com o auxílio de profissionais da área de psicologia e serviço social e o portfólio elaborado a partir das experiências, conhecimentos e habilidades trazidas pelas alunas e adquiridas no decorrer das atividades propostas.

As etapas para os serviços de acesso ao Programa incluíam as ações de busca pelas mulheres e diálogo para identificar as necessidades e demandas das comunidades que seriam atendidas tendo como principal objetivo viabilizar o ingresso e a permanência com êxito da

população feminina brasileira em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional, visando sua inclusão educativa e sua promoção social e econômica.

Dessa forma, foram traçados alguns objetivos específicos expostos no Guia da Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil (BRASIL, 2012, p.5), documento desenvolvido por docentes e servidores dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica que participaram dos projetos pilotos. Os objetivos específicos do sistema de acesso eram:

- “1. Ser instrumento de diálogo com a comunidade, permitindo o ingresso, de modo acolhedor e personalizado, da população feminina em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional e tecnológica;
2. Agregar valor ao processo de ingresso, reconhecendo a aprendizagem prévia das mulheres, respeitando sua trajetória de vida e sua construção social;
3. Contribuir com o desenvolvimento da competência institucional na aplicação de metodologias, instrumentos e currículos que materializem os processos de inclusão e permanência das populações historicamente excluídas do sistema educacional e do mundo do trabalho;
4. Fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação e ao mundo do trabalho;
5. Estabelecer diálogos e parcerias com o mundo do trabalho para possibilitar o ingresso e a permanência das educandas nos seus empregos e empreendimentos.”

A partir desses objetivos buscava-se por meio elevação de escolaridade, dar condições as mulheres de melhorar seu potencial de empregabilidade, a qualidade de suas vidas, de suas famílias e de suas comunidades. Para tanto, cada Instituto Federal precisava garantir a composição e qualificação de uma equipe multidisciplinar que compreende-se os conceitos, princípios e valores intrínsecos do Programa e a instalação de um escritório de acesso que correspondia a um espaço físico destinado à realização das ações e desenvolvimento dos serviços de acesso, permanência e êxito das mulheres no Programa.

A equipe multidisciplinar deveria ser composta por profissionais diversos tais como pedagogo, docentes das áreas do conhecimento exigidas para desenvolvimento do Programa, assistente social, psicólogo, médico, técnicos administrativos, educador especialista em emprego e empreendedorismo, educador especialista em pesquisa e inovação, comunicador, educador especialista para a aplicação de metodologias e instrumentos de reconhecimento de aprendizagem prévia.

Caberia a Direção Geral de cada Campus da instituição a escolha dos servidores com o perfil para atuar no Programa e indicar um servidor que seria gestor do Programa. Esses profissionais seriam responsáveis por “viabilizar as várias etapas de estruturação e implementação do Programa, sistematizar e desenvolver o conjunto de ações que compõem o

planejamento, a execução, o monitoramento, a avaliação e o acompanhamento de resultados do Programa". (BRASIL, 2012, p.7)

De acordo com o Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito (BRASIL, 2012, p.6), as principais funções da equipe multidisciplinar eram: viabilizar as várias etapas de estruturação e implementação do Programa; consolidar, disseminar e dar sustentabilidade às ações; atender às especificidades das mulheres integrantes, tais como: aspectos educacionais, culturais, psicossociais e relativos à saúde das mulheres, encaminhando-as para os setores específicos de atendimento; integrar o Programa aos diversos setores, estruturas e serviços da instituição; aplicar o conceito de indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão em todo o processo que constitui o Programa; sensibilizar e agregar novos parceiros e colaboradores (nas comunidades interna e externa) para integrar ao esforço coletivo do Programa; sistematizar e desenvolver o conjunto de ações que compõem o planejamento, a execução, o monitoramento, a avaliação e o acompanhamento de resultados do Programa e monitorar sistematicamente as comunidades participantes do Programa.

O trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar era exercido de forma voluntária e por isso necessitava contar a colaboração e sensibilização de toda comunidade acadêmica com uma “visão de abertura ao novo e postura solidária e colaborativa, com determinação e comprometimento em construir uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária” (BRASIL, 2012, p. 6) porém ao ofertar um apoio pedagógico ao Programa alguns servidores tinham dificuldades de carga horária e sobreposição de horários. Cabe ressaltar o número reduzido de profissionais principalmente nos novos Campi dos Institutos Federais que estavam em fase de expansão em todo território nacional.

O escritório de acesso funcionava como um espaço institucional para acolher e informar as mulheres sobre as ações do Programa, seria um espaço de confiança para troca de experiências e fortalecimento das relações com as beneficiárias. “O escritório de acesso deve estar instalado em local visível, preferencialmente na entrada da instituição e ser de fácil acesso. Deve proporcionar aos que ali chegam uma sensação de leveza, descontração, segurança, cooperação, solidariedade e confiança (BRASIL, 2012, p. 8). Acreditava-se que com uma infraestrutura adequada e uma equipe multidisciplinar focada em torno do acesso, da permanência e do êxito, o programa teria seus objetivos alcançados.

A escolha dos cursos se dava de acordo com a oferta de cada Instituto, do levantamento das necessidades da comunidade escolhida, do diagnóstico das mulheres

beneficiadas e das possibilidades de oferta dos Campi. A ideia era integrar as possibilidades de oferta com as demandas. “Os cursos FIC seriam ofertados em atendimento à demanda urbana e rural, com suas respectivas especificidades, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e qualidade de vida no local onde a população alvo se encontra” (BRASIL, 2011, p. 22) e deveriam ter o mínimo de 160 horas.

Considerando que as mulheres atendidas possuem uma trajetória de descontinuidade de seus estudos havia a preocupação não só com o acesso das beneficiárias ao Programa mas com a permanência e êxito. Para tanto, se faz necessário um conjunto de ações multidisciplinares como forma de apoio e suporte para responder as demandas e evitar a evasão. Dentre elas (BRASIL, 2011, p. 26): facilitar a permanência da população alvo, minimizando as possibilidades de baixo rendimento e/ou desistência; propiciar um ambiente amigável e acolhedor que aumente as chances de desempenho e de êxito das alunas; dar suporte, em forma de serviços e espaços, às mulheres alunas do Programa para que elas resgatem sua segurança e sintam confiança na equipe multidisciplinar e na instituição; promover o aconselhamento das educandas, por meio de serviços de assistência e apoio; orientar as alunas para superação das dificuldades inerentes ao processo de inclusão e permanência na instituição e no mundo do trabalho; cuidar para que o ambiente e as pessoas acolham e respeitem as mulheres do Programa, aumentando assim sua autoestima; capacitar as educandas para a compreensão e o exercício da economia solidária, do empreendedorismo, do cooperativismo e do associativismo como oportunidades de geração de renda e de melhor desempenho no mundo produtivo; qualificar as educandas quanto à postura profissional requerida no mundo do trabalho; viabilizar e firmar parcerias com instituições públicas e privadas para possibilitar a inserção das egressas no mundo de trabalho; acompanhar e monitorar as educandas nos estágios e no desempenho profissional, de modo a agir sempre que necessário para preservar e melhorar sua posição no mundo do trabalho.

O Guia da Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil (BRASIL, 2011) previa ainda ações consideradas de fundamental importância para o êxito do Programa como por exemplo a distribuição de material didático para apoio nas aulas teóricas e práticas e a disponibilização dos uniformes gerando um sentimento de pertencimento nas mulheres como alunas regulares nos Institutos e a elevação da autoestima.

Conforme exposto, a metodologia de acesso, permanência e êxito se constitui na principal característica do PMM. Visando uma formação profissional que valoriza as aprendizagens formais e não formais adquiridas ao longo de suas vidas para elevação da

escolaridade, melhoria da autoestima e a inserção de forma produtiva no mercado de trabalho das mulheres atendidas.

Ao transpor a barreira do acesso tradicional e meritocrático, presente nos Institutos Federais, era preciso criar um ambiente acolhedor que se iniciava pela estrutura física e a formação de uma equipe multidisciplinar. No entanto, era preciso sensibilizar os servidores a trabalhar de forma voluntária, pois não haviam funções gratificadas para atuar no Programa. A estrutura física era compartilhada com as demais ofertas de forma integrada e o gerenciamento dos recursos e aquisição dos materiais didáticos necessários para o eixo profissionalizante eram de responsabilidade dos Campi que nem sempre dispunha de orçamento para esta finalidade.

Cada etapa desse processo está bem definida nos documentos oficiais do Programa. Desde as estratégias para firmar parcerias com outras instituições governamentais até o caminho que precisava ser percorrido para despertar o interesse das mulheres em retomar os estudos e permanecer em um curso de formação profissional. O Programa desafiava os Institutos Federais a repensar metodologias de acesso e permanência para um público que vivia em vulnerabilidade social, afastadas do sistema educacional e sem oportunidades de prosseguir seus estudos.

5.3 PROGRAMA MULHERES MIL NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

Desde sua origem, com a oferta da primeira turma no Instituto Federal do Rio Grande do Norte, alguns períodos marcam a oferta do PMM no decorrer de seus primeiros 10 anos de existência. Em 2005, o êxito do primeiro curso ofertado no IFRN impulsionou a expansão da oferta para outros Institutos em 2010. Já em 2011, o Programa tem sua consolidação a partir da Portaria no 1.015, de 21 de julho de 2011, que o instituiu em âmbito nacional e o integrou nas ações do Plano Brasil Sem Miséria. Com ressalvas e contradições, em 2014, o PMM passa a ser custeado pelo Pronatec e a seguir as normativas desta Bolsa Formação.

A Bolsa Formação visava potencializar a capacidade de oferta dos cursos na Rede de Educação Profissional e Tecnológica para: ampliar e diversificar a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País; integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; e democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica para públicos diversos (BRASIL, 2013).

O Art. 3º da Portaria nº 168, de 7 de Março de 2013, especifica o público alvo que seria contemplado pela Programa de Bolsa Formação:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; II - trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; III - beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda entre outros que atenderem a critérios especificados no âmbito do Plano Brasil sem Miséria; IV - pessoas com deficiência; V - povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais; VI - adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; VII - públicos prioritários dos programas do governo federal que se associem à Bolsa-Formação; e VIII - estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.(BRASIL, 2013)

Seguindo as orientações do OFÍCIO CIRCULAR Nº 51 /2013/DIR/SETEC – MEC, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria preservando seus traços característicos e adquirindo novos elementos.

Para operacionalizar as ações do PMM, como por exemplo, identificação do público alvo, mobilização, sensibilização, encaminhamento e acompanhamento da trajetória das participantes, bem como nas etapas de estruturação dos cursos e serviços de apoio as instituições da Rede Federal passavam a atuar como parceiros ofertantes, e as esferas estaduais e municipais atuam como parceiros demandantes.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia deveriam garantir nas condições de oferta as seguintes especificidades da metodologia de Acesso, Permanência e Êxito: o público beneficiado seriam mulheres de 16 anos a 70 anos ou mais, moradoras de comunidades vulneráveis socialmente e/ou baixo índice de desenvolvimento humano que apresentem quadro de exclusão social, educacional e econômica; a assistência estudantil deve contemplar a bolsa-permanência, que variava entre R\$ 70 (setenta reais) a R\$150 (cento e cinquenta reais); a manutenção dos papéis de gestores institucionais e do gestor local do Campus, que são responsáveis pela execução e acompanhamento do Programa; o processo de articulação com as demais redes de ensino e programas para estimular e viabilizar a elevação de escolaridade das beneficiadas; a participação no processo de busca e seleção das mulheres que seriam beneficiadas pelo Programa.

A figura a seguir mostra os procedimentos e o fluxo que deveriam ser adotados para a execução do Pronatec/BSM Mulheres Mil.

Figura 1 - Procedimentos e fluxo para execução do Pronatec/BSM Mulheres Mil.



Fonte: Cartilha do Pronatec/BSM Mulheres Mil, 2014

O Programa Mulheres Mil no âmbito do PRONATEC trazia algumas preocupações em relação a metodologia do acesso, permanência e êxito. Era de fundamental importância preservar a identidade e as concepções desde sua implementação.

As equipes multidisciplinares e os docentes passaram a receber uma Bolsa Formação para atuarem no Programa. Vale salientar que a seleção dos servidores que atuariam no PMM deixou de ser uma indicação da direção/responsável pela instituição e passou a ser realizada através de edital aberto para comunidade, o qual poderia participar servidores dos Institutos Federais e profissionais da comunidade externa. Respeitando a autonomia das instituições, era recomendado o aproveitamento dos profissionais das IFs, em função da expertise com o público alvo, no entanto, alguns profissionais eram inseridos no programa sem conhecimento da proposta metodológica do programa.

O processo seletivo simplificado para a seleção de candidatos internos e externos as instituições para atuarem como bolsista nos Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/Programa Mulheres Mil previa a formação de um cadastro reserva a fim de que a instituição ofertante pudesse convocar as pessoas selecionadas a partir das carências que surgissem durante a ofertas dos cursos.

A indicação dos cursos a serem ofertados no Programa Mulheres Mil era orientada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) elaborado pelo MEC para direcionar a oferta dos cursos do PRONATEC. O catálogo é organizado em eixos tecnológicos e os cursos contam com carga horária de, no mínimo, 160 horas. Para a escolha do curso deveriam ser levado em conta as necessidades da região a qual as mulheres estão inseridas. Identificando assim, “territórios marcados pela extrema pobreza onde grupos de mulheres que trabalham informalmente, mas que podem se organizar em coletivos integrados aos arranjos produtivos sociais e culturais locais, ou se estabelecer como microempreendedoras individuais” (BRASIL, 2014, p.5).

Quanto a definição da matriz curricular, mesmo passando a integrar o PRONATEC, a escolha das disciplinas continuou sendo definida pela equipe sistêmica do Programa. Uma das dificuldades para envolver as equipes multidisciplinares na construção dos Planos Pedagógicos dos Cursos era o processo seletivo para escolha dos docentes que, geralmente, aconteciam após a contratação dos servidores administrativos impossibilitando a participação do corpo docente na construção do currículo.

Durante a realização das aulas, caberia à Unidade Ofertante inserir os dados sobre o desempenho e frequência dos beneficiários no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). A partir dessas informações e do diálogo com as Instituições Ofertantes, o gestor municipal do Pronatec/BSM teria condições de acompanhar as beneficiárias que demandem apoio socioassistencial para permanecer nos cursos.

Alguns aspectos que de acordo com a cartilha disponibilizada pelo Pronatec/BSM Mulheres Mil (BRASIL, 2014, p.17), influenciavam na permanência em cursos dessa natureza são: dificuldade em conciliar os cursos com questões familiares: situações de violência doméstica, eventuais problemas de saúde, cuidados com os filhos, atividades laborais (“bicos”, procura por emprego); dificuldade de se inserir na cultura institucional dos ofertantes: por estarem pouco habituadas a frequentar os espaços das Instituições Ofertantes,

as participantes poderão vivenciar algum tipo de constrangimento social. Nesse ponto, é fundamental que a Equipe Multidisciplinar da Unidade Ofertante e a equipe da Assistência Social do município e/ou estado favoreçam a construção de um ambiente mais acolhedor e amigável, para que as diferenças socioeconômicas e culturais desse público não sejam percebidas como um impeditivo social para permanência no Programa; dificuldade de acompanhar os conteúdos ministrados nos cursos: parte dessas mulheres está afastada de ambientes escolares, embora elas dominem saberes práticos relevantes para as atividades laborais. Uma vez identificado esse tipo de dificuldade, é importante que a Equipe Multidisciplinar busque estratégias didático-pedagógicas e de reforço escolar personalizado que reduzam essa dificuldade inicial.

Os aspectos citados mostram a necessidade de um acompanhamento das beneficiárias e que este ocorra para além de aspectos de desempenho e frequência. Para enfrentar essas dificuldades, além das políticas de assistência social, é importante que outras políticas públicas de educação e de saúde fossem articuladas ao longo desse acompanhamento.

Caberia a Rede Municipal de Assistência Social e a Equipe Multidisciplinar da Instituição Ofertante o acompanhamento contínuo das necessidades das mulheres atendidas formando uma rede de apoio. Para tanto, alguns programas foram associados ao PMM:

- Programa Brasil Carinhoso (fomento à matrícula de crianças do Programa Bolsa Família que tenham entre 0 e 4 anos em creches públicas ou conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação);
- Programa Brasil Alfabetizado (tem o objetivo de promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do Ensino Fundamental no Brasil);
- Educação de Jovens e Adultos - EJA (modalidade da educação básica destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio);
- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (integração da educação profissional à educação básica, buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual);
- Programa Brasil Sorridente (serviços odontológicos de atenção primária às alunas com necessidades identificadas na avaliação clínica);

- Programa Olhar Brasil (identificação e correção de problemas de visão por meio de assistência oftalmológica e fornecimento de óculos, quando necessário);
- Atenção Básica de Saúde nos postos de saúde da família (equipes multiprofissionais em Unidades Básicas de Saúde, responsáveis pelo acompanhamento de famílias, territorialmente delimitadas).

Ainda que direcionado, exclusivamente, para mulheres e inserido no PRONATEC, o PMM apresentava as mesmas características de outros programas sociais, voltado para pessoas com baixa escolaridade, sem formação profissional, fora do mercado de trabalho, que vivem com renda per capita em torno de um salário mínimo e à margem da sociedade, não apresentando nenhuma novidade em relação aos outros programas do governo voltados para qualificação profissional. Apenas o fato de ser destinado a mulheres.

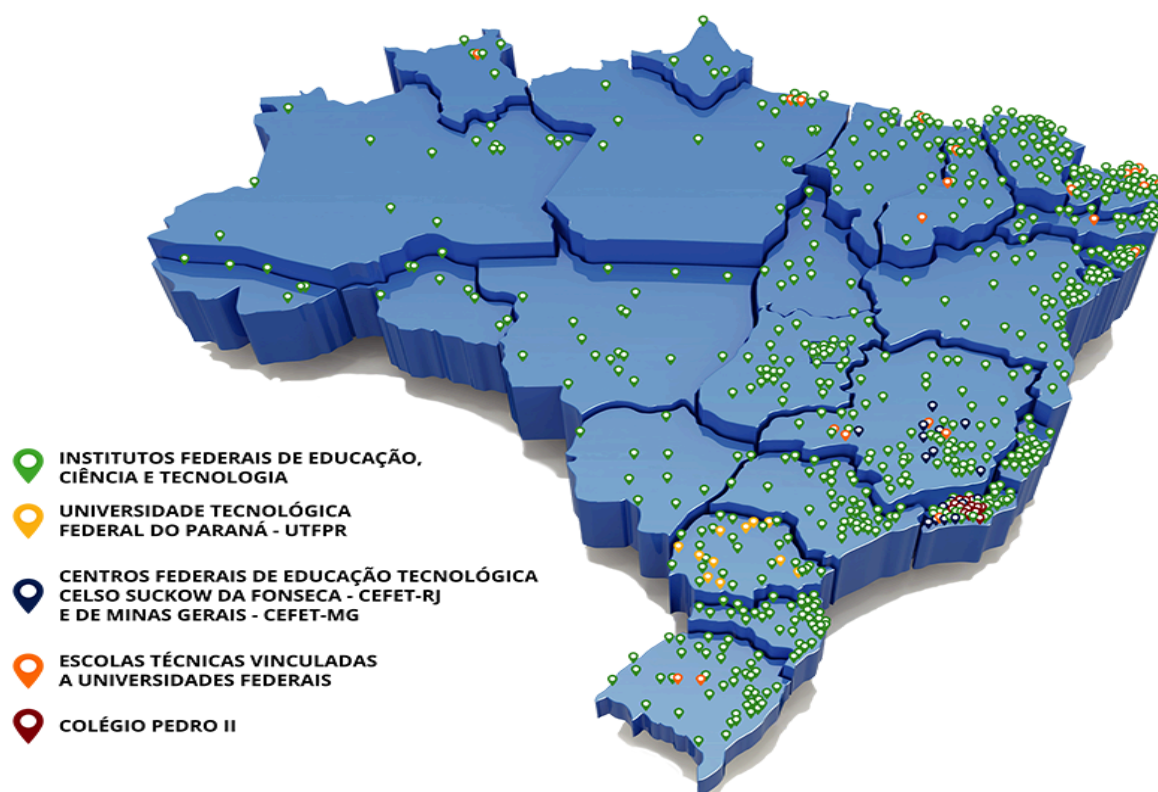
5.4 PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL E A EXPERIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Em seu contexto histórico a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem seu marco constitutivo a partir do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou nas capitais dos Estados Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito assinado pelo presidente Nilo Peçanha.

O propósito era proporcionar às classes menos favorecidas, como os filhos dos trabalhadores, jovens em vulnerabilidade social e que viviam à margem da sociedade, a garantia de sobrevivência por meio de uma capacitação profissional baseada em conhecimentos técnicos e trabalhos manuais vislumbrando uma possível inserção nas indústrias que começavam a surgir no Brasil. Assim, surgia a primeira política nacional direcionada a educação profissional tendo como pano de fundo a tentativa do governo de proteger a sociedade de um grupo que se caracterizava como uma ameaça ao desenvolvimento do País. Marcada, principalmente, por políticas que visavam os interesses da elite que precisa de força de trabalho qualificada. “Tratava-se de articular novas competências a novos modos de viver, pensar e sentir, adequados aos novos métodos de trabalho caracterizados pela ausência de mobilização de energias intelectuais e criativas no desempenho do trabalho” (KUENZER, 2007, p.1155). A divisão de quem teria uma educação voltada para as funções técnicas, atendendo as demandas das indústrias, e uma educação voltada para funções intelectuais estavam bem demarcadas.

De acordo com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), com trajetória centenária, em setembro de 2022, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica comemorou 113 anos de trajetória marcada pela evolução e atendimento as necessidades contemporâneas. A figura 2 mostra o mapa da expansão da Rede Federal de Educação.

Figura 2 - Representação gráfica do mapa do Brasil apontando a expansão da Rede Federal de Educação nos Estados Brasileiros.



Fonte: portal.mec.gov.br (2022)

Atualmente, integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II. São 661 unidades acadêmicas em 578 cidades em todo Brasil, mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores efetivos (professores e técnico-administrativos).

A expansão da Rede Federal traz consigo não só o aumento no número de unidades de ensino em diversas localidades do país, mas se caracteriza também por suas singularidades em ser uma instituição educacional que oferta as mais diversidades modalidades de ensino, desde a Educação Básica à oferta da Pós-Graduação. Para tanto, assim como afirma Sobrinho (2017,

p.108), “é necessário construir e fortalecer a identidade institucional, que vai, muito além, das atividades desenvolvidas, de forma quase que isoladas, entres os antigos modelos institucionais para Educação Profissional no Brasil”.

Após uma década do processo de expansão, algumas ameaças estão em torno da Rede, como o congelamento e cortes no orçamento, que impossibilita a melhoria dos serviços prestados a sociedade. A Rede teve um crescimento significativo em relação ao número de Campi, de alunos atendidos e na contratação de profissionais, no entanto, os investimentos não seguem a mesma proporção. O momento que deveria ser de consolidação dos avanços se tornou em ameaça para a autonomia conquistada pela educação científica e tecnológica.

Embora resultem de uma história de 113 anos da Educação Profissional no Brasil, os Institutos Federais são instituições ainda muito jovens, com um discurso pedagógico que precisa ser aprofundado em relação a sua dualidade estrutural que, de um lado busca incluir a partir da inserção do mundo do trabalho e do outro lado a busca de uma formação humana, tendo como princípio básico a integração entre uma educação técnica e a formação centrada no sujeito.

Diante desse contexto, destacamos nesta pesquisa a história do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) que conforme preconiza em seu Plano de Desenvolvimento Institucional foi criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (CEFET/AL), e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba (EAFS) nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu a implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A história do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), de sua origem aos dias atuais, é singular no cenário das instituições educacionais alagoanas. Se iniciando em 1909, “com o ensino de ofícios elementares a alunos da classe econômica menos favorecida e, ao longo de um século, consolida-se, acentuando a importância desta Instituição no Estado de Alagoas, principalmente nas regiões marcadas por baixos índices de desenvolvimento” (IFAL, 2014, p.15).

O IFAL tem como missão promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável. O Instituto busca constituir-se em uma instituição de referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, pautada na cultura e na inovação, nos valores da ética, compromisso social e institucional, gestão democrática, transparência, busca pela excelência e compromisso com a sustentabilidade em consonância com a sociedade.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFAL, 2019, p.51), os princípios norteadores da concepção de educação que o IFAL desenhou para todos os níveis de ensino, etapas e modalidades educativas são:

1. Educação como transformação da realidade: é na dialética da educação, compreendida na perspectiva da formação do cidadão, tornando-o produtor de conhecimentos - em nível teórico ou prático - que o IFAL se constitui, ou pode constituir-se, instrumento concreto de superação dos índices que inserem Alagoas como um dos Estados mais pobres do País;
2. A redução das desigualdades sociais: é preciso comprometer-se com um projeto de desenvolvimento justo, igualitário e sustentável. O atual estágio dessas desigualdades é o desafio que se impõe em todos os âmbitos das práticas sociais, para as quais o objetivo deve ser a promoção do desenvolvimento, de forma a resgatar a capacidade dos sujeitos de projetarem outro horizonte como espaço de convivência social que supere as atuais condições de existência;
3. Preparação para a vida cidadã: aliada às demais práticas sociais, a função precípua da educação é, sobretudo, evidenciar o conceito formativo presente em todas as dimensões da atividade humana, considerando as demandas do mundo do trabalho, preparando-os para a totalidade da vida, requisitos sem os quais a perspectiva de inserção social fica comprometida;
4. Inserção social participativa: a educação deve possibilitar aos indivíduos a participação na sociedade científica e tecnológica, não como objetos, mas como sujeitos, resgatando, assim, a dimensão política: a construção da identidade social e a integração plena da cidadania;
5. Integração entre formação geral e profissional: faz avançar a luta pela apropriação da ciência pelos sujeitos, ampliando as possibilidades de convergência entre a concepção (trabalho intelectual) e a execução (trabalho manual), permitindo a discussão das relações sociais que estão na base da ruptura entre essas duas esferas.
6. Formação crítica, humanizada e emancipadora: o papel da educação deve estar pautado em uma formação crítica, humanizada e emancipadora, numa perspectiva que proporcione o despertar do senso crítico, elevando o sujeito a patamares de compreensão que ampliem seu nível de participação nas esferas sociais e no mundo do trabalho;
7. O desenvolvimento socioeconômico: à educação tecnológica cabe, também, atuar no processo de transformação da sociedade. A característica fundamental da educação profissional e tecnológica, assim como os demais níveis e/ou modalidades de ensino, constituintes da estrutura do sistema educacional brasileiro, é a de registrar, sistematizar e utilizar o conceito de tecnologia, histórica e socialmente construído, para dele fazer elemento

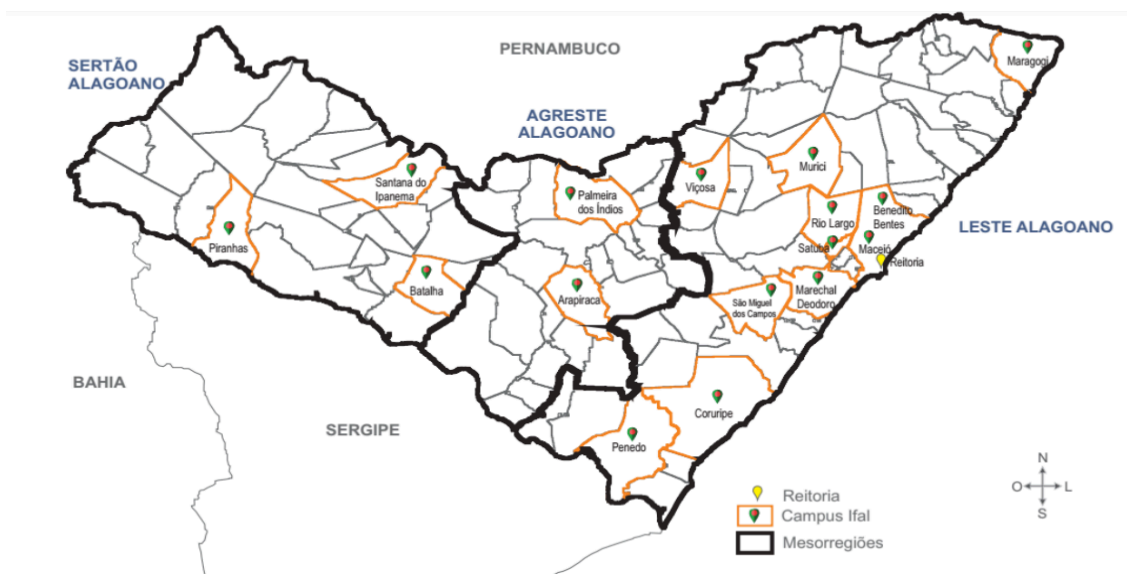
de ensino, pesquisa e extensão, numa dimensão que ultrapasse concretamente os limites das aplicações técnicas, fazendo-se instrumento de inovação e transformação das atividades econômicas em benefício da sociedade;

8. A vinculação à educação básica: assegurar a vinculação da educação tecnológica à educação básica é romper com a visão histórica de que a educação profissional é substituta da educação básica.

9. A educação pública de qualidade social: a garantia de qualidade para a educação tecnológica redonda na democratização da gestão, com a participação de todos os segmentos da comunidade interna e externa, na garantia da participação efetiva dos estudantes e na adequação das instalações.

Em 2010, o IFAL contava apenas com quatro unidades educacionais. Atualmente, o Instituto dispõe de 16 Campi, localizados em Arapiraca, Batalha, Coruripe, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Satuba, Viçosa e um Campus Avançado no bairro de Benedito Bentes, em Maceió. Assim, o número de Campus quadruplicou e estão presentes em mais de 10% dos municípios alagoanos distribuídos pelas três Mesorregiões: Leste Alagoano, Agreste Alagoano e Sertão Alagoano, conforme Figura 3 a seguir.

Figura 3 - Representação gráfica do mapa do Estado de Alagoas e a localização dos Campi do Instituto Federal de Alagoas.



Fonte: IFAL - PDI 2019-2023.

Para Frigotto (2018, p.14), “os pontos positivos desta macropolítica educacional pública, cujas lacunas e desafios superam, de longe, os negativos. A interiorização é, sem dúvida, um marco que altera o mapa da educação federal pública no Brasil”. Não podemos deixar de citar as inúmeras portas que se abrem aos adolescentes, que antes viviam à margem da sociedade e hoje têm acesso a essas instituições nas mais diversas modalidades de ensino, convivendo com profissionais capacitados, podendo desfrutar e auxiliar no desenvolvimento regional de suas comunidades. O IFAL insere-se nesse contexto, como uma ferramenta que se pretende eficaz na promoção de esforços para implementar uma política educacional que tenha como prioridades a construção/produção/socialização de conhecimento, que seja capaz de estabelecer uma interface com a realidade, tendo como um dos indicadores o mercado de trabalho, sem, entretanto, deste tornar-se refém ou mesmo guardião dos seus interesses.

O processo de interiorização do IFAL resultou no crescimento da demanda estudantil. De acordo com os dados da Plataforma Nilo Peçanha (ano base 2022), ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas da Rede Federal, o IFAL possui aproximadamente 23.877 mil matrículas, em 259 cursos distribuídos nos níveis de Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnico, Graduação e Pós-Graduação conforme a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Ofertas, número de cursos e matrículas no IFAL.

Ofertas	Nº de cursos	Nº de matrículas
Bacharelado	13	1.894
Especialização (Latu Sensu)	17	871
Licenciatura	24	2.400
Mestrado Profissional	3	118
Qualificação Profissional (FIC)	83	1.606
Técnico	107	15.658
Tecnológico	12	1.330
Total	259	23.877

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados da Plataforma Nilo Peçanha. Ano base 2022; Edição 2023

Como podemos perceber o maior número de matrículas encontra-se nos cursos técnicos constituintes da organização didático-pedagógica do IFAL que tem como premissa a articulação entre os níveis e modalidades de ensino e se materializa a partir dos princípios da equalização das bases curriculares, integração e verticalização do conhecimento para proporcionar a formação integral dos estudantes. “Articular níveis e modalidades de ensino é premissa essencial no IFAL, o qual deve ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, possibilitando a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior”(IFAL, 2019, p. 124).

Para atender a esse público e aos demais dos programas de ensino, pesquisa e extensão, o IFAL conta com um quadro constituído por 835 técnico-administrativo e 1.086 docentes totalizando 1.921 servidores distribuídos entre a Reitoria e os 16 Campi do Instituto, segundo dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha com base no ano de 2022.

Ao se consolidar como uma instituição de referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, pautada na cultura e na inovação, em consonância com a sociedade, o IFAL ratifica seu valor institucional e os compromissos de gestão entrelaçados nas políticas de assistência estudantil e pelo incentivo à pesquisa, à pós-graduação, à inovação e à Extensão.

A estrutura de ensino do IFAL, regulamentada por suas Normas de Organização Didática, define como ofertas não só a educação técnica profissional de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação, mas também a formação inicial e continuada de trabalhadores a partir de cursos com carga horária variável, em atendimento às demandas identificadas em consonância com a realidade local e regional. Para Frigotto (2018, p.14) “uma política que pode ser qualificada pela ação concreta dos quadros que atuam nos IFs; que, por sua qualificação e possibilidade de organização, podem alterar aquilo que é lacunoso e resistir às pressões políticas e à descaracterização de uma educação de qualidade”.

Para além das ações voltadas ao ensino o IFAL está alicerçado na proposta de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pressupondo que “essas três dimensões possam revelar, a partir de sua constituição em bases sólidas indissociáveis, um processo de formação emancipatório com foco na produção, difusão, socialização e sistematização do conhecimento, concretizando de fato a função social da instituição”. (IFAL, 2019, p. 110).

Dentre as ações que buscam a concretização desta indissociabilidade nos cursos e programas ofertados no IFAL merece destaque nessa pesquisa a oferta do Programa Mulheres

Mil (PMM) pois integra a vertente pela qual o Instituto se propõe a construir uma sociedade mais justa “na medida em que vincula o conhecimento por ele produzido à sua intenção de transformar a realidade social, intervindo de forma a buscar a superação dos problemas da sociedade em que se insere, e transformando essa ação em uma perspectiva de efetiva formação de seus alunos”. (IFAL, 2019, p. 174)

Inserido no Plano Brasil sem Miséria, o PMM integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. Para Pacheco, (2011), a Educação Profissional e Tecnológica tem pelo menos duas dimensões importantes, que são a da inclusão e da emancipação, na medida em que não apenas inclui a pessoa numa sociedade desigual, o que é insuficiente, mas lhe dá as ferramentas necessárias para que construa o seu itinerário de vida e possa se emancipar e se constituir como cidadão. O PMM “intensifica esse processo impulsionando o desenvolvimento regional e institucional, pela melhoria do acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade social à educação e ao mundo do trabalho” (BRASIL, 2011, p.4).

Em Alagoas, a primeira oferta de formação do Programa Mulheres Mil foi na área de alimentos. O objetivo era qualificar as mulheres para a venda e preparo de alimentos em bares e restaurantes da região. Trabalho que já era realizado pelas mulheres desempenhando funções como retirada de caranguejo do mangue, a comercialização de cocadas nas estradas próximas a suas moradias e a atividade de empregada doméstica.

A comunidade atendida foi a Vila Santa Ângela, também conhecida como Favela do Jacaré, localizada às margens da rodovia AL-101 Sul no município de Marechal Deodoro. Composta de barracos de madeira e taipa, sem acesso a direitos básicos como escola e serviços de saúde, os moradores desta comunidade vivem abaixo da linha da miséria. Para Maria das Graças Mota Santana (*in memorian*), assistente social responsável pelo Programa em sua implantação no IFAL, “com o Mulheres Mil, foi a primeira vez que nós trabalhamos em um projeto de extensão com a comunidade externa à Instituição. Elas tinham a possibilidade de vir a ser alunas, como elas passaram a ser” (BRASIL, 2011, p. 34).

A primeira pactuação do Programa Mulheres Mil trouxe muitos desafios para o IFAL, um deles foi a formação de uma equipe multidisciplinar, conforme Teixeira (BRASIL, 2011, p. 36) “muitas foram as dificuldades, a começar pela estruturação da equipe multidisciplinar. Em 2005, quando houve o lançamento do Projeto, coincidentemente, no Cefet-AL, a ideia inicial foi criar uma equipe com servidores da UNED – à época – de Marechal

Deodoro”. Essa equipe foi responsável pela escolha da comunidade e do curso que seria ofertado, mas o trabalho foi descontinuado só retomando as ações no final do ano de 2007 com outra equipe multidisciplinar. Uma lacuna que pode ser entendida na fala do reitor Sérgio Teixeira quando relata as dificuldades encontradas:

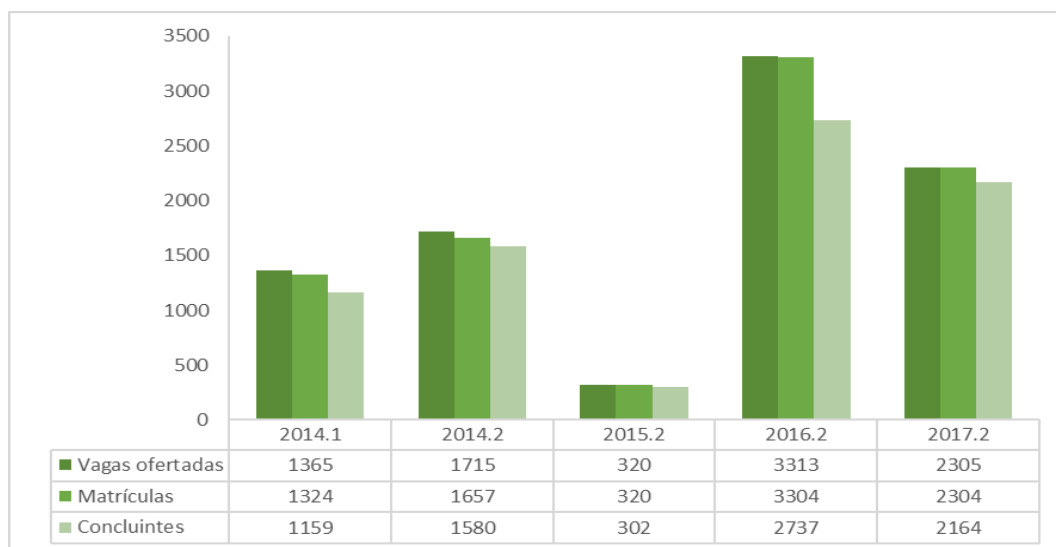
A descontinuidade das ações poderia ser destacada como a primeira dificuldade do projeto em Alagoas. A nova equipe começou a se inteirar da concepção e das demandas do projeto ao mesmo tempo, sem que etapa alguma do itinerário formativo das alunas tivesse sido cumprida, e já com a proximidade da missão ao Canadá, para apresentar resultados. O fato de a equipe ser formada prioritariamente por servidores do Campus Maceió também pode ser destacado como uma grande dificuldade. O deslocamento para as comunidades do município de Marechal Deodoro passou a ser um grande entrave: faziam-se necessários veículos, motoristas e disponibilidade de tempo dos servidores. (BRASIL, 2011, p. 36)

Após três meses de atuação, em fevereiro de 2008, a nova equipe multidisciplinar, conseguiu dar continuidade a oferta com o diagnóstico da comunidade, o programa começou a ganhar forma. Porém as dificuldades permaneciam pois não tinham docentes específicos para atuarem no programa e a própria gestora era responsável pelas funções de docente e coordenadora, além de dirigir o veículo oficial para as atividades relacionadas ao programa e ser responsável pelo preparo dos lanches das alunas com o auxílio de dois bolsistas. A gestão financeira do programa era outro fator que dificultava as ações da equipe multidisciplinar acompanhada pelo fato das mulheres não serem registradas e matriculadas como alunas na Instituição. No ano de 2010 não foram oferecidos novos cursos à comunidade. Houve somente a continuidade do curso “O doce sabor de ser” no município de Marechal Deodoro-AL. Diante de tantas adversidades, um dos maiores desafios enfrentados pelo IFAL foi a evasão das alunas, pois do total de 27 mulheres matriculadas apenas 3 conseguiram concluir o curso mesmo com o apoio da gestão, de professores e servidores, que atuavam de forma voluntária no programa, dando continuidade as atividades acadêmicas propostas.

Com a institucionalização do Programa pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, o Programa passou a atuar com recursos assegurados pela Lei Orçamentária Anual (LOA). O IFAL ofertou dois cursos vinculados ao Programa Mulheres Mil nos Campi de Penedo (Curso Saúde e Sabores Mil) e Piranhas (Curso Auxiliar em Panificação e Confeitaria) ambos com 100 vagas. A partir de 2012 o IFAL, em parceria com os governos municipais locais, manteve as ações do PMM e outros Campi como Arapiraca, Maceió, Maragogi, Murici e Satuba passaram a ofertar cursos profissionalizantes destinados às mulheres e em 2013 matriculou 400 alunas (IFAL, 2013). Em 2014, com a incorporação do Programa Mulheres Mil ao Pronatec, outros Campi aderiram a proposta e o número de matrículas e cursos ofertados

tiveram um aumento significativo. É o que mostra o Gráfico 4 que trata dos números de vagas ofertadas, número de matrículas e número de alunas que concluíram o curso entre o período de 2014 e 2017.

Gráfico 4 – Número de vagas ofertadas e alunos concluintes dos cursos do Programa Mulheres Mil em Alagoas nos anos entre 2014 e 2017.



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório de Pactuação Mulheres Mil (Anexo C).

Desde a primeira oferta, o Programa Mulheres Mil, foi tomando os espaços e atingiu muitos municípios em Alagoas.

Figura 4 – Representação gráfica do mapa do Estado de Alagoas e atuação do Programa Mulheres Mil



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório de Pactuação Mulheres Mil (Anexo C)

O número de cursos também sofreu um aumento proporcional ao número de municípios atendidos. No quadro abaixo podemos perceber a diversidade dos cursos ofertados a partir dos eixos tecnológicos.

Quadro 3 - Relação dos Cursos de Formação Inicial e Continuada do Mulheres Mil no IFAL– 2014 - 2017.

Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde	Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design	Eixo Tecnológico Produção Alimentícia
Agente comunitário em saúde (400h)	Revitalizador de Estruturas de Madeira (200h)	Operador de Beneficiamento de Pescado (220h)
Agente de combate às endemias (240h)	Artesão de Biojóias (200h)	Auxiliar de Confeitaria (200h)
Cuidador de idosos (200h)	Artesão de Cerâmica (200h)	Masseiro (200h)
Cuidador infantil (200h)	Artesão em Bordado a mão (200h)	Produtor de Iogurte (220h)
Depiladora (192h)	Auxiliar de Costura (200h)	Preparador de doces e conservas (220h)
Higienista de Serviços de Saúde (240h)	Artesão de Pintura em Tecido (200h)	Produtor de Derivados do Leite (200h)
Reciclador (240h)	Cartonageiro à Mão (220h)	Confeiteiro (220h)

Recepcionista em Serviços de Saúde (200h) Maquiador (192h) Massagista (288h)	Marcheteiro (200h) Artesão de Cerâmica (200h)	
Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer	Eixo Tecnológico Recursos Naturais	Eixo Tecnológico Produção Industrial
Auxiliar de Cozinha (200h) Camareira em Meios de Hospedagem (200h) Salgadeiro (200h) Cumim (200h) Condutor de Turismo em Espaços Culturais Locais (220h)	Agricultor Orgânico (200h) Viveirista de Plantas e Flores (200h) Produtor de Mandioca (200h) Manejador de Florestas Nativas para Uso Múltiplo (200h) Agricultor Familiar (240h) Horticultor Orgânico (192h) Agricultor Orgânico (192h) Marisqueiro (200h)	Costureiro Industrial do Vestuário (220h) Confeccionador de Bolsas em Tecido (200h) Confeccionador de Lingerie e Moda Praia (200h) Tecelão (200h)
Eixo Tecnológico Infraestrutura	Eixo Tecnológico Gestão e Negócios	Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais
Caseiro (200h) Pintor de Obras Imobiliárias (220h)	Vendedor (200h) Auxiliar de Recursos Humanos (200h) Operador de Supermercados (200h) Auxiliar Administrativo (200h)	Vestuário Mecânico de Máquinas de Costura (240)

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório de Pactuação Mulheres Mil (Anexo C)

As mulheres eram convidadas a participarem do PMM através de reuniões nas comunidades selecionadas e com os líderes comunitários, divulgação nos Campi, em contato com o Programa Bolsa Família, dos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) buscou-se atender mulheres que se encontravam em situação de vulnerabilidade cadastradas em programas sociais e que não possuíam formação profissional. Considerando as especificidades do público alvo do Programa que são mulheres a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico, com as

seguintes características: em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral e com escolaridade baixa ou defasada.

De acordo com os critérios do Programa era realizada uma inscrição e as mulheres selecionadas eram convocadas para a realização da matrícula. Geralmente as turmas eram ofertadas no período vespertino para atender as demandas das mulheres que em sua maioria eram donas de casa e só dispunham desse horário para participar das aulas, esse seria o melhor período para conciliar o horário de estudos com as outras atribuições que desempenham no decorrer do dia, como por exemplo, cuidar dos filhos, esposos e da casa.

Cada Campus deveria disponibilizar estrutura física para realização das atividades e uma equipe multidisciplinar. e os professores que desejassem participar teriam a carga horária destinada ao Programa incorporadas a sua carga horária semanal.

A matriz curricular dos cursos era dividida em três eixos como exposto no quadro abaixo.

Quadro 4 – Matriz Curricular do Programa Mulheres Mil/IFAL

Eixo Comum	Eixo de identidade, cultura e cidadania	Eixo profissional
Linguagem e Comunicação Matemática Informática Básica	Mercado de Trabalho para a Mulher Direitos da Mulher Relações Sociais e Culturais Saúde da Mulher Ética e Cidadania	Empreendedorismo Noções de Cooperativismo Economia Solidária Componentes Curriculares de acordo com o eixo tecnológico de cada curso

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2023.

A matriz curricular era elaborada pela equipe sistêmica do programa levando-se em conta as necessidades educacionais das alunas e os conteúdos relevantes para qualificação profissional, além das orientações do Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil.

Embora não esteja inserido na matriz curricular, o Programa contava com uma ferramenta de integração denominada “Mapa da Vida” no qual as alunas contam suas histórias de vida e compartilham suas experiências, revelando os pontos marcantes de sua trajetória. Nesse momento, as beneficiárias são levadas a refletirem sobre suas conquistas, desafios e projetos para o futuro visando a elevação da autoestima e o reconhecimento de saberes, já que esses são elementos que fazem parte do plano pedagógico dos cursos.

A partir de 2014, quando o PMM passa a integrar as ações do PRONATEC, a matriz curricular passou a ser composta de dois módulos de acordo com os componentes curriculares dispostos na tabela a seguir.

Tabela 2 - Matriz Curricular do Programa Mulheres Mil/ PRONATEC

Módulos	Componentes Curriculares
<p>Módulo Central (comum a todos os cursos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação de conhecimentos habilidades previamente adquiridas (oficina de construção e aplicação do mapa da vida, oficina de construção, aplicação do mapa da comunidade, oficina de reconhecimento das vivências e saberes/perfil situacional das alunas (24h); ● Noções de ética e relações humanas (16h); ● Cidadania, gênero e direitos da mulher (16h); ● Saúde da mulher e qualidade de vida (16h); ● Oratória, expressão corporal e verbal (8h); ● Leitura e produção de texto (32h); ● Matemática básica (32h); ● Inclusão digital (32h); ● Educação socioambiental e sustentabilidade (8h); ● Cooperativismo e economia solidária (16h); ● Noções de mercado, marketing e técnicas de vendas (16h); ● Direito e deveres da trabalhadora (8h).
<p>Módulo profissionalizante</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Componentes Curriculares mais específicos, construídos a partir do perfil de cada curso.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2023.

Quanto a definição da matriz curricular, mesmo passando a integrar o PRONATEC, a escolha das disciplinas continuou sendo definida pela equipe sistêmica do Programa. Uma das dificuldades para envolver as equipes multidisciplinares na construção dos Planos Pedagógicos dos Cursos era o processo seletivo para escolha dos docentes que, geralmente, aconteciam após a contratação dos servidores administrativos impossibilitando a participação do corpo docente na construção do currículo.

As conquistas e avanços do Programa Mulheres Mil, assim como outros programas voltados para mulheres sofreram mudanças e alguns foram extintos após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Devido a instabilidade política do momento, apenas o Instituto Federal de Alagoas conseguiu manter o Programa no mesmo formato, outros Institutos foram buscando estratégias para continuar ofertando os cursos de qualificação para as mulheres, seja por meio de cursos de extensão ou com os servidores voltando a atuar de

forma voluntária e buscando alianças para dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido em todo país e enfrentar o momento de incertezas.

Outra alternativa encontrada pelos gestores do Programa foi a instituição de um Grupo de Trabalho – GT (Portaria nº 17, de 19 de Maio de 2017) para proposição de diretrizes, mecanismos e procedimentos do processo de institucionalização do Programa Nacional Mulheres Mil, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a finalidade de contribuir para a oferta permanente de qualificação profissional para mulheres em vulnerabilidade social em todo o país.

Conforme exposto no Art. 2º da Portaria, o Grupo de Trabalho teria como atribuições:

I - Contribuir na análise do levantamento de informações sobre a execução do Programa Mulheres Mil, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; II - Identificar e sugerir as potencialidades de atendimento do Programa Nacional Mulheres Mil, a partir do levantamento supracitado; III - propor as diretrizes para implantação do processo de institucionalização do Programa, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

O GT foi composto por representantes de diversos órgãos e secretarias do governo: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC; Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica; Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica; Diretoria de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica; Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC; Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania; Diretoria de Políticas para a Juventude, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais; Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF e representantes dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica do Amapá, Alagoas, Mato Grosso, do Norte de Minas Gerais e Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Sul Rio Grandense. A participação dos membros do GT era considerada uma atividade relevante na prestação do serviço público, mas não seria remunerada.

No final do ano de 2017, o presidente Michel Temer assinou o Decreto que instituiu a Rede Brasil Mulher, uma articulação nacional de organizações públicas, empresariais e da sociedade civil que tem por objetivo estimular ações que promovam a igualdade de gênero para assegurar a dignidade da mulher e promover o desenvolvimento econômico e social do país.

O Decreto nº 9.223, de 06 de Dezembro de 2017, instituiu no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, a Rede Brasil Mulher, com a finalidade de estimular ações para promover a igualdade entre mulheres e homens, de modo a proporcionar a dignidade e a autonomia da mulher e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. De acordo com o decreto que instituiu a Rede Brasil Mulher é uma articulação nacional de órgãos e entidades públicas, empresariais e organizações da sociedade civil. A proposta incluía a participação de entidades empresariais como colaboradores por meio de acordo de cooperação no qual seriam estabelecidas as ações, metas e os compromissos das partes envolvidas. A execução das ações estava sujeita à disponibilidade orçamentária e financeira dos órgãos e das entidades participantes.

Os eixos de atuação da Rede Brasil Mulher giravam em torno de temas como saúde, educação, autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho; enfrentamento e combate à violência contra a mulher e fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão (BRASIL, 2017). A adesão à proposta foi baixa por parte dos Institutos Federais tendo. O Instituto Federal do Amapá (IFAP) ofertou 720 vagas no curso de “Empreendedorismo e Gestão de Negócios” com carga horária de 160 horas em seis municípios do Estado a serem realizados nos campi: Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Porto Grande, Oiapoque e Centro de Referência em EaD de Pedra Branca do Amapari.

O curso estava ligado à Pró-Reitoria de extensão. Os professores foram selecionados a partir de edital e recebiam uma bolsa para atuarem no Programa correspondente a R\$32,00 (trinta e dois) reais por hora de acordo com a carga horária do componente curricular. Para participarem do Programa as mulheres precisam ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, ser alfabetizada e residir preferencialmente na cidade onde será ofertado o curso. O valor da diária da Bolsa era de R\$11,00 (onze) reais, totalizando R\$440,00 (quatrocentos e quarenta) reais, correspondente a quantidade de dias letivos (40 dias) com carga horária de 4h aulas. As alunas recebiam valor proporcional a frequência das aulas (IFAP, 2018).

Em 2023, o Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), recria o Programa Mulheres Mil. As redes federais,

estaduais e sistemas nacionais de ensino poderão aderir a oferta e passarão a ofertar os cursos a partir de agosto de 2023. Instituído pela Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023, o Programa Mulheres Mil como principais diretrizes:

- I - possibilitar o acesso à educação;
- II - contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;
- III - promover a inclusão social;
- IV - defender a igualdade de gênero;
- V - combater a violência contra a mulher;
- VI - promover o acesso ao exercício da cidadania;
- VII - desenvolver estratégias para garantir o acesso das mulheres ao mundo do trabalho.

A retomada do Programa visa à formação profissional e tecnológica, articulada com elevação de escolaridade e a inclusão socioproductiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR Nº 35/2023/GAB/SETEC/SETEC-MEC que trata da Adesão à Linha de Fomento da Bolsa Formação - Programa Mulheres Mil, inicialmente seriam ofertadas 5 mil vagas para qualificação profissional de mulheres em vulnerabilidade social com investimento de R\$ 8 milhões.

Esses dados foram alterados por meio do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 63/2023/GAB/SETEC/SETEC-MEC que trata do resultado da análise das propostas submetidas para seleção. As vagas foram ampliadas 15.000 (quinze mil) e o orçamento para execução passou para R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões) conforme tabela abaixo.

Tabela 3 - Número de vagas e instituições contempladas para oferta do PMM 2023

Região	Nº de instituições	Instituições contempladas	Nº de vagas
Nordeste	15	IFPB, IFBA, IFMA, IFAL, IFS, IFRN, IFCE, IFPE, UFRPE, IFPI, IF BAIANO, UFRN, IFSERTÃO-PE, UFPB, UFPI	6783
Norte	06	IFAM, IFRR, IFTO, IFRO, IFAP, UFRR	3061
Centro Oeste	05	IFB, IFG, IFMS, IFGOIANO, IFMT	1185
Sul	07	IFPR, IFSC, IFC, IFRS, IFSUL, IFFAR, UFSM	1641

Região	Nº de instituições	Instituições contempladas	Nº de vagas
Sudeste	10	IFSULDEMINAS, IFRJ, IFES,UFU, IFNMG, IFSudesteMG, UFV, IFTM, CPII, IFSP	2114

Fonte: elaborada pela pesquisadora a partir do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 63/2023/GAB/SETEC/SETEC-MEC

Os Institutos Federais continuam sendo os responsáveis pela aplicação da metodologia de acesso, permanência e êxito, os cursos deverão ser ofertados na modalidade presencial com carga horária de 160 horas, com previsão de início em agosto/2023 e término para dezembro/2024.

As instituições que encaminharam suas propostas de adesão à linha de fomento da bolsa formação construíram suas propostas destacando os indicadores de vulnerabilidade das comunidades que seriam atendidas, assim como o perfil das mulheres inseridas nesses espaços para compor um diagnóstico com as possibilidades de formação profissional e atividades produtivas na comunidade contemplada.

Ao analisar a proposta de retomada do Programa Mulheres podemos perceber que as concepções de implementação e a metodologia de acesso, permanência e êxito ainda estão baseadas na Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011, que o instituiu e regulamentado pela Portaria nº 1.042, de 21 de dezembro de 2021 que estabelece as normas para execução da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.

Sem alterações em sua proposta de oferta, o Programa retoma suas atividades com a mesma concepção da metodologia de acesso, permanência e êxito. A elevação da escolaridade é um pressuposto importante no Programa, incentivando as mulheres a darem seguimento aos estudos. Mas por se tratar de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), o programa não é integrado ao ensino fundamental ou médio. Para dar continuidade aos estudos as mulheres precisam se matricular em outra instituição de ensino. O que dificulta o retorno à sala de aula, pois as mesmas teriam que estudar em duas instituições, em horários distintos, o que deixa evidente a necessidade de uma formação profissional integrada.

O Programa Mulheres Mil continua sendo visto como uma política de gênero e inclusão para as mulheres atendidas a partir do acesso à qualificação profissional e inserção das mulheres no mercado de trabalho contribui para que estas desenvolvam autonomia e exerçam sua cidadania.

Se considerarmos que o Programa tem como uma de suas dimensões a emancipação das mulheres por meio do acesso ao emprego, os impactos relacionados à inserção no mercado de trabalho formal precisam ser evidenciados nos documentos oficiais e nos relatórios de gestão das instituições ofertantes para ser considerado como uma ferramenta eficaz na formação profissional.

Outro dado importante é observar as demandas e os arranjos produtivos locais conforme preconiza os documentos oficiais que regulamentam o programa pois os cursos ofertados, em sua maioria, são voltados para os serviços domiciliar na tentativa de fazer com que as mulheres possam conciliar seus afazeres domésticos com uma atividade remunerada. Desta forma, as mulheres continuam sendo vistas como responsáveis pelo lar e cuidados com a família tendo que intercalar jornadas domésticas com as atividades profissionais.

As contribuições do PMM devem ser mensuradas para que o Programa possa redimensionar suas ações institucionais. O acompanhamento das egressas e os impactos do programa nas comunidades e na família das mulheres atendidas são de fundamental importância para a melhoria das ofertas a partir dos pressupostos do programa que é a elevação da escolaridade, formação profissional e a inserção produtiva

6. PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo tratamos do percurso metodológico que norteia esta pesquisa, destacando os objetivos, a análise e discussão dos dados e os sujeitos participantes do estudo. Para tanto, resgatamos o que foi destacado na introdução desta pesquisa.

O presente estudo teve como objetivo geral “analisar a trajetória de formulação do Programa Mulheres Mil no âmbito da construção de políticas públicas para as mulheres, com foco na inserção produtiva e desigualdade de gênero”. Para seu alcance partimos da problemática central: o Programa Mulheres Mil contempla em sua formulação compromissos com a inclusão produtiva e com o enfrentamento à desigualdade de gênero, contribuindo, dessa forma, para o pleno exercício da cidadania das mulheres atendidas? Diante da questão de partida e seus desdobramentos delineamos e como objetivos específicos: identificar de forma sistemática como o Programa Mulheres Mil está ligado às formulações de políticas públicas para mulheres; Contextualizar os avanços e desafios dos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres desde sua implementação no ano de 2004; Verificar em que instâncias do PMM se encontra o foco na inserção produtiva e na desigualdade de gênero; Abordar a

percepção das egressas em relação ao Programa Mulheres Mil a partir da formação profissional e estímulo à educação formal nos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas.

Diante da questão elencada e objetivos propostos optamos por um estudo qualitativo com referencial metodológico da História de Vida

6.1 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Alagoas, via Plataforma Brasil, e sua execução foi aprovada, conforme parecer nº 5.697.994 (Anexo B), estando de acordo com as Resoluções 466/12 e 510/16.

As participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 1), concordando com a participação e tomando ciência que as informações coletadas seriam usadas, única e exclusivamente, para a finalidade desta pesquisa e os resultados serão publicados para fins acadêmicos.

Para minimizar os riscos e proteger as participantes da pesquisa as mesmas receberam esclarecimento prévio sobre a pesquisa através da leitura do TCLE, as mulheres podiam pedir para interromper a entrevista a qualquer momento, sendo garantida a privacidade para participar da entrevista em um local reservado e liberdade para se expressar da maneira que achar mais conveniente, assegurando que a pesquisadora é habilitada ao método de coleta dos dados por meio de entrevista e estaria atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto e garantia de acesso aos resultados da pesquisa. A pesquisadora comprometeu-se com a confidencialidade, a privacidade e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico financeiro.

Além disso, foi solicitado que os gastos causados exclusivamente pela participação na pesquisa, como transporte até o local da entrevista e alimentação, fossem informados pelas participantes para que as mesmas fossem ressarcidas. As participantes não informaram que tiveram gastos ou qualquer despesa com a participação na pesquisa. Também foi explicado às participantes que na duração da pesquisa, em especial, na entrevista, poderiam ocorrer os riscos de invasão de privacidade, possibilidade de constrangimento ou desconforto ao responder a questões sensíveis, tais como revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados sobre sua vida, quebra de sigilo, anonimato e confidencialidade, e que em caso de

desconformidade com os princípios éticos, as participantes seriam ressarcidas de acordo com o ressignado pela Resolução 510/16, artigo 9.

Os depoimentos foram recolhidos em encontros presenciais e respeitando os protocolos sanitários no contexto da pandemia que requerem rigidez sobre distanciamento, uso de máscara e álcool em gel. Os encontros foram agendados antecipadamente com um prazo de 10 dias sendo analisados os dados epidemiológicos do Estado de Alagoas para confirmação da aplicação da entrevista. Em caso de aumento dos casos, a entrevista seria adiada por 15 dias e passaria por uma análise dos dados epidemiológicos do período da aplicação.

6.2 NATUREZA DO ESTUDO

Para a realização da investigação, optamos pela abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser constituída em um ambiente natural que a partir da observação e descrição dos fatos observados fornecerá dados importantes ao pesquisador para que ele possa desvelar a realidade estudada sem que haja qualquer tipo de manipulação por parte dele.

Para Chizzotti, (2003, p. 221) “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto”. É um tipo de abordagem que aparece fortemente influenciada pelo contexto social mais amplo e pelo conjunto de significados culturais do grupo onde os sujeitos envolvidos aparecem e, que ao mesmo tempo, são indispensáveis a nossa compreensão do que ocorre com os sujeitos e a situação pesquisada. Ludke e André (2001, p. 17) esclarecem que esse tipo de pesquisa se diferencia do método quantitativista de pesquisa “que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente, defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas”.

Na área de educação, a adoção dessa metodologia passou a assumir diferentes formas de investigação a fim de que pudesse perceber e refletir sobre temas, problemas, sujeitos, momentos e contextos diversos, visto que os estudos orientados pela abordagem quantitativa não conseguiam contemplar nem compreender a imprevisibilidade e irreversibilidade de certos fenômenos no âmbito social, nem tampouco a complexidade das questões relacionadas

aos diferentes contextos educacionais. Aqui, o pesquisador passa a frequentar os “locais em que naturalmente se verificam os fenômenos nos quais está interessado, incidindo os dados recolhidos nos comportamentos naturais das pessoas” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 17) e em suas interações com o meio e os demais, onde constroem seus repertórios de significados.

Com isso, vemos que esse tipo de pesquisa torna-se mais adequado à natureza subjetiva do objeto das ciências humanas e sociais, consideradas indispensáveis à interpretação da realidade observada, tendo como foco a análise das histórias de vida das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil.

Dentre as técnicas de abordagem qualitativa foi escolhida como instrumento de coleta de dados a História de Vida e análise documental para realização da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2018, p. 316) história de vida refere-se a uma “narração em torno de determinados fatos ou fenômenos, nos quais se evidenciam valores e padrões culturais. Consiste em um modo de interpretar os eventos, para melhor compreender as ações, os conceitos e os valores adotados pelo grupo ou indivíduo objeto de pesquisa”.

Alves e Silva (2022, p. 12, apud, MORIÑA, 2018) identificam alguns pontos importantes que devem ser considerados em narrativas que tem com método a História de Vida: o primeiro enfatiza a prioridade dada à escuta das vozes de pessoas que comumente as têm silenciadas e excluídas do discurso científico, essa voz assume um papel protagonista na pesquisa, uma vez que não se fala ou pesquisa sobre ela, mas se fala e pesquisa com ela; o segundo ponto a ser destacado se dá no papel da subjetividade, reconhecida e valorizada na compreensão da realidade a partir das experiências da pessoa que narra sua vida; a análise narrativa dos dados é o terceiro ponto a ser considerado e precisa contemplar as narrativas em sua totalidade, sem fragmentá-las, uma vez que a análise produz histórias e busca aspectos singulares de uma vida, revelando sua natureza única; o quarto ponto nos faz refletir sobre a relação entre pesquisador e narrador. Ambos são colocados em posição de igualdade ao intervirem juntos no estudo, em uma relação dinâmica de constantes aprendizagens e transformações entre ambos; a dimensão emancipatória é mais um ponto que merece destaque nesse tipo de pesquisa pois conduz o participante a refletir e transformar contextos à sua volta desencadeando o processo emancipatório ao questionar papéis em toda a sociedade. O último ponto se refere à ética em pesquisa, considerada como elemento chave nas narrativas. A forma como devemos nos comportar em relação à pessoa com quem estamos interagindo, preocupação essa que deve permear todo o processo de desenvolvimento de uma pesquisa.

Essa perspectiva de trabalho nos possibilita entender que os fenômenos que são constituídos socialmente só passam a existir e ganhar veracidade, quando analisados a partir da percepção e descrição da cultura dos grupos que interagem na sociedade, o que nos leva a perceber que o trabalho do pesquisador só pode ser desenvolvido com a interpretação e compreensão dos valores e das ideias dos membros que deles participam. A compreensão desses fatores possibilitará a troca de significados, de experiências e a consolidação do saber que é produzido nesta relação, buscando o entendimento da complexidade dos acontecimentos e das memórias que estão a todo momento constituindo sujeitos e possibilitando tanto a interpretação quanto a (re)construção de conhecimentos e sentidos sociais.

6.3. POPULAÇÃO ESTUDADA

Para Richardson (2017, p. 143), “em geral, se resulta impossível obter informação de todos os indivíduos que formam parte de um grupo que se deseja estudar; seja por porque o número de elementos é demasiado grande, os custos elevados ou ainda porque o tempo pode atuar como agente de distorção”. Desta forma, nas Ciências Sociais, ao trabalhar com grupos humanos, observa-se a heterogeneidade de seus membros. Para Alves e Silva (2022, p. 21) “Trata-se de um equívoco considerar que o critério representatividade se dá pela quantidade de informantes e não pela qualidade e profundidade do discurso em desenvolvimento”.

A escolha pelo número de mulheres que participaram deste estudo se deu pelo fato de que essa abordagem metodológica requer do pesquisador e das participantes encontros longos, até que se aborde todos os temas de interesse na pesquisa. Tanto no início reunindo os dados e posteriormente discutindo os resultados, a construção da história de vida vai se constituindo em um processo lento e intenso que exige envolvimento e que demanda vários encontros. “Ressalta -se que embora haja um único protagonista, há uma polifonia de vozes, ou seja , outros testemunhos que acompanham a voz da protagonista do estudo” (ALVES e SILVA, 2022, p. 21).

As participantes desta pesquisa são mulheres egressas do Programa Mulheres Mil, selecionadas de maneira a se obter uma multiplicidade de trajetórias de vidas. Foram entrevistadas 10 mulheres, contemplando as três mesorregiões de Alagoas (Sertão Alagoano, Agreste Alagoano e Leste Alagoano), que foram beneficiárias do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Alagoas.

6.4 PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DAS PARTICIPANTES

Com o desejo de obter narrativas de mulheres assistidas pelo Programa Mulheres Mil, a ideia inicial foi entrar em contato, por e-mail, com a Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Alagoas e solicitar os dados referentes ao PMM para a análise das informações sobre Unidade de Ensino e Município de oferta, Ciclo de Matrícula, Cursos ofertados e carga horária, Vagas ofertadas, Número de Matrículas e Concluintes e contato das egressas no período de 2008 a 2019.

Em resposta a solicitação fomos informados pela Coordenação de Ações Comunitárias da Pró-Reitoria de Extensão que a mesma tinha ciência da importância de sua solicitação referente aos dados do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Alagoas, bem como da importância desta tese enquanto contribuição para um estudo crítico do papel do Instituto Federal de Alagoas em sua missão de garantir o acesso ao conhecimento a todos sem distinção e seu comprometimento social com a mulher alagoana, protagonistas específicas desta tese.

No entanto, informaram que estavam com dificuldade em encontrar dados completos do Programa Mulheres Mil, tendo em vista que o referido Programa não estava sob a responsabilidade da Proex antes de 2019, época em que o mesmo teve suas atividades suspensas, deixando-os impossibilitados de fornecer os dados solicitados.

Diante da falta de informações por parte da Proex, entramos com um pedido de acesso à informação na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação ao Cidadão (Fala.BR). O gabinete da Reitoria do IFAL informou que embora o Programa Mulheres Mil estivesse ligado ao gabinete da reitoria, esse programa foi descontinuado em sua oferta e a responsável pela coordenação do Programa se aposentou. Com isso, a Reitoria envidaria esforços para verificar e levantar as informações solicitadas. Porém, as informações não foram encaminhadas e a solicitação não foi atendida.

É importante destacar que as informações que contempla os dados de matrícula dos cursos de educação profissional e tecnológica e seus itinerários formativos, assim como a operacionalização do PRONATEC/Bolsa-Formação estão incorporados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) do Governo Federal. As instituições demandantes e rede ofertante possuem perfis de Gestor Responsável pela Unidade de Ensino para executar as ações referentes ao processo de pactuação, gerenciar

ofertas de turmas e matrícula, registrar frequência, criar relatórios por municípios e Unidades de Ensino e dados de certificação.

As informações foram concedidas pela servidora aposentada e supervisora institucional do Programa Mulheres Mil no IFAL que encaminhou as informações, via e-mail, e se disponibilizou a colaborar com os dados da pesquisa. Dessa forma foi possível fazer o levantamento da quantidade de mulheres atendidas, das Unidades de Ensino e Municípios ofertantes, dos cursos realizados, e os dados sobre conclusão e evasão.

O próximo passo foi informar aos diretores dos Campi do IFAL, via celular, sobre a realização da pesquisa e solicitar o contato dos supervisores pedagógicos que atuaram no Programa para verificar a possibilidade de encaminhar o contato das egressas.

Alguns supervisores não eram mais servidores do IFAL, outros não tinham mais acesso aos contatos pessoais das mulheres. Conseguimos entrar em contato com duas mulheres por meio dos supervisores dos Campi São Miguel dos Campos e Murici que aceitaram participar da pesquisa e contaram suas experiências no PMM. Os supervisores pedagógicos e direção dos Campi Santana do Ipanema e Maragogi nos informaram alguns contatos, mas não foi possível agendar as entrevistas devido a impossibilidade das egressas em nos receber.

Considerando a dificuldade e impossibilidade de contato com as egressas, por meio dos supervisores pedagógicos, fomos criando outras estratégias. Ao entrar em contato com o Campus Batalha nos foi sugerido que fossemos na comunidade a qual alguns cursos tinham sido ofertados. A líder comunitária e ex-aluna do Curso Subsequente em Agroindústria do Campus Batalha nos recebeu, encaminhou o contato de algumas mulheres que tinham participado do PMM e intermediou o encontro para realização das entrevistas.. Conseguimos a confirmação de cinco mulheres que nos contaram suas histórias de vida.

A dificuldade se dava também pelo fato de muitas mulheres terem mudado o número de telefone e endereço. Foi através das mídias sociais, após várias tentativas de contato com as egressas, que conseguimos nas páginas institucionais do Programa no Facebook e Instagram selecionar mais três egressas para participar da pesquisa. Duas mulheres do Campus Piranhas e uma do Campus Arapiraca que se uniram as outras mulheres selecionadas para formar o grupo de dez egressas que aceitaram participar desta pesquisa.

Para Minayo (2017, p.10), “não há medida estabelecida *a priori* para o entendimento das homogeneidades, da diversidade e da intensidade das informações necessárias a um

trabalho de pesquisa”. O autor destaca ainda que deve prevalecer, mesmo que de forma provisória, a certeza do pesquisador de que encontrou a lógica interna do seu objeto de estudo, que também é sujeito, em todas as suas conexões e interconexões . Desta forma, as participantes deste estudo foram selecionadas de maneira a se obter uma multiplicidade de trajetórias de vidas. O universo ficou limitado a dez mulheres que concordaram em participar da pesquisa. Os depoimentos foram recolhidos em encontros presenciais com as entrevistadas para construção de suas histórias de vida.

Foram considerados os seguintes critérios de inclusão: mulheres egressas beneficiárias do Programa Mulheres Mil com baixa escolaridade, baixa renda, em situação de vulnerabilidade social e beneficiária do Programa Bolsa Família. Como critérios de exclusão, foi levado em conta a ausência das mulheres selecionadas no dia da entrevista.

6.5 COLETA DE DADOS

A coleta de dados se deu entre Outubro de 2022 e Janeiro de 2023. No primeiro contato, a participante foi informada de todo o trâmite do estudo mediante contato telefônico ou mensagem virtual. As mulheres tiveram conhecimento do objetivo da pesquisa e de como ela seria operacionalizada. Dessa forma, foi explicado que se tratava de uma pesquisa sobre políticas públicas voltadas para mulheres em vulnerabilidade social e que para tanto seria necessário conhecer a história de vida de mulheres que foram contempladas pelo Programa Mulheres Mil. Algumas acreditavam se tratar do retorno do Programa e se frustraram ao saber que se tratava de uma pesquisa acadêmica.

No encontro presencial foi realizada a identificação da pesquisadora e ressaltada a importância da participação das mulheres para realização do estudo e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A). Explicamos que não precisavam se preocupar com respostas certas ou erradas, que as questões abordadas no Roteiro de Entrevista (Apêndice A) eram apenas para auxiliar nas narrativas de suas histórias de vida e podermos adentrar em questões sobre como o Programa Mulheres Mil contribuiu para os aspectos profissionais, educacionais e na elevação da autoestima enquanto política pública voltada para as questões de gênero.

Os cenários da pesquisa foram diversificados pois algumas mulheres não conseguiram se deslocar para os Campi do IFAL devido outros afazeres e cuidados com os filhos. Vale

ressaltar que mesmo as entrevistas não acontecendo nas instalações do IFAL foram respeitados os princípios éticos da pesquisa garantido a privacidade e confidencialidade dos relatos assim como a garantia de que o local escolhido não teria elementos que prejudicasse a narrativa. Não foi definido um tempo para duração do relato que foi gravado e transcrito para alinhar com os interesses da pesquisa.

As narrativas foram pensadas para seguirem sem intervenção da pesquisadora para que as mulheres pudessem organizar suas falas de acordo com o que acreditam ser mais importante relatar de sua história de vida. No entanto, as pausas e interrupções se deram nos momentos nos quais as entrevistadas se emocionaram ao lembrar fatos marcantes em suas vidas, quando as mulheres solicitavam esclarecimentos sobre pontos da pesquisa ou sentia a necessidade de estimular alguma fala. Após o relato a pesquisadora realizou algumas intervenções para coletar informações que não tinham sido contempladas nos relatos das participantes da pesquisa.

As entrevistas foram gravadas com utilização do software “Gravador de Voz” versão Windows 11 do notebook da pesquisadora Samsung Modelo NP370E4K sendo relocado para a pasta “GRAVAÇÃO PROGRAMA MULHERES MIL” assegurando que a entrevista seria transcrita proporcionando segurança a participante. As transcrições foram realizadas pela pesquisadora propiciando mais um momento de aproximação com as participantes e aprofundamento das temáticas da pesquisa, mas também uma etapa que exigiu uma maior disponibilidade de tempo para execução do estudo.

A entrevista representa para nossa pesquisa o instrumento básico para a coleta de dados. Nela, a relação que se cria entre os sujeitos que aparecem envolvidos no processo investigado é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Enquanto instrumento científico de coleta de dados, deve proporcionar ao pesquisador: a obtenção de dados e uma visão clara sobre os elementos que estão sendo coletados, que tipo de situação é possível investigar e refletir, como é possível fazê-la, qual tipo de sujeitos estão envolvidos, qual a postura que o pesquisador precisa adotar e, finalmente, que tipo de conhecimento pode ser obtido a partir da observação e análises de todos os dados catalogados (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Marconi e Lakatos (2018, p. 321) ao se referirem às técnicas de coleta de dados, comentam que as entrevistas oferecem algumas vantagens dentre elas “pode ser usada com todos os segmentos da população, há maior flexibilidade e oportunidade para avaliar atitudes e comportamentos, podendo o entrevistado ser mais bem observado e possibilita também a

coleta de dados importantes que não se encontram em fontes documentais”. Destacam ainda, a importância de prestarmos atenção as limitações que podem surgir durante a entrevista, tais como “a dificuldade de expressão, de comunicação ou incorporação clara dos significados, o que pode levar a uma falsa interpretação, a possibilidade de o entrevistador sofrer influência do indivíduo fornecedor das informações, a retenção de dados importantes, ser longa e não econômica” (MARCONI e LAKATOS, 2018, p. 322)

Desse modo, pensamos ser a entrevista a mais adequada para o desenvolvimento do presente estudo, tendo em vista a sua flexibilidade que é imprescindível na busca de respostas sobre o objeto de pesquisa e na necessidade de elaboração de um roteiro que não possua a rigidez da entrevista estruturada. Com esse objeto de captação de dados, o pesquisador precisa organizar um roteiro constituído por temas específicos, que possa lhe permitir obter respostas que, provavelmente, não seriam possíveis caso fossem feitas perguntas de forma direta, criando-se um espaço de interação que é sempre discursivo e que aparece submetido às condições comuns de toda forma de interação social, na qual as relações estabelecidas entre entrevistador e entrevistado podem influenciar tanto o seu curso como o tipo de informações que aparecem.

Para isso, há de se considerar que a postura do pesquisador precisa estar bem definida para que não haja a interferência nos contextos e nas próprias narrativas que serão produzidas pelas entrevistadas, além de ser extremamente cauteloso na dinâmica que se estabelece no momento de interação para não direcionar as respostas obtidas durante o diálogo com os sujeitos da pesquisa. Isso nos faz pensar que a aplicação desse instrumento de coleta de dados requer do pesquisador um bom planejamento prévio e a efetivação de habilidades práticas que são fundamentais ao desenrolar da ação de entrevistar, objetivando seguir um roteiro de indagações, com possibilidades de introduzir variações que se fizerem necessárias durante sua aplicação, desde que se mantenha uma estreita conexão com o objeto pesquisado e os objetivos da pesquisa.

Para Manzini (1991, p. 154), o tipo de entrevista está direcionado em torno de uma temática sobre a qual o pesquisador formula uma espécie de roteiro com perguntas que, para a compreensão e reflexão do seu objeto de pesquisa, são de grande relevância e que podem ser complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista, servindo, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estarão condicionadas

a uma padronização de alternativas. Oliveira (2009, p. 13), vai dizer que as entrevistas são as que mais possibilitam a compreensão e o estudo de questões que emergem nos contextos de investigação, uma vez que permite não somente a realização de perguntas que são necessárias à pesquisa e não podem ser deixadas de lado, mas também a relativização dessas perguntas, dando liberdade ao entrevistado e a possibilidade de surgir novos questionamentos não previstos pelo pesquisador, o que poderá ocasionar uma melhor compreensão do objeto em questão.

Assim, reconhecemos o caráter interativo e reflexivo da entrevista e passamos a vê-la submetida às condições comuns de toda interação face a face, na qual a natureza das relações entre entrevistador e entrevistado influencia tanto o seu curso como o tipo de informação que aparece. Esse processo interativo tem um caráter reflexivo, numa intersecção contínua entre diferentes realidades e histórias de vida e o sistema de crenças e valores que perpassam todas essas singularidades.

Dessa forma, reconhecemos também que ao lado do respeito pela história de vida dos sujeitos, pela cultura e pelos valores do entrevistado, o entrevistador tem que desenvolver uma grande capacidade de ouvir atentamente e estimular o fluxo natural de informações por parte dos sujeitos da pesquisa. Esse estímulo não deve, entretanto, forçar o rumo das respostas para determinada direção, mas garantir um clima de confiança, para que o informante se sinta à vontade para se expressar livremente.

É importante destacar que a aceitação em fazer parte desta pesquisa implicou ainda na conscientização das participantes a respeito da natureza da construção e importância do conhecimento científico. Para tanto foram garantidos as entrevistadas: ser informada sobre a pesquisa; desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; ter sua privacidade respeitada; ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; ser indenizada pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

6.6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

As narrativas sobre história de vida são construídas numa relação dialógica entre o pesquisador e os participantes da pesquisa. Para Gonçalves & Lisboa (2007, p. 90), “o

pesquisador seguirá um roteiro de perguntas elaboradas de acordo com a questão a ser investigada, obedecendo a um fio condutor composto pelas categorias previamente definidas na fundamentação teórica do projeto”.

Concluída a fase de coleta de dados, iniciaram-se as etapas de transcrição e textualização das entrevistas. “O tratamento dos dados obtidos na pesquisa é uma etapa que merece destaque, pois exige a atenção do pesquisador em relação à totalidade do processo. É importante conferir a fidelidade do conteúdo” (GONÇALVES & LISBOA, 2007, p. 90). No que se refere à transcrição, aqui será entendida como a passagem do oral para a escrita das narrativas de história de vida das mulheres participantes da pesquisa e textualização o momento em que o narrador assume a titularidade de suas falas, sem interrupções, sons ambientes, erros gramaticais que interfira no material recolhido.

A análise e sistematização dos dados foram baseados nos princípios da técnica de análise de conteúdo. “É um abordagem que se vale de uma técnica de análise de comunicação, cujo objetivo é compreender criticamente o sentido de uma comunicação, observando quer seu conteúdo manifesto, quer seu conteúdo latente, significações explícitas ou ocultas” (MARCONI e LAKATOS, 2018, p. 308).

Considerando o delineamento da análise de conteúdo, com base em Bardin (2016), Marconi e Lakatos (2018, p. 310) consideram três fases dessa abordagem: a pré-análise que corresponde a seleção do material e definição dos procedimentos a serem seguidos; a exploração do material que consiste basicamente em operações de codificação; tratamento dos dados e interpretação.

Na análise de conteúdo realizada a análise dos elementos, é necessário classificá-los em categorias. Para Richardson (2017, p. 269), “embora não seja uma etapa obrigatória, a categorização facilita a análise das informações”. Desta forma, para discorrer sobre a percepção das egressas em relação ao Programa Mulheres Mil e analisar as mudanças ocorridas em suas vidas foi necessário estabelecer eixos temáticos que propiciaram a compreensão das informações contidas nas narrativas transcritas e atender ao objetivo desta pesquisa. Algumas falas das egressas foram destacadas para nos auxiliar na temática deste estudo e a partir dos pontos comuns de suas falas foram definidas como categorias: o perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas; a elevação da escolaridade das egressas, considerada como um dos objetivos principais do Programa; a inserção dessas mulheres no mercado formal de trabalho de acordo com a formação profissional recebida no Programa.

A análise dos dados estão dispostos nas seções a seguir desta pesquisa que buscou analisar informações contidas nas narrativas de histórias de vida das egressas e confrontá-las com as concepções e implementação de oferta contidas nos documentos oficiais do Programa Mulheres Mil bem como o referencial teórico que trata de políticas públicas voltadas para a questão de gênero.

6.6.1 Perfil socioeconômico: quem são as egressas?

O Programa Mulheres Mil tem como objetivo atender mulheres a partir de 16 anos, prioritariamente, em situação de vulnerabilidade social e econômica. De acordo com o Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito, deve-se observar “questões de desigualdade racial e étnica; de orientação sexual e identidade de gênero; geracional; de deficiência; de classe social” (BRASIL, 2023, p. 19). O perfil das mulheres que participam do Programa reflete uma diversidade de contextos econômicos, sociais e educacionais.

A discussão do perfil das mulheres atendidas se faz necessária para compreendermos o significado de vulnerabilidade social no âmbito dessa política pública e como o Programa lida com elementos comuns ao perfil dessas mulheres, tais como situações de pobreza e baixa escolaridade, mas também com elementos que refletem a multiplicidade do perfil de mulheres atendidas, como por exemplo a faixa etária, o estado civil e a quantidade de filhos, vistos como elementos que dificultam a elevação da escolaridade e a (re)inserção dessas mulheres ao mercado formal de trabalho.

A pesquisa revela os dados coletados a partir das narrativas de dez egressas que participaram do Programa Mulheres no Instituto Federal de Alagoas nos cursos de Costura Industrial, Cartonagem à mão, Masseiro, Macramê e Confeccionador de Bijuterias.

Para traçar o perfil socioeconômico das egressas foram categorizados os dados sobre a faixa etária, estado civil, quantidade de filhos, escolaridade e ocupação. As entrevistadas foram identificadas como Participante 1 a Participante 10, para manter suas identidades preservadas. O quadro a seguir traz informações a respeito da idade, estado civil, quantidade de filhos e escolaridade das mulheres entrevistadas.

Quadro 5 - Perfil das egressas entrevistadas.

Participante	Idade	Nº de filhos	Estado Civil	Escolaridade
Participante 1	61	1	Viúva	Ensino Médio Completo

Participante	Idade	Nº de filhos	Estado Civil	Escolaridade
Participante 2	55	0	Solteira	Ensino Médio Completo
Participante 3	31	3	Casada	Ensino Médio Completo
Participante 4	54	6	Casada	Ensino Fundamental
Participante 5	29	3	Casada	Ensino Fundamental Incompleto
Participante 6	35	3	Casada	Ensino Médio Completo
Participante 7	37	3	Divorciada	Ensino Médio Completo
Participante 8	36	5	Casada	Ensino Médio Completo
Participante 9	50	1	Casada	Ensino Fundamental Incompleto
Participante 10	39	1	Casada	Ensino Fundamental Completo

Fonte: Elaborada pela pesquisadora de acordo com o instrumento de entrevista.

De acordo com os dados levantados, a faixa etária das entrevistadas atende aos pressupostos do sistema de acesso do Programa Mulheres Mil. As egressas da pesquisa mostram uma predominância da faixa etária dos 31 aos 40 anos, correspondendo a 50% das entrevistadas, seguida das mulheres acima dos 50 anos, com um total de 30%. As beneficiárias com faixas etárias entre 21 a 30 anos representam 10%, assim como as que estão entre 41 a 50 anos. Lembramos que, o público-alvo do PMM caracteriza-se por, “mulheres a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico e preferencialmente ainda não atendidas pelo Pronatec/BSM”. (BRASIL, 2014, p. 06). O PMM não limita a participação das mulheres em uma faixa etária, apenas para a entrada, por isso encontramos um público com idades bem diversificadas.

As mulheres com a faixa etária mais elevada nem sempre conseguem ser incluídas em programas de qualificação profissional e por vezes são excluídas de seleções para entrada no mercado de trabalho. “A desagregação do Nível de instrução por faixa etária revela que, entre a população com 65 anos ou mais, as mulheres possuíam nível de instrução ligeiramente inferior ao dos homens, revelando as restrições enfrentadas por elas no acesso à educação em décadas passadas” IBGE, 2021, p.5). Nesse aspecto vale destacar a importância de uma política pública que leva em consideração a combinação de aspectos tão presentes na vida de

mulheres como pobreza, violências, baixo nível de escolaridade, chefes de família, baixa remuneração e falta de apoio familiar.

Em relação ao estado civil, identificou-se que dentre as mulheres entrevistadas, 70% das beneficiárias são casadas. O grupo que são solteiras, divorciada ou viúva representa um percentual de 10% cada. A legislação brasileira só permite o casamento para pessoas a partir dos 18 anos, salvo os casos de jovens de 16 e 17 anos que forem emancipados ou autorizados pelos responsáveis legais. Ainda assim, “as Estatísticas do Registro Civil (2019), 21.769 (2,1%) casamentos foram realizados com cônjuges de até 17 anos do sexo feminino. Trata-se de fenômeno que impacta mais a vida das meninas do que dos meninos, tendo em vista que foram 2.203 casamentos envolvendo cônjuges de até 17 anos do sexo masculino, representando 0,2% do total.

Um dado a ser destacado nessa pesquisa é que em 12 de março foi publicada a Lei 13.811/2019, que proíbe o casamento de menores de 16 anos, ao atribuir nova redação ao artigo 1.520 do Código Civil, que permitia em caráter excepcional, o casamento de quem ainda não tivesse atingido a maioridade civil. Rocha e Silva (2016, p.20), relatam que ao longo da história a mulher foi sendo “condenada ao lar e à procriação pelo casamento, pelo dogma católico, pelo estigma do desquite, pela opressão familiar, e pela violência física do marido, torna-se evidente a luta que as mulheres empreenderam para que hoje, nós, possamos usufruir de nossos direitos”.

Na construção do perfil das egressas foi possível perceber que, com exceção de uma participante, as demais são mães e possuem entre 01 a 06 filhos. Em suas narrativas as egressas expressam a relação com os filhos e as dificuldades enfrentadas para conciliar a maternidade com os estudos e a vida profissional.

Percebemos que existe um número reduzido de filhos na maioria das entrevistadas. Os estudos do Fundo de População das Nações Unidas (2018, p.7) pontuam que “a redução no número de filhos por mulher aconteceu de forma ampla, geral e irrestrita. Em maior ou menor escala, ela esteve associada a indicadores de desenvolvimento econômico, ao fortalecimento das instituições públicas e a mudanças nas relações de gênero”.

Scott (2013) analisa esses dados a partir dos novos arranjos familiares. Para a autora,

“Essas mudanças espelham transformações na relação entre as mulheres e a família. Se antes o destino feminino era a procriação, fazendo com que elas tivessem gravidezes sucessivas que as mantinham constantemente atreladas ao cuidado com os filhos, a possibilidade de controlar a concepção e a melhoria das condições de saúde da mãe e da criança permitiram que a maternidade passasse a ser planejada. Assim, a possibilidade de ter ou não filhos atrelou-se em maior grau aos desejos da

mulher ou do casal. Também implicou no fato de que a sexualidade se desvinculasse da maternidade”. (SCOTT, 2013, p. 27)

Embora o número de filhos venha sofrendo redução é importante destacar que a concepção de família vem se reinventando. O número de pessoas que constituem a instituição familiar vai se diversificando quando entendemos que os novos arranjos familiares superaram o formato de mãe pai e filho, precisamos acrescentar nesse contexto arranjos como: mães ou pais morando sozinhos com filhos, casais sem filhos, netos com avós, irmãs e irmãos, pais divorciados que se casam novamente e vivem com os filhos de outros casamentos e arranjos antes impensáveis como as famílias com casais homoafetivos.

A garantia de poder decidir sobre o próprio corpo, a disponibilidade de contraceptivos, o direito individual de escolher se quer ter filhos ou não e o tempo de intervalo entre as gestações são fundamentais para saúde da mulher e igualdade de gênero. “Em âmbito mundial, países com níveis mais altos de desenvolvimento social e econômico e escolaridade, estavam fortemente correlacionados com menor incidência de gravidez não planejada entre 2015 e 2019” (UNFPA, 2022, p. 22). Dados que podem ser explicados por meio da ampla acessibilidade aos métodos contraceptivos e onde as mulheres possuem mais liberdades e menos barreiras culturais para administrar suas preferências relacionadas à fecundidade.

6.6.2 Formação e elevação da escolaridade

De acordo com o Guia da Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil (2012, p.22), “a elevação de escolaridade é considerada prioridade e deve ser fomentada, preparando as alunas do Programa a seguir seus estudos, sejam eles técnicos ou tecnológicos (BRASIL, 2012, p.22). Dessa forma é fundamental a elaboração de um currículo que integre os conteúdos às necessidades de qualificação e geração de renda respeitando o conhecimento trazidos pelas alunas.

O processo de educação voltado para as mulheres esteve atrelado aos papéis socialmente atribuídos e determinados em bases biológicas. Rosemberg (2013) faz um breve panorama sobre a educação formal reservado para as mulheres no Brasil,

O modelo de educação feminina virtuosa até o século XIX era o de Sant’Anna Mestra, avó de Cristo, que ensinava a Virgem, sua filha, com seu livro de preces. Posteriormente, sustentou-se a necessidade de se educar as mulheres porque elas seriam “educadoras de homens”, necessários à nação. Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluiu-se Economia doméstica em seu currículo, porque “a mulher é rainha do lar”. Criticou-se a escola mista, por ser “promíscua”. Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, “verdadeiras mães”, têm “vocação para o sacerdócio” que é o magistério. Combateu-se a educação diferenciada, com o

argumento de que servia para relegar a mão de obra das mulheres ao “exército de reserva”, fazendo com que ocupassem postos com menor remuneração que os ocupados pelos homens no mercado de trabalho. Defendeu-se a ampliação da educação de meninas e moças, porque “mulheres educadas adiam a primeira gravidez, espaçam os partos, cuidam melhor dos filhos, impedem a reprodução do círculo vicioso da pobreza”, e porque “seus filhos são mais educados” (ROSEMBERG, 2013, p.338)

Desta forma, é possível perceber que as mulheres exerciam um papel de coadjuvante em sua própria história. Os dados do estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021) revelam que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho e a remuneração inferior em relação aos homens não podem ser atribuídas à educação. As mulheres brasileiras, em média, são mais instruídas que os homens.

A PNAD Contínua 2019 revelou que, entre a população com 25 anos ou mais, 40,4% dos homens não tinham instrução ou possuíam apenas fundamental incompleto, proporção que era de 37,1% entre as mulheres. Já a proporção de pessoas com nível superior completo foi de 15,1% entre os homens e 19,4% entre as mulheres. Mas nem sempre foi assim. Para Rosemberg (2013, p.348) “o Estado, durante séculos, fora eficiente em manter as mulheres afastadas da educação. Depois, sem as antigas restrições e impulsionadas por mudanças econômicas e culturais, as mulheres vem dando conta do recado, aproveitam as brechas do sistema e educam-se”.

Os dados coletados a partir das narrativas das egressas demonstram que 60% das mulheres possuem o Ensino Médio e 40% possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto.

Nas narrativas é possível identificar alguns motivos que as levaram a abandonar os estudos e que apenas uma egressa deu continuidade a elevação da escolaridade após a participação no Programa. Essa tomada de decisão está relacionada a dificuldades bem particulares na vida das mulheres como gravidez, casamento, trabalho, a necessidade da independência financeira e falta de incentivos dos familiares.

Dessa forma, verifica-se a importância de políticas públicas educacionais que levem em consideração temas como a vulnerabilidade social que essas mulheres estão expostas, a dupla jornada de trabalho, a falta de estímulo e os papéis que exercem como mãe, cuidadoras, donas de casa, esposas, dando-lhes assim condições de continuar seus estudos.

6.6.3 (Re)Inserção no mercado de trabalho

A valorização das mulheres por meio da inserção no mercado de trabalho faz parte dos discursos presentes no Programa Mulheres Mil. Para Monteiro (2018, p. 1183), “a formação para emancipação e geração de renda das mulheres é necessária para impulsionar significativa mudança de qualidade de vida para mulheres, para que superem lacunas de conhecimentos estruturais e recebam qualificação que facilite sua inserção no mercado de trabalho”.

A tabela a seguir revela as funções desempenhadas pelas mulheres entrevistadas. A análise sobre a renda das egressas demonstram que 40% exercem algum tipo de atividade remunerada, 10% é aposentada e 50% não trabalham e se identificam como donas de casa.

Tabela 4 - Perfil referente a atividade econômica.

Participantes	Atividades exercidas	Beneficiárias do Programa Bolsa Família
Participante 1	Aposentada	Não
Participante 2	Merendeira	Não
Participante 3	Dona de casa	Sim
Participante 4	Dona de casa	Sim
Participante 5	Dona de casa	Sim
Participante 6	Dona de casa	Sim
Participante 7	Autônoma	Sim
Participante 8	Agricultora	Sim
Participante 9	Dona de casa	Sim
Participante 10	Cabeleireira	Não

Fonte: Elaborada pela autora de acordo com o instrumento de entrevista.

Vale ressaltar que para ter acesso ao Programa as mulheres precisavam ser beneficiárias do Programa Bolsa Família. O Programa Bolsa Família teve sua origem a partir da Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. O Programa fazia parte da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social que o definiu como um programa criado na perspectiva de contribuir para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.

O Programa girava em torno de três eixos principais: Complemento da renda (as famílias atendidas recebiam um benefício em dinheiro, transferido diretamente pelo governo

federal); Acesso a direitos (as famílias deveriam cumprir alguns compromissos que tinham como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social); Articulação com outras ações (Bolsa Família tinha capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza).

Após 18 anos de implantação, o Programa Bolsa Família fez parte do desmonte do governo Bolsonaro. Por meio da redução de recursos, as ações do Programa e as conquistas relacionadas à proteção social como educação, saúde e segurança alimentar foram enfraquecidas. Junto com a mudança de governo, em 2023, o Programa passa mais uma vez por mudanças. O Governo Federal relançou e uma das mudanças está relacionada ao fato de que o benefício será calculado a partir da quantidade de pessoas na mesma família. A principal regra para ter direito ao Programa é que a renda de cada pessoa da família seja, no máximo, R\$ 218,00 mensal.

Outra fonte de renda destacada nas narrativas foi o Programa Criança Alagoana (CRIA). Instituído pela Lei 7.967, de 09 de Janeiro de 2018, o CRIA é uma política pública de caráter intersetorial, estruturado a partir da integração de políticas nas áreas de Saúde, Educação e Assistência e Desenvolvimento Social. Visa promover o desenvolvimento infantil integral na primeira infância, desde a gestação até os seis anos de idade, englobando aspectos físicos, cognitivos e psicossociais, levando em consideração a família e seu contexto de vida. O público alvo são famílias com gestantes e crianças de 0 (zero) aos 6 (seis) anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social e as gestantes, nutrizes e crianças dos 6 (seis) aos 24 (vinte e quatro) meses em desnutrição e insegurança alimentar, nutricional e vulnerabilidade social. Mensalmente é realizada uma transferência de renda, no valor de R\$ 150,00 (reais) desde o início da gestação, até os 72 meses de vida das crianças.

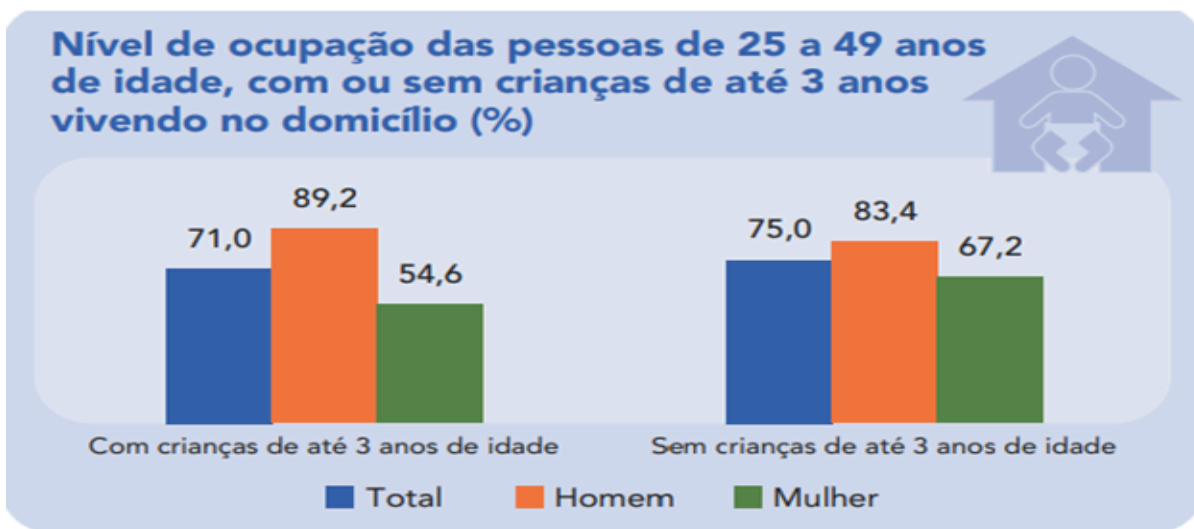
Um dos principais objetivos do Módulo de Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil estava relacionado ao incentivo e compreensão das alunas sobre economia solidária, do empreendedorismo, do cooperativismo e do associativismo como oportunidades de geração de renda e de melhor desempenho no mundo produtivo. A pesquisa revelou que 20% das egressas são autônomas e 10% conseguiram montar seu próprio negócio.

Dentre os temas abordados nas entrevistas estavam a identificação dos cursos que as mulheres tinham realizado no Programa. O objetivo era identificar nas narrativas como os cursos contribuíram para sua vida profissional. Nas narrativas podemos perceber que algumas mulheres conseguiram colocar em prática os conhecimentos adquiridos nos cursos e exercer

alguma atividade remunerada. Percebemos também as dificuldades encontradas nesse percurso como os efeitos da pandemia de COVID-19, enchentes, problemas de saúde, mudança de profissão e cuidados com os filhos.

Os relatos mostram ainda que essas atividades não foram exercidas no mercado de trabalho formal, foram atividades desenvolvidas informalmente em casa, consequentemente tendo que conciliar com os afazeres domésticos. Para Matos & Borelli (2012, p. 146), “apesar do aumento da contribuição feminina para o orçamento da família, os cuidados dos filhos e encargos domésticos continuam majoritariamente sob responsabilidade das mulheres, sobrecarregando seu cotidiano envolto numa “dupla jornada”, quiçá tripla ou quádrupla”. No que se refere à jornada de trabalho, os indicadores de monitoramento do mercado de trabalho indicam desigualdades significativas entre homens e mulheres. A figura abaixo mostra o nível de participação da população entre 25 e 49 anos, os relacionando com a presença de crianças de até 03 anos.

Figura 5 - Nível de participação da população entre 25 e 49 anos.



Fonte: IBGE, 2021.

Os dados mostram que a presença de crianças no ambiente familiar é uma característica determinante na ocupação das mulheres no mercado de trabalho. Em ambas situações o nível de ocupação dos homens é superior ao das mulheres. Já para as mulheres, o nível de ocupação para aquelas que possuem crianças nessa faixa etária é de 54,6%, percentual menor do que os 67,2% das que não possuem filhos com idade de até 3 anos. Segundo dados do IBGE (2021), no Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram em média 21

horas aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, quase o dobro das 11 horas de tempo dedicado pelos homens. Trabalho esses não reconhecidos pela sociedade, que se referem as mulheres que realizam trabalhos domésticos e sem estar exercendo alguma atividade no mercado de trabalho formal como se ela nunca tivesse trabalhado ou que só fica em casa.

O estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil realizados pelo IBGE (2018) revela que,

Mesmo em meio a tantas transformações sociais ocorridas ao longo do último século sob a perspectiva de gênero (maior participação das mulheres no mercado de trabalho, crescente escolarização, redução da fecundidade, disseminação de métodos contraceptivos, maior acesso à informação), as mulheres seguem dedicando relativamente mais tempo aos afazeres domésticos e cuidados, qualquer que seja o grupo de idade observado. As diferenças, contudo, se ampliam entre as faixas de idade mais elevadas”. (IBGE, 2018, p.1)

Vasconcelos (2010, p.5), considera que “quando as mulheres se detêm apenas ao trabalho doméstico para sua família perdem autonomia econômica, tornam-se dependentes e subordinadas a quem garante sobrevivência familiar, em geral, os homens, marido e filhos”. Quando conquistam a autonomia financeira são submetidas às jornadas duplas de trabalho pois, para além do espaço de trabalho, existe a jornada domiciliar com a família.

7 HISTÓRIAS DE VIDA DAS EGRESSAS: PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA MULHERES MIL

Com intuito de responder ao questionamento central desta pesquisa, as histórias de vida das egressas foram narradas a partir de suas singularidades e com um olhar transversal às suas histórias considerando os diferentes contextos que permeiam a vida dessas mulheres. As diferentes dimensões que surgiram na análise, algumas relacionadas à vida pessoal, outras relacionadas à trajetória profissional, se entrelaçam e influenciam de modo significativo em suas trajetórias de vida.

Foram considerados aspectos relacionados à vida pessoal, como as origens familiares, a cidade onde nasceu, a escolha do nome, acontecimentos importantes na infância e na adolescência, amigos, casamentos, filhos, conquistas e dificuldades enfrentadas ao longo da vida. Na trajetória profissional foram abordados aspectos voltados para a escolha da profissão, como se deu a formação profissional, com foco na inserção produtiva e as desigualdades de gênero enfrentadas neste percurso.

Partimos da hipótese de que o Programa Mulheres Mil é uma política pública voltada para mulheres em vulnerabilidade social e que através de cursos de qualificação profissional e

inserção das mulheres no mundo de trabalho contribui para que estas desenvolvam autonomia e exerçam sua cidadania. Desta forma foram consideradas nas narrativas as percepções das egressas em relação à formação profissional e o estímulo à educação formal recebidos nos cursos ofertados.

7.1 “AGRADEÇO PELO CONVITE”

Participante 1

Aposentada, 61 anos, viúva, mãe de um filho, artesã por paixão

Nascida na cidade de Anadia no ano de 1961, filha de Maria do Carmo e José Manoel, nossa primeira entrevistada relata com muito carinho sua infância quando morava em uma fazenda com seus pais e irmãos em uma casa enorme, ainda hoje sonha com essa casa que tinha muitos quartos, sala, varanda, um quintal enorme que brincava. *“Era uma infância muito boa porque tinha meus irmãos, das mulheres eu era a filha mais velha e outro irmão era o filho mais velho de todos. Lembro que gostávamos de brincar de fogueira, soltar balões, tomar fogueira do outro, soltar bomba. Brincávamos muito”!* Com o falecimento do pai, acabaram indo morar em outra cidade pois a mãe já não queria mais ficar na mesma casa apesar da insistência dos filhos em continuar e chorarem por não querer ir embora.

Ao narrar seu percurso educacional percebemos que ao longo de sua vida enfrentou muitas dificuldades para dar continuidade aos estudos.

“Lembro que comecei a estudar aos 5 anos de idade, minha primeira professora foi Dasdores, na fazenda em que morava, mas quando meu pai morreu paramos de estudar porque precisávamos trabalhar”. Quando consegui terminar meu Ensino Médio fiz o curso Técnico em Enfermagem. Iniciei esse curso porque queria ser médica. Não conclui. Comecei a fazer o curso de Serviço Social na cidade de São Miguel dos Campos, mas no último período tive que desistir porque foi o período que meu filho foi internado na cidade de Recife. Era pra eu ter terminado quando o acompanhava nas aulas, participava de tudo que tinha na UFAL, os professores já me conheciam, só não era aluna. Acabei dando prioridade aos estudos dele.”

Na adolescência, entre os 15 e 16 anos de idade, trabalhava na agricultura com sua família. Devido as dificuldades financeiras todo mundo precisa ajudar. A vida começa a tomar outro rumo ao conhecer um casal, donos de uma usina, que lhe dar a oportunidade de trabalhar em um hospital. *“Eu tinha medo de sangue, mas enfrentei meu medo e fui trabalhar”.* Mesmo sendo menor de idade passou dois anos trabalhando como estagiária sendo contratada ao completar a maioridade.

Quando fala de seus sonhos de adolescentes confessa que apesar de namorar, não pensava em casar. Queria estudar e realizar o sonho de ser médica. Acabou se casando e deixando o sonho para trás. Em nenhum momento da fala relata que se arrependeu de abrir mão de seus sonhos e cuidar de sua família. Apesar de se sentir sozinha, pois o esposo trabalhava em outra cidade, ia e voltava todos os dias, e ela não conhecia ninguém na cidade que morava. O casamento lhe proporcionou momentos de muita felicidade, dentre eles o nascimento de seu filho após cinco anos de casada. Apesar da alegria de ser mãe, ela fala que *“foi uma gravidez de alto risco. Sofri muito, meu filho nasceu prematuro, tive trombose e passei um ano paralítica. Mas depois, graças a Deus, fui curada”*.

Podemos dizer que a história de vida desta mulher tem como marco principal o nascimento do filho. Todas as narrativas se voltam para os cuidados que dedicou ao filho que nasceu com problemas cardíacos e respiratórios.

“Tudo mudou em nossas vidas. Passava mais tempo no hospital do que em casa. Foram 8 meses no hospital. Passávamos uma semana em casa e outra no hospital. Minha vida era mais hospital do que em casa. Esqueci meu marido, casa, família. Acabava trabalhando uma semana sim e outra não. Mesmo assim, ele não parava de estudar. Mas só ia estudar comigo por perto. Ele estudava em uma escola e eu trabalhava em outra. Ficava revezando para acompanhar os estudos dele e trabalhar.”

O falecimento do esposo trouxe mais desafios para sua vida. Viúva, com um filho doente, sem poder trabalhar e sem perspectivas de mudanças, ela conta que fazia muitos votos a Deus porque não tinha mais dinheiro e não tinha mais do que viver. Passava muito tempo no hospital sem muita coisa pra fazer porque precisava acompanhar o filho no tratamento médico. Sua fé inabalável em Deus e Nossa Senhora aparece em todo momento de sua narrativa e foi em um destes momentos que relata um agravamento na saúde de seu filho.

“Meu filho teve uma piora, quase morreu, e tive que vender tudo que tinha. Passei a dormir no chão, vendi minha casa, mas sempre me apegava a Deus. Foi quando prometi a Nossa Senhora que se meu filho fosse curado todo mês de outubro faria alguma coisa para as crianças. Com seis meses tomando a medicação ele voltou a andar. Foi uma obra de Deus. Após muitas lutas, idas e vindas em hospitais, meu filho conseguiu passar no vestibular no curso de Física na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Mas pra estudar tinha que ir todos os dias com ele. Íamos pela manhã e voltava à noite. Todo esforço virou recompensa. Meu filho passou em dois concursos do Estado, é mestre em Física. Fez a faculdade de Filosofia, escreveu um filho, tudo obra de Deus.”

Em um dos momentos de retrospectiva de sua vida, quando falamos de sua vida profissional, em meio a tantas lembranças, ela encontra um dos motivos que a levaram a ser artesã e nos conta que sua vida foi transformada a partir de um sonho. *“Tive um sonho com muitas linhas e fitas. Fiquei imaginando o significado desse sonho. Lembrei que minha mãe*

era artesã e na minha infância aprendi muita coisa com ela". Na tentativa de não perder o significado só sonho, ela narra que deixou o filho no hospital, com uma menina de sete anos, e foi em uma loja comprar material de artesanato. Como era dentro do hospital só podia fazer coisas a mão. Fazia laço, sandália, crochê. Fazia e também ensinava a outras mulheres e assim ela nos diz que foi seguindo a vida.

O sonho se transformou em sua principal fonte de renda, embora atualmente não faça mais artesanato por dinheiro. Ela fala com orgulho dos trabalhos voluntários que desenvolve em uma associação de artesanato, levando sua arte e transmitindo seus conhecimentos para outras mulheres. *"Sempre vou nas casas das pessoas ensinar, elas também vão para minha casa, a gente se diverte, conversa e faz artesanato"*. Sua renda principal não vem mais do artesanato. Ela é aposentada e recebe pensão por morte do esposo. Parte do que ganha fazendo artesanato vai para doação e no mês de outubro tudo que recebe vai para caridade devido a promessa que fez a Nossa Senhora para curar seu filho.

O convite para participar do Programa Mulheres Mil foi por meio de uma amiga que falou que estava tendo uns cursos para mulheres. Queria fazer a inscrição para o curso de Preparador de doces em conservas, mas estava completo e acabou fazendo a matrícula no curso de Confeccionador de lingerie e moda praia. *"Amei o curso, os professores, os conhecimentos. Fui conhecendo mais mulheres, vendia o que fazia no curso as próprias mulheres. Precisei parar de costurar lingerie porque tive uma reação alérgica à malha. Mas não parei de costurar, só não trabalho com malha"*.

Ao falar do Programa lembra que no início quase desistiu do curso pois estava passando por uma crise de depressão. As colegas de turma foram fundamentais para superação dessa fase incentivando-a a não desistir. *"Às vezes não ia para as aulas, ficava chorando em casa. O Programa foi muito importante na elevação da minha autoestima"*.

Após o Programa Mulheres Mil conta que fez o curso de Costureira industrial em outra instituição e não parou mais de fazer cursos. Sempre é convidada para feiras e exposições. *"Só vivo andando"*. Ela fez questão de pontuar que seu trabalho artesanal está em todo o Estado e também no Exterior, das várias entrevistas dadas para falar de sua história de vida e da gratidão que tem pelas pessoas e amigos que sempre a ajudaram.

Uma de suas maiores realizações, que ela conta emocionada, foi atuar como professora e dar aulas em um projeto voltado para as filhas das mulheres que participavam do Programa Mulheres Mil. Ensinava a fazer necessaire. *"Amei a experiência de ser professora. Foi daí que*

comecei a ensinar outras mulheres. A cidade precisa muito de projetos assim. As mulheres precisam ter algo para fazer, ocupar a mente”.

Ao finalizar sua narrativa, conta que às vezes chora quando lembra de sua história de vida, mas sempre agradece a Deus a oportunidade de poder crescer junto com outras mulheres. Gosta de passar alegria para as pessoas porque assim Deus dá mais coragem para ela. *“Acho minha história bonita e gosto de contar para outras mulheres para servir como exemplo. Mesmo triste nunca gostei de demonstrar para as pessoas”.*

7.2 “EU FUI UMA DAS PRIMEIRAS FILHAS DE MEUS PAIS A TERMINAR O SEGUNDO GRAU E ÉRAMOS 11 FILHOS”

Participante 2

Merendeira, 55 anos, solteira

Nascida e criada na cidade de Murici, nossa entrevista fala que morou a maior parte da vida com os meus pais. Ao narrar sua história de vida fala com muito entusiasmo que:

“Tenho 55 anos, me acho bela, linda e maravilhosa. Não tenho filhos e penso não ser mais possível. Quem deu meu nome foi minha mãe, mas nunca disse o motivo. Mas ela soube escolher, acho um nome muito bonito, gosto do meu nome, é pequeno, são apenas quatro letrinhas. Todo mundo lá em casa começa com a letra N. Penso que foi para combinar com o nome de meu pai. Continuo solteira, mas entre aspas, porque penso que em breve me casarei”.

Entretanto, ao mesmo tempo que relata com orgulho sua história de vida, fica emocionada ao lembrar da morte de sua mãe e de como teve sua vida transformada por essa perda. *“Quando minha mãe morreu fui eu que fiquei tomando conta da casa, apesar de ter muitas irmãs. A vida nunca foi fácil”.* A infância foi com os pais e os irmãos, ela nos conta que sua família são de pessoas educadas e inteligentes. No total eram 19 filhos, mas 8 faleceram. Minha mãe não trabalhava e meu pai não tinha emprego fixo. O pai nunca deixou os filhos fora da escola, sempre incentivou os estudos. Todo mundo tinha que ir para escola e fazer as tarefas de casa.

As memórias sobre sua trajetória acadêmica são as que mais se destacam em suas falas. Foi a primeira filha a terminar o Segundo Grau em Contabilidade apesar de a mãe querer que ela fizesse o Curso de Magistério pois já trabalhava com crianças.

Passei 12 anos ensinando particular, em casa, para crianças dos 3 aos 7 anos. Os pais amavam meu trabalho porque as crianças chegavam sem saber um “A” e quando saía sabia ler de “trás pra frente” conforme diz o povo”. Eu ficava orgulhosa disso porque a gente pegar uma criança sem saber de nada e ver ela saindo de sua “mão” sabendo ler e escrever, feliz por saber ler. Uma coisa que sempre me motivou a continuar esse trabalho, ensinando, foi que sempre tive um sonho, que era ser tia. Comecei a ser tia a partir dessas crianças. Eu amava quando eles me chamavam de tia. O sonho se realizou de verdade quando minhas irmãs casaram e tiveram filhos, me tornei tia real. Passei a ensinar meus sobrinhos e

também ensinava meus irmãos. Alfabetizava eles em casa antes de irem para escola normal. Foi uma parte de minha vida que eu gostava. Dei aula em vários colégios em Murici para substituir minha irmã que foi fazer faculdade. O sonho era ter minha escolinha. Não foi possível, mas foi um sonho realizado e digo que se uma criança pedir pra eu ensinar, eu dou conta.

Ao tentar lembrar de um acontecimento importante em sua vida, acaba relatando um fato relacionado à educação. Fala com carinho de uma viagem para a cidade de Paulo Afonso/BA onde foi participar de um curso para dar aulas a jovens e adultos.

Apesar de ter tentando ingressar no Ensino Superior não conseguiu dar continuidade aos estudos pois mesmo sendo aprovada no ENEM não efetuou a matrícula porque perdeu os prazos acadêmicos da universidade por falta de informações.

Em relação à trajetória profissional a entrevista narra que começou a trabalhar aos 15 anos, na feira, carregava caixas enormes com medo de cair. Relata que teve muitas dificuldades por não conseguir se inserir no mercado formal de trabalho e gostaria que as pessoas tivessem mais oportunidades. *“Meu primeiro emprego registrado foi em 2019 aos 42 anos. Falo que não irei me aposentar porque comecei a trabalhar tarde demais. Só se for pela idade porque por tempo de serviço não será possível”*. Trabalhou com vendas, foi faxineira, ministrou aulas particulares para crianças e hoje exerce a função de merendeira em uma escola da Rede Estadual de Ensino. *“Eu amo cozinhar mas cozinhar cansa. Queria ser diretora ou coordenadora, que é mais fácil, a pessoa trabalha sentada. Mas não tenho estudo pra isso”*.

A oportunidade de participar do Programa Mulheres Mil surgiu com um convite de suas irmãs que já eram egressas do Programa. A entrevistada nos conta que fez os cursos de Cartonagem, Contabilidade e Administração. Quando fala dos cursos narra que o Curso de Administração foi bom porque gostava muito de fazer conta pois trabalha com vendas desde a adolescência. Já no curso de Contabilidade porque tem afinidade devido ter o Segundo Grau nessa área. Mas o curso que a deixou mais encantada e que pode colocar em prática os conhecimentos adquiridos foi o Curso de Cartonagem.

As aulas práticas eram no pátio e perdíamos a hora fazendo nossas caixinhas. Participei de um evento na praça da cidade para expandir nossos trabalhos e o meu foi elogiado por pessoas de fora da cidade. Dei até entrevista. Pra mim foi bom porque passei a ter uma renda a mais com a venda dos cadernos porque eu estava desempregada, consegui ajudar meus irmãos, meus sobrinhos, que hoje são muitos. E isso tudo devo ao IFAL porque se não fosse o curso eu não teria aprendido a fazer as caixas e os cadernos.

Confessa ainda, o desejo de ser ofertado outros cursos para dar oportunidade a novas mulheres, oportunidade a quem quer aprender, incentivar a quem quer colocar o próprio negócio.

Além dos conhecimentos técnicos que adquiriu, como aprender a fazer relatório de débito, crédito e caixa, aprendeu a fazer redação, a expandir seu negócio e ser empreendedora, ela lembra ainda que fez muitas amizades nos cursos, fala das mensagens de incentivos dos professores, e que se tornou uma pessoa mais segura, pois passou a vida se sentindo excluída devido a criação dos pais que sempre aconselhou e mostrou com quem os filhos deveriam se relacionar. *“Quando a gente fazia amizade que não aprovava, ele pedia pra gente se afastar. Mas valeu a pena porque tudo que sou devo a criação deles. Eles ensinaram a gente entrar e sair de qualquer lugar”*.

Finaliza sua narrativa falando que tem muitos cadernos para serem feitos, muito material para colocar em prática e isso foi graças ao IFAL. Assim como ela, muitas colegas do curso se tornaram empreendedoras e que buscam sempre se incentivar. *“Fui faxineira, sou cozinheira mas não me sinto inferior a ninguém porque é um trabalho digno e com ele que eu me alimento e pago minhas contas. Eu sou capaz”*.

7.3 “APRENDI QUE MEUS FILHOS NÃO ATRAPALHAM MINHA VIDA”

Participante 3

Dona de casa, 31 anos, casada, mãe de 3 filhos

Natural da cidade de Batalha, nossa entrevistada começa a narrar sua história de vida nos pedindo ajuda para lembrar dos fatos importantes de sua vida. *“Não tenho boa memória e preciso de ajuda para lembrar de algumas coisas. Se eu esquecer de falar alguma coisa, você vai me ajudando a lembrar”*.

Ao iniciar sua fala nos conta que nunca saiu da cidade em que nasceu. Não tem lembranças significativas da infância e não sabe a origem de seu nome. Lembra que em sua família é uma tradição todos os nomes começam com a letra “S”. Casada e com três filhos fala que terminou o Ensino Médio e não deu continuidade aos estudos. Nunca pensou em fazer faculdade, mas se fosse fazer queria algo relacionado ao artesanato. Quando questionada sobre não prosseguir seus estudos, ela nos fala que :

“O tempo passou e nem penso mais nisso porque agora tenho que cuidar de meus filhos. Minha mãe sempre dizia que a gente podia terminar o Ensino Médio, mas que depois seria por nossa conta. Até poderia continuar estudando, porém tinha que trabalhar pra ajudar em casa. Trabalhar na roça o dia inteiro e estudar a noite é difícil e quando se casa e tem filhos fica mais difícil ainda.”

A trajetória profissional se inicia na roça, ainda adolescente, mas hoje é dona de casa e faz trabalhos com laços de fitas, revendendo na comunidade em que reside. Aprendeu a fazer

os laços no Curso de Macramê e essa é sua renda atualmente. *“Gosto de criar coisas, faço brinquedos para meus filhos brincarem e enfeites para decorar minha casa”*.

Ficou sabendo dos cursos do Programa Mulheres Mil porque era “mãe do PETI”, que são as mulheres que tem filhos matriculados no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, era assim que as pessoas a chamavam na comunidade. Todas as mães foram convidadas para participar do Programa e o curso ofertado foi de Masseur.

Quando fala da experiência de participar do Programa Mulheres Mil relata que a parte mais difícil foi ter que levar os filhos junto com ela para estudar.

“Na hora das aulas práticas tinha dificuldade para colocar os ingredientes e não tinha como mexer a massa dos salgados com meu filho nos braços. Eu olhava mais do que fazia. Olhava bastante para aprender. Tinha muita força de vontade. E não era só ele, eu tinha que carregar meus três filhos. Eu tive que ser persistente para não desistir. Acho que fui uma guerreira. Aprendi que meus filhos não atrapalham minha vida, que posso fazer muitas coisas ainda”.

Para tentar colocar o que aprendeu em prática quando chegava em casa tentava fazer os salgados mas não fazia para comercializar. Nos relatou o desejo que houvesse mais oportunidades para as pessoas que precisam e que gostou muito das aulas, professores, das amizades que fez. *“Faria tudo de novo mesmo diante das dificuldades”*. Para ela, as oportunidades de trabalho na cidade são poucas e nem todo mundo tem a possibilidade de sair da cidade em busca de outras oportunidades.

7.4 “VIXE MARIA, CHEGOU MINHA VEZ!”

Participante 4

Dona de casa, 54 anos, casada, mãe de 6 filhos

A ansiedade em começar a narrar sua história de vida era visível. Falou que estava muito nervosa e não sabia se iria contar de forma correta os fatos de sua vida. A conversa foi fluída e logo ela se sentiu à vontade para seguirmos com o relato.

Mesmo sendo natural da cidade de Dois Riachos passou parte de sua vida em Arapiraca. Após casar foi construir a vida com o esposo na cidade de Batalha onde reside até hoje. Mãe de 06 filhos, ela vive sozinha com o marido e seu maior desejo é conseguir se aposentar. Atualmente não trabalha e fala que o serviço doméstico é cansativo demais.

Em relação à vida acadêmica, só conseguiu estudar até a 4ª série do Ensino Fundamental. *“Se tivesse escola aqui no sítio eu tinha continuado os estudos mas tinha que ir “pra rua” aí não me agradei de ter que ir de noite para outra escola estudar. Parei de vez de estudar. Todas as minhas amigas foram estudar, mas meu marido não deixava e eu também*

não queria sair a noite". Mesmo hoje tendo escola na comunidade, confessa que não tem mais interesse em aprender, não tem mais paciência, até já fez a matrícula mas não foi estudar.

Quando começa a falar coisas que acredita serem relevantes em sua vida fala que sempre teve orgulho de sua pontualidade. *"Gosto de fazer as coisas na hora certa. Não gosto de quem se atrasa. Vou embora nem que seja sozinha, mas chego no horário"*.

No Programa Mulheres Mil fez o curso de Masseur e de Corte e Costura. Para ela o Programa Mulheres Mil foi maravilhoso.

Gostava dos professores. Não tenho nada de ruim pra falar do curso. Nunca perdi uma aula. Gostava de ser pontual. Arrumava-me e ficava na porta esperando minhas filhas pra gente descer para o curso. Dava muita risada mas respeitava todo mundo. A gente se distraía. Participei de outro projeto no IFAL com a professora de educação física. A gente fazia exercícios para melhorar a postura, alongamentos e brincadeiras. Teve até uma festa com músicas da nossa época. Era muito bom.

Ela relembra das amizades que fez, do aprendizado, das aulas e fala sente saudades de tudo e gostaria de ter a oportunidade de fazer outras atividades.

Quando finalizou os cursos do Programa Mulheres Mil começou a vender salgados em uma banca na porta de casa. Fazia bolo de pote e coxinha. Lembra que tinha uma clientela boa mas na pandemia parou porque as vendas já não estavam tão boas. Além de vender os salgados, fazia colchas de cama e fala com orgulho que as pessoas achavam muito bonitas. *"Não porque era eu que fazia, mas minhas colchas eram muito bem feitas. Tinha clientes bons. Infelizmente, na última enchente do rio Ipanema a água entrou em minha casa e carregou minha máquina de costura. Levou meu sonho"*.

Narra que às vezes pensa em voltar a costurar e quem sabe um dia volte pois gostava de costurar e que esse trabalho ocupava sua mente.

7.5 "NUNCA PAREI PRA PENSAR NO QUE EU QUERIA SER NA VIDA!"

Participante 5

Dona de casa, casada, 29 anos, 3 filhos

Nascida na cidade de Batalha, ela nos conta que neste lugar criou suas raízes e viveu sua infância e juventude. Seu nome foi escolhido por sua madrinha. *"Eu acho meu nome lindo e maravilhoso"*. Casada e com três filhos, dois deles moram com a avó, ela revela sorridente que às vezes esquece até a idade. Mas começa a narrar sua história de vida tentando lembrar de sua trajetória.

A vida acadêmica foi interrompida na 7ª série do Ensino Fundamental. Ela nos relata

que tentou retomar os estudos, mas devido ao casamento e o nascimento de um filho especial não conseguiu prosseguir nos estudos. Nunca pensou em fazer faculdade e não se lembra de querer fazer algo diferente em sua vida. Só foi deixando a vida passar.

“Me juntei logo cedo com meu marido, arrumei filhos, faltou paciência e por aí fiquei”. Tentei voltar a estudar, mas tenho um filho especial, que veio mais abençoado que os outros, um dia ele está bem mas tem dias que passo noites acordada. Se não fosse esses problemas dele, daria pra continuar, porém ele vive mais doente do que sadio.”

Em relação a experiência no Programa Mulheres Mil, não sabe bem como foi que ficou sabendo do curso mas acredita que foi através da Secretaria de Assistência Social. *“Foi tudo uma maravilha. “Era muita resenha e a gente se descontraia. Mas não era só diversão. Tinha debates, aprendizado de leitura e escrita. Aprendia matemática porque a gente precisava saber das quantidades, as medidas para fazer os salgados. Tudo tinha matemática no meio. A gente aprendia na prática”.*

Mesmo diante das dificuldades em conciliar o cuidado com os filhos e outras atividades ela nos conta que já realizou alguns trabalhos mas no momento não está exercendo nenhuma atividade remunerada. Lamenta o fato da cidade não oferecer oportunidades para quem quer trabalhar e estudar.

7.6 “NUNCA TIVE INCENTIVO PARA CONTINUAR A ESTUDAR. TINHA QUE TRABALHAR”

Participante 6

Dona de casa, casada, 35 anos, mãe 03 de filhos

As lembranças ao narrar sua história de vida são memórias muito curtas. Ela começa falando que gostaria de reforçar que seu nome se escreve com a letra “C”. *“É que as pessoas escrevem meu nome errado”.*

Não se lembra de fatos marcantes de sua infância e juventude. É casada e tem 3 filhos fruto de casamento. Tentamos ajudar na narrativa pedindo para falar de seus estudos, se lembra de ter tido algum acontecimento que marcou sua vida mas ela não conseguiu relatar.

Muito tímida disse que concluiu o Ensino Médio completo e não teve incentivos para dar continuidade aos estudos. *“Estudei tudo que tinha que estudar. Nunca tive incentivo para continuar a estudar. Tinha que trabalhar”.*

No Programa Mulheres Mil nos conta que fez muito esforço para não desistir pois tinha que levar os filhos para as aulas. *“Aprendia muito nas aulas mas não lembro de muita coisa. Quando terminei o curso comecei a fazer salgados com minha mãe e vendíamos aqui*

mesmo na comunidade. Mas tive que deixar de fazer por conta dessas cruces que carrego, que são meus filhos”.

Ela finaliza falando que pensou em prosseguir nos estudos após o Programa mas com um filho autista não conseguiu continuar estudando. “Querer não é poder”.

7.7 “ADQUIRI MUITO CONHECIMENTO E ISSO NINGUÉM TOMA DA GENTE. QUANTO MAIS SE TEM É MELHOR”

Participante 7

Autônoma, divorciada, 37 anos, mãe de 03 filhos

Nascida na cidade de São José da Tapera, filha mais velha de 04 irmãos, quando tinha 07 anos de idade os pais se separaram e ela foi morar com a mãe na cidade de Piranhas. *“Meu nome é porque no sítio que meus pais moravam tinha uma flor que minha mãe cultivava em casa com esse nome e que ela achava bonita”.*

Casou aos 16 anos e teve seu primeiro filho com 18 anos. Se divorciou e vive com seus 03 filhos. *“Tinha uma relação doentia e acabei me separando”.*

Ao notar que o relato tinha apenas momentos difíceis questioneei se não tinha memórias de algum acontecimento ou alguém que marcou sua vida de forma positiva. Ela fala que tem uma amiga distante que sempre a ajuda e mesmo morando longe consegue estar presente em sua vida.

Ao narrar sua vida acadêmica nos conta que *“quando casei parei de estudar. Estava no 2º ano do Ensino Médio. Eu era menor de idade e meu marido se recusava a renovar minha matrícula, por isso não consegui continuar estudando. Não tinha ninguém pra fazer minha matrícula. Passei 04 anos sem estudar”.* Mesmo ficando afastada dos estudos após a separação conseguiu terminar o Ensino Médio no ano de 2011 e depois fez o Curso de Técnico em Alimentos no IFAL. *“Consegui Eu queria que o curso fosse mais prático. A gente ver muita teoria”.*

A trajetória profissional retrata bem a dinâmica de uma mulher divorciada e mãe de três filhos. Ela narra que trabalha em casa como autônoma, faz cestas decorativas e de flores, vende sorvete, panquecas e tapiocas. *“Quando fiz o curso na área de alimentos foi pensando nisso. Às vezes, trabalho em pousadas como ajudante na cozinha. Minha é complementada com o Bolsa Família e o Programa Criança Alagoana – CRIA”.* Relata ainda que iniciou o

curso de Técnico em Segurança mas acabei desistindo por conta das despesas pois tinha que estudar em outra cidade.

A experiência no Programa Mulheres Mil foi através de um contato da Prefeitura. Ela foi aluna do curso de Cartonagem. *“Gostava de fazer coisas para presentes, coisas para família, trabalhei na Associação de Artesanato. Sempre estou fazendo algo. As aulas práticas do curso era o que mais gostava porque amo artesanato e tenho paciência pra fazer*

Finaliza sua narrativa nos contando que adquiriu muito conhecimento e isso ninguém toma da gente. *“Quanto mais se tem é melhor”*.

7.8 “FUI CANDIDATA A VEREADORA PARA REALIZAR O SONHO DE MEU PAI”

Participante 8

Dona de casa, 36 anos, casada, 05 filhos

Natural da cidade de Piranhas ela inicia a narrativa nos contando que nasceu em um povoado chamado Piau na zona rural e que seu nome é uma homenagem a sua avó. *“Minha mãe me deu um apelido. Na verdade, se alguém me chamar pelo meu nome nem vou saber quem é essa pessoa”*.

Com 15 anos de casada e 05 filhos ela nos fala entusiasmada que uma de suas filhas faz parte do Programa Mulheres Mil. *“Engravidei quando estava no curso. Primeiro tive uma gravidez psicológica e depois engravidei de verdade. Quando olho pra ela lembro do curso”*.

Ela nos conta que tem muitos acontecimentos importantes na vida para nos contar mas levaria muito tempo e nos narra que o primeiro foi quando deixou a casa de pais e foi fugiu com seu marido. Mas o que a deixa mais feliz em relatar é o fato de ter sido candidata a vereadora na cidade que nasceu e se criou.

“Na verdade, era o sonho de meu pai, mas como ele era analfabeto eu acabei me candidatando para realizar o sonho dele. Na época das eleições era muito bom porque a gente andava a cidade toda conhecendo pessoas. Meu pai fazia um discurso, eu copiava e falava para as pessoas. Às vezes, ele ficava com raiva porque não dava tempo de falar tudo que queria e eu também esquecia de falar algumas coisas. Por conta de uma denúncia tive que comprovar que não era analfabeta e fazer uma prova. Mas fui bem sucedida e passei.”

Em relação sua trajetória acadêmica, nos fala que terminou o Ensino Médio no ano de 2010. Sempre teve vontade de continuar estudando, mas primeiro precisa arcar com o dever

de mãe, cuidar direito dos filhos e quando estiverem maiores, com uma idade boa, ela pretende fazer faculdade. Seu sonho era ser professora ou veterinária mas o maior apego mesmo era ser professora, fazer pedagogia. *“Um dia minha mãe perguntou se eu queria ganhar uma geladeira ou as mensalidades da faculdade. Eu disse que a faculdade podia esperar mais um pouco. Preferi a geladeira porque aqui faz muito calor e eu tinha meus filhos pequenos. Mas eu já deveria ser formada e está dando aulas”*.

Apesar de não ter realizado o sonho de ser professora, ela nos fala que não tem vergonha de falar que é agricultora, já trabalhou como gari na prefeitura de Piranhas e recentemente trabalhou com serviços gerais no mercado público. *“Não era um contrato, a gente ganha como diarista. Acabei adoecendo e pedi pra sair. Meu esposo trabalha em serviços gerais, recebo Bolsa Família e o Programa Criança Alagoana - CRIA”*.

A experiência no Programa Mulheres Mil se deu através de uma amiga. Uma foi falando para as outras e a inscrição era feita no setor de recursos humanos da prefeitura. O curso realizado foi de Cartonagem. *“Gostava das aulas práticas, de fazer as caixinhas, dava muito trabalho, mas ficava muito bonitas. Gostava também porque tinha uma bolsa que ajudava a gente. Mas nunca consegui trabalhar nessa área. Tenho duas amigas que deram continuidade e ainda fazem as caixinhas de artesanato”*.

Ao encerrar sua narrativa de história de vida nos conta que torce muito para ter outras oportunidades porque o *“Programa nos ajudava com nossa autoestima, empoderava e valorizava as mulheres. O Programa Mulheres Mil abriu oportunidades de trabalho para outros cursos e é uma coisa a mais para falar quando for arrumar um trabalho”*. Fala ainda que tinha acabado de fazer um curso de serviços gerais.

7.9 “MINHA VIDA NÃO TEM NADA DE IMPORTANTE PRA CONTAR”

Participante 9

Dona de casa, 50 anos, casada, mãe de 01 filha

Ao iniciar nossos esclarecimentos sobre o momento percebemos que a entrevistada não estava muito à vontade para nos contar sua história de vida. Explicamos que ela não precisa participar mas o relato dela era muito importante para o nosso estudo. Ela então falou que *“minha vida não tem nada de importante para contar”*. Mas que tinha nascido na cidade de Batalha, que morava com o esposo e tem uma filha. Perguntei se lembrava do tempo que frequentou a escola e nos relatou que estudou até a 4ª Série e não deu seguimento aos estudos.

No Programa Mulheres Mil participou do curso de Macramê. *“Nunca consegui fazer nada que tivesse haver com o curso que fiz. Não lembro bem do que aprendi e nem das aulas”*.

7.10 “TEM DIAS QUE TRABALHO ATÉ DE MADRUGADA E MESMO CANSADA SOU GRATA”

Participante 10

Cabeleireira, 39 anos, casada, 01 filho

Ao narrar sua história de vida nossa entrevista se emociona por diversas vezes. Natural da cidade de Igaci, passou parte de sua infância morando em uma fazenda com seus pais e irmãos.

“Meu nome é interessante. Naquela época, os pais colocavam os nomes repetitivos e com a mesma letra. Lá em casa todo mundo é Maria. Todo mundo com a letra M. Minha mãe teve 10 filhos, 04 morreram recém nascidos, recentemente mais uma faleceu e agora somos 05 filhos. Minha mãe é uma mulher incrível, tem 85 anos, saudável, Ficou viúva aos 25 anos e criou todos os filhos sozinha com muito amor e dedicação. Ela é uma mulher de muita fé.”

Ela nos conta que é casada, mas nunca oficializou o relacionamento. Quando conheceu seu esposo ele era viúvo. Tem um filho de 12 anos. *“Engravidei de novo mas aos sete meses sofri um aborto e não tentei mais engravidar”*.

Sua trajetória acadêmica foi marcada por interrupções. Ela nos conta que estudou até a 7ª série do Ensino Fundamental, mas parou de estudar porque precisava muito trabalhar. Presenciar o falecimento do pai, aos 07 anos de idade, a deixou com muitos bloqueios.

“Enfrentei vários problemas e quando falo fico emocionada. Tive um bloqueio em minha mente, tive muita dificuldade de estudar, era como se a minha mente tivesse sido bloqueada. E só percebi isso em uma reunião de pais na escola de meu filho. A psicóloga começou a contar uma história de crianças que tinha problemas e parecia que estava contando a minha história. Comecei a chorar porque ela estava falando de coisas que eu tinha passado. Até hoje tenho dificuldades de concentração, esqueço a data de aniversário até de minha mãe. Mas sou uma pessoa dedicada, vou em busca. Na escola sempre tive problemas, prestava atenção nas aulas mas na hora da prova a mente bloqueava, não lembrava mais de nada. E depois de todos esses anos, só agora descobri e entendi que tudo foi devido a morte de meu pai. No dia dos pais eu não ia pra escola, chorava o tempo todo e minha sempre perguntava o motivo e eu respondia que não tinha pai. Depois de algum tempo, fui falando com Deus e entendendo que era a vontade Dele, que estava errada, precisava aceitar e me libertar. Dei muito trabalho a minha mãe por conta disso e hoje sou outra pessoa.”

Ela nos conta que tem o desejo de voltar a estudar e uma área que gosta é psicologia, *“acho que é porque sou cabeleireira e as pessoas desabafam muito comigo, conversam, fico*

escutando em silêncio cada pessoa, às vezes me perguntam uma opinião e eu dou. Mas falo muito pouco". Fala ainda que acabou descobrindo que gosta da área de perito e se tornou um sonho. *"Eu que tinha medo da morte e depois que me libertei comecei a pesquisar os casos que aconteciam, olhava os tiros e foi despertando curiosidade. Entendi que as pessoas que morrem não faz medo a ninguém e quem faz medo são os que estão vivos. Cada pessoa tem uma personalidade"*.

A busca pela inserção no mercado de trabalho também foi rodeada de desafios. Com o falecimento do pai a família começou por dificuldades financeiras. Sem poder proporcionar uma vida melhor aos filhos e sem escolas a mãe resolver deixar a vida no sítio e foram morar em arapiraca. *"Eu tinha 16 anos, comecei a trabalhar no comércio"*. Atualmente é autônoma e tem um salão de beleza em casa. *"É um espaço pequeno mas foi preparado por Deus. Tive muitas dificuldades no início mas tive muita força de vontade. Trabalhava para uma pessoa em outro salão e resolvi começar do zero. Já trabalhei em todo Estado de Alagoas. Viajei bastante e sempre trabalhei com comércio"*.

A participação do Programa Mulheres Mil foi através de uma amiga que também era aluna. Logo após foi um pessoal do IFAL na comunidade fazer as matrículas no curso de Confeccionador de Bijuterias e as aulas eram realizadas no IFAL. *"As aulas eram perfeitas, tivemos muitas palestras com médico falando da saúde da mulher, advogada pra falar da Lei Maria da Penha, as aulas de bijuterias eram com uma professora de Maceió. O curso me ajudou muito em relação a elevação da autoestima, a entender meus direitos, era um curso inovador, aprendi muito"*.

Como já trabalhava com bijuterias, com o curso ela começou a confeccionar e vender. *"Parei de trabalhar com bijuterias mas trabalhei por um bom tempo"*. Nos relata que o curso do Programa Mulheres Mil a incentivou a fazer outros cursos, a ser a mulher que é hoje, guerreira, trabalhadora, a mãe e a pessoa que é, poder ajudar e incentivar outras mulheres.

Ela finaliza sua narrativa, nos contando que *"a lágrima cai do olho quando falo na minha família mas digo que hoje sou uma pessoa corajosa, guerreira, determinada e muito capaz. E só tenho que agradecer a Deus"*. Logo após nos pergunta se pode deixar registrada a letra de uma música que ela gosta muito. Fala que não recorda o nome do cantor mas a letra diz assim *"a vida é um rio estamos no mesmo barco remaremos juntos para onde vai esse rio ainda não sabemos mas, remaremos juntos"*. E diz que essa música lembra quem ela é hoje, que nossa vida é um plantio e a gente vai plantando e colhendo os frutos, tentando sempre deixar coisas boas para as pessoas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicio estas considerações registrando a difícil tarefa que é sintetizar o resultado de uma tese. Mesmo finalizando o processo de doutoramento, as inquietações não se esgotam e os resultados são provisórios quando pensamos no processo dinâmico que é tratar da formulação e implementação de políticas públicas para mulheres. Desta forma, o campo de investigação continua aberto para outros olhares, contribuições e interpretações.

É inegável que o contexto de construção de políticas públicas voltadas para a questão de gênero foi resultado das lutas das mulheres pelo reconhecimento e garantia de seus direitos. Mesmo diante de cenários de opressão e privação de direitos, as mulheres ocupam os espaços, se mobilizam e buscam mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais.

Para analisar a trajetória de formulação do Programa Mulheres Mil enquanto política pública voltada para a inserção produtiva e desigualdade de gênero, precisei reviver minha experiência enquanto supervisora pedagógica do Programa, buscar leituras e outras vivências que pudessem me aproximar da temática. O contato com as egressas foi fundamental pois com elas foi possível compreender as potencialidades e fragilidades desta política pública.

Enquanto servidora do Instituto Federal de Alagoas, fui retirada da zona de conforto, de uma pesquisa que poderia ter sido pensada dentro do âmbito da instituição, sem transpor os espaços físicos, fui em busca dessas mulheres que além de egressas são protagonistas de suas histórias de vida. Elas têm muito para nos contar sobre a experiência de ter participado de uma formação profissional voltada para mulheres em vulnerabilidade social e como suas vidas foram sendo transformadas a partir do trabalho desenvolvido pelos profissionais do Instituto Federal de Alagoas, seja pelos docentes ou pela equipe multidisciplinar. O desejo em transpor as barreiras impostas pela desigualdade de gênero e de ter uma vida com mais garantias de direitos estão sempre presentes em suas falas.

Retratar as histórias de vida das egressas do Programa Mulheres Mil é narrar relatos de desafios, conquistas, nostalgias, emoções e superação. Ao longo de suas narrativas é possível perceber os esforços contínuos destas mulheres para dar continuidade aos estudos e participar de uma formação profissional. Mulheres que se encontram nas mais diversas dimensões da vulnerabilidade social, seja ela econômica, educacional, cultural, habitacional ou relacionada à saúde, a desigualdade de gênero e as violências física, psicológica, moral e patrimonial. É importante destacar que estamos falando de mulheres em um contexto de extrema pobreza, com baixo nível de escolaridade ou sem escolarização, que para participar

do Programa precisam conciliar a formação profissional com os cuidados com os filhos ou familiares e afazeres domésticos.

Devido a falta de disponibilidade para chegar aos Campi do IFAL, algumas entrevistas foram realizadas nas comunidades onde as egressas residem. A visita às comunidades nos mostra dados e realidades que não se encontram em documentos oficiais ou órgãos institucionais. Ouvir suas histórias de vida e poder vivenciar seu cotidiano nos possibilitou uma experiência enriquecedora e nos permitiu adentrar nessa realidade e estabelecer uma relação dialógica com essas comunidades marcadas por ausências, tais como saneamento básico, escolas, postos de saúde, transporte público, coleta de lixo, pavimentação das ruas, espaços de lazer para crianças e jovens.

Ao considerar o Programa Mulheres Mil como uma política pública voltada para mulheres em vulnerabilidade social e que através de cursos de qualificação profissional e inserção das mulheres no mundo de trabalho contribui para que estas desenvolvam autonomia e exerçam sua cidadania, conforme já explicitado nesta pesquisa, questionamos como o Programa contempla em sua formulação compromissos com a inserção produtiva e com o enfrentamento à desigualdade de gênero, contribuindo, dessa forma, para o pleno exercício da cidadania das mulheres atendidas.

Com base nas narrativas e histórias de vida das egressas podemos afirmar que uma das maiores contribuições do Programa está relacionada ao resgate e elevação da autoestima, na conscientização de seus direitos enquanto cidadãs, nos novos ciclos de amizade, na satisfação de poder estudar em uma instituição de ensino federal e no sentimento de valorização por parte da família e da sociedade. Sentimentos esses que refletiram de forma positiva na vida das mulheres, trouxeram de volta para essas mulheres a sensação de inclusão e pertencimento, além de se traduzir em uma nova possibilidade de poder voltar a sonhar.

Além das narrativas, esse dado é percebido na análise da matriz curricular dos cursos que traz temas relacionados à cidadania, gênero, direitos da mulher, saúde e qualidade de vida. As temáticas são trabalhadas em forma de oficinas visando atender o indicador do Programa que trata do empoderamento e emancipação das mulheres atendidas tornando-as capazes de realizar suas escolhas de forma significativa, seja no âmbito pessoal, familiar ou profissional, sendo agentes de sua transformação social, promovendo igualdades de oportunidades e autonomia.

Promover uma formação profissional e tecnológica articulada com a elevação da escolaridade é um dos objetivos principais do Programa Mulheres Mil. Na análise das

narrativas de histórias de vida das mulheres entrevistadas foi possível perceber as limitações do Programa quando analisamos os dados relacionados a elevação da escolaridade e a inserção dessas mulheres no mercado formal de trabalho.

As egressas entrevistadas não conseguiram dar continuidade aos estudos e não foram orientadas em relação às possibilidades de verticalização do ensino. Percebemos nas narrativas das egressas o desejo de serem (re)inseridas no mercado formal de trabalho por motivos relacionados à necessidade econômica de auxiliar ou prover a renda familiar e pelo desejo de ter sua independência e autonomia financeira.

No entanto, é preciso ficarmos atentos a esses discursos para não transportarmos a responsabilidade de sua não integração no mercado de trabalho para elas. Os cursos ofertados são, em sua maioria, voltados para as mulheres desenvolverem suas atividades nos espaços domésticos, geralmente com carga horária de 160 horas, sem muita complexidade e que não garante uma formação mínima necessária para que essas mulheres sejam incorporadas no mercado formal de trabalho.

A formação profissional recebida é importante, mas sem ser correlacionada com a inserção produtiva dessas mulheres acabam reforçando aspectos da divisão sexual do trabalho e contribuindo para desigualdade de gênero quando são inseridas em postos de trabalho precarizados, muitas vezes com disparidades salariais e sem garantia de direitos trabalhistas.

Sendo assim, mesmo nas narrativas as mulheres afirmando que o Programa foi um agente transformador em suas vidas e que despertou nelas o desejo de ser protagonistas de suas histórias de vidas, os resultados nos revelam que para ser considerado como uma política pública de enfrentamento à desigualdade de gênero e de inserção produtiva com vistas ao pleno exercício da cidadania das mulheres atendidas os itinerários formativos precisam ser reavaliados e as ofertas dos cursos precisam levar em conta os arranjos produtivos locais.

É de fundamental importância que as instituições ofertantes tenham parcerias com as empresas para garantir estágios para as egressas e com as secretarias de educação, pensando na ampliação do período dessa formação profissional e para acolhida dessas mulheres na continuidade de seus estudos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. C. de; SANTA RITA, L. P.; SANTANA PINTO, I. M. B.; ROSÁRIO, F. J. P. Avaliação de políticas públicas: um estudo de caso do Programa Mulheres Mil em Alagoas. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 100–115, 2020. DOI: 10.28998/cirev.2020v7n2g. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/8592>. Acesso em: 8 maio. 2023.
- ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cad. EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 16, n° 3, p. 444-455, jul./set. 2018.
- ALVES-MAZZOTTI, A.J; GEWANDSZNADJER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ALVES, A. P. R. SILVA, N. R. **História de vida em pesquisas qualitativas: o caso de Beatriz. Marília**. Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2022.
- BATISTA, M; DOMINGOS, A. MAIS QUE BOAS INTENÇÕES Técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. **RBCS** Vol. 32 n° 94 junho/2017: e329414. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329414/2017>.
- BRANDT, A. G. Base Nacional Comum Curricular para a formação de professores da Educação Básica (BNC-FORMAÇÃO): desafios e retrocessos. In: DIAS, K. de A. (Org.). **Formação docente em perspectiva: políticas, proposições e práticas**. 5. ed. Curitiba: Editora Bagai, 2021.
- BRASIL. I Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2004.
- _____. II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008.
- _____. Ministério da Educação. Portaria nº 1015, de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Mulheres Mil-Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192.
- _____. Mulheres Mil na Rede Federal: Caminhos da Inclusão. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/assuntos/Documentos/projeto-mulheres-mil/e-books/mulheres_mil_na_rede_federal_-_caminhos_da_inclusao.pdf
- _____. Mulheres Mil na Rede Federal caminhos da inclusão. Brasília, DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2011.

_____. Guia da Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil. Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Brasília-DF: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. MEC/MDS, 2012.

_____. III Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres 2013- 2015. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

_____. Cartilha do Programa Mulheres Mil. Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil. 2014. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32231-setec-pmm-cartilha-pronatec-mulheres-mil-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 168, de 7 de Março de 2013. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei no 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=67811>.

_____. Avaliação de políticas públicas : guia prático de análise ex post, volume 2 / Casa Civil da Presidência da República. Brasília : Casa Civil da Presidência da República, 2018. v. 2 . Disponível em:
<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/comite-interministerial-de-governanca/arquivos/avaliacao-de-politicas-publicas-guia-pratico-de-analise-ex-post.pdf>.

_____. Lei nº 13.005/2014. Plano Nacional de Educação – 2014-2024. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 29 de setembro de 2019

_____. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf

_____. Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm.

_____. Lei nº 10.683, de 28 de Maio de 2003. Casa Civil da Presidência da República; Ministério Da Justiça. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm#:~:text=LEI%20No%2010.683%2C%20DE%2028%20DE%20MAIO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20da,Minist%C3%A9rios%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.

_____. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

_____. Medida Provisória nº 150 em 15 de Março de 1990. Diário do Congresso Nacional. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1990/medidaprovisoria-150-15-marco-1990-370445-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____. Medida provisória nº 103, de 1º de Janeiro de 2003. Casa Civil da Presidência da República; Ministério Da Justiça. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=103&ano=2003&ato=7deUTSq10dRpWT587>.

_____. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm

_____. Decreto nº 9.223, de 06 de Dezembro de 2017. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9223.htm#textoimpresso

_____. Portaria nº 7, de 18 de Janeiro de 2021. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Disponível em:
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/portarias/portaria-no-7-de-18-de-janeiro-de-2021>.

_____. Portaria nº 17, de 19 de Maio de 2017. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Disponível em:
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=25&data=29/05/2017>

_____. Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023. Ministério da Educação. Disponível em:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-725-de-13-de-abril-de-2023-476993529>

_____. Resolução nº1, de 23 de fevereiro de 2021. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Disponível em:
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/v-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>.

_____. A mulher no Orçamento 2022. Disponível em:
<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/a-mulher-no-orcamento-2022.pdf>

_____. Resolução Nº 5, de 15 de dezembro de 2023. Ministério da Mulher. Disponível em:
<https://www.gov.br/participamaisbrasil/v-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>

_____. A elaboração do Orçamento Geral da União para 2024 na Perspectiva da Mulher Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/elaine-de-melo-xavier-ap-20-08-2023>.

_____. Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024. Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14802-10-janeiro-2024-795232-publicacao-original-170806-pl.html#:~:text=Institui%20o%20Plano%20Plurianual%20da,per%C3%ADo>

do%20de%202024%20a%202027.&text=Art.,no%20%C2%A7%201%C2%BA%20do%20art.

_____.Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm.

_____.Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. Situação jurídica da mulher casada.Casa Civil da Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm#:~:text=LEI%20No%204.121%2C%20DE%2027%20DE%20AGOSTO%20DE%201962.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20jur%C3%ADdica%20da%20mulher%20casada.&text=%E2%80%9CArt.,relativamente%20a%20certos%20atos%20art.

_____.Ofício-Circular nº 35/2023/GAB/SETEC/SETEC-MEC. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/programa-mulheres-mil>

BRUNER, J. **Atos de significação**. 2. ed. Trad. Sandra Costa. São Paulo: Artmed, 2001.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

CABRAL, G. Lá vem o lobby do Batom. In: SOS CORPO. **Cadernos de Crítica Feminista: Mulheres, Participação e Democracia**. Recife, ano II, n. 1, dez. 2008. p. 92-95. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1FBB8HpU53sG_03c8Pl8-0WOaSca6LC9y/view

CAPELLA, A.C.N. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2018.

CEDAW. Recomendação Geral nº 38, sobre o tráfico de mulheres e meninas no contexto da migração global. Doc. N. CEDAW/C/GC/38 de 20 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/6006fa354.html>.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 16, núm. 2, 2003, pp. 221-236.

CLANDININ, D. J. CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. 2. ed. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2015.

COTA, Cristiane Araújo da Silva. **O discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil**. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

DENZIN, N; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: **ArtMed**, 2006, p.15-41.

DUTRA, E. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 371-378, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/epsic/a/vc3HmxqjLnrQpFpLwskhzm/?lang=pt> Acesso em: 10 de abril de 2023.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71. 2004.

FARAH, M. F. S. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 69, p. 53 - 84, 2018. DOI: 10.21874/rsp.v69i0.3583. Disponível em: <https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/3583>. Acesso em: 8 maio. 2023.

FARAH, M. F. S. Teorias de política pública. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 631–665, 2021. DOI: 10.26843/v14.n3.2021.1103.p631-665. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/1103>. Acesso em: 8 maio. 2023.

FERNANDES, E. Exposições. In: PASINATO, W. VENTURA, W. Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres no Brasil (Ciclo de Memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos Humanos do GPDH-IEA/USP). **Cadernos Cedec nº 133**, 2021. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/eventos-procedimentos-e-normas/materiais-de-referencia/cadernos-cedec-133>

FRIGOTTO, G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 3, p. 402-418, 2013.

GOMIDE, A. A; SILVA, M.S; LEOPOLDI, M.A. Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). Brasília: **IPEA** ; INCT/PPED, 2023.

GONÇALVES, R. C; LISBOA, T. K. **Revista Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 83-92 2007

IBGE. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2023 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : **IBGE**, 2023.

IFAL. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2014-2018). Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/arquivos/pdi-2014-2018.pdf/view>.

IFAL. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2019-2023). Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/noticias/ifal-define-planejamento-para-2020-e-encerra-evento-com-palestra-sobre-lideranca/pdi-2019-2023-final-revisado.pdf/view>

IFAP. Edital nº 02/2018 PROEXT/IFAP. Disponível em: <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/1055-edital-n-02-alunas-rede-brasil-mulher>

IPEA. Boletim Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise BPS número 30, Brasília/DF, IPEA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12167>

JOVCHELOVICH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: Bauer M. W. Gaskell G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

JOVCHELOVICH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 90-113.

JUREMA, S, B. In: PASINATO, W. VENTURA, W. Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres no Brasil (Ciclo de Memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos Humanos do GPDH-IEA/USP). **Cadernos Cedec** nº 133, 2021.

Disponível em:

<http://www.iea.usp.br/eventos/eventos-procedimentos-e-normas/materiais-de-referencia/cadernos-cedec-133>

KUENZER, Acacia Z. **As relações entre trabalho e educação no regime de acumulação flexível: apontamentos para discutir categorias e políticas**. Curitiba, 2007.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Serella. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LEONE, E. T; PORTILHO, L. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. **Temáticas**, Campinas, 26, (52): 227-246, ago./dez. 2018

LÜDKE, M ; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 6ª Reimpressão. São Paulo: EPU, 2001.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MARCONI, M. de Andrade; LAKATOS, E.V. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATOS, Marlise Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: expressões feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres Vol 2 In: **Os movimentos feministas ontem e hoje no Brasil: desafios da sua institucionalização Schuma Schumacher**. - Porto Alegre, RS : Zouk, 2018.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

MINAYO, M. C. S. A amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consenso e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MORIÑA, A. **Investigar com histórias de vida: metodologia biográfico-narrativa**. In: ALVES, A. P. R. SILVA, N. R. História de vida em pesquisas qualitativas: o caso de Beatriz. Marília. Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2022.

OLIVEIRA, C.L. **Um Apanhado Teórico-Conceitual Sobre a Pesquisa Qualitativa: Tipos, Técnicas e Características**. Travessias, Paraná, 4. ed. 2009.

OLIVEIRA, R. D. Exposições. In: PASINATO, W. VENTURA, W. Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres no Brasil (Ciclo de Memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos Humanos do GPDH-IEA/USP). **Cadernos Cedec** nº 133, 2021. Disponível em:
<http://www.iea.usp.br/eventos/eventos-procedimentos-e-normas/materiais-de-referencia/cadernos-cedec-133>

ONU. Conferências Mundiais da Mulher, 2023. Disponível em:
<https://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>

PASINATO, W. VENTURA, W. Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres no Brasil (Ciclo de Memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos Humanos do GPDH-IEA/USP). **Cadernos Cedec** nº 133, 2021. Disponível em:
<http://www.iea.usp.br/eventos/eventos-procedimentos-e-normas/materiais-de-referencia/cadernos-cedec-133>

PITANGUY, J. Exposições. In: PASINATO, W. VENTURA, W. Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres no Brasil (Ciclo de Memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos Humanos do GPDH-IEA/USP). **Cadernos Cedec** nº 133, 2021. Disponível em:
<http://www.iea.usp.br/eventos/eventos-procedimentos-e-normas/materiais-de-referencia/cadernos-cedec-133>

PITANGUY, J. Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil. In: MONTAÑO, S. PITANGUY, J. LOBO, T. As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. **CEPAL**. Chile, 2003. Disponível em:
https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/5907/S035331_pt.pdf

RAEDER, Savio Túlio Oselieri. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 7, n. 13, p. 121-146, 2014.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In.: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 32-42.

RIBEIRO, S. L. S. OLIVEIRA, P. R. Narrativas em Rede: Argumentos Coletivos e Histórias de Vida na Educação. **Rev. Iberoam. Patrim.** Histórico-Educativo, Campinas (SP), v. 4, n. 2, p. 412-430, jul./dez. 2018.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2017

ROCHA, R. DE C., SILVA, L. L. S. Política Pública para Mulheres e Cidadania: O Programa Mulheres Mil. In: III Congresso Nacional de Educação. **Anais do III CONEDU.** Editora Realize. 2016.

ROSEMBERG, F. Educação: Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres. In: **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo, Contexto, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

SCHUMAHER, S. **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: expressões feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres Vol 2 /** Marlise Matos, Sonia E. Alvarez. - Porto Alegre, RS : Zouk, 2018

SCOTT, A. S. V. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOBRINHO, S. C. Diretrizes Insitucionais e a Perspectiva da Integração Curricular no IF Farroupilha. In: **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios /** Adilson Cesar Araújo e Cláudio Nei Nascimento da Silva (orgs.) – Brasília: Ed. IFB, 2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Conceitos, Tipologia e Sub-Áreas. **Fundação Luiz Eduardo Magalhães,** 2002

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias,** n. 16, p. 20–45, jul. 2006.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. (org.). **Movimentos sociais e políticas públicas.** São Paulo: Editora Unesp, 2021. p. 237-260.

THOMÉ, D. MELO, H. P. Feministas no poder: sete anos e muitas histórias de deliberação e realização. In: **Nilcea Freire, um nome na história do Brasil: volume 2 [recurso eletrônico] /** André Lázaro (Org.). – Rio de Janeiro : LPP/UERJ, 2021.

UNFPA. Situação da População Mundial 2022. Vendo o invisível. Em defesa da ação na negligenciada crise da gravidez não intencional. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2022-ptbr-web.pdf>

UNEAL. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. 2012. Disponível em:
<http://www.uneal.edu.br/ensino/projetos-pedagogicos/projeto-ppc-pedagogia-finalizado-16082012.pdf>.

VASCONCELOS, I. S. Mulher e Mercado de Trabalho No Brasil: Notas de uma história em andamento. **Revista eletrônica Examapaku**. v. 3 n. 2 (2010).

VIOTTI, M. Declaração e a plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher: Pequim, 1995.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA



Instituto Federal de Alagoas

Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103

Jatiúca - Maceió – AL. CEP.: 57035-660

Telefone: (82) 3194-1194 - Portal institucional - www.ifal.edu.br

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Local e condições de nascimento. Por que recebeu esse nome?
2. Origens familiares, seus pais, irmãos, sua casa, cidades que residiu.
3. Acontecimentos importantes na infância e na adolescência.
4. Namoro, casamento, filhos.
5. O papel dos amigos em sua vida.
6. Profissão: por que da escolha?
7. Trajetória no Programa Mulheres Mil
8. Algo mais que queira contar de sua vida.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos do

Instituto Federal de Alagoas – CEPESH/Ifal

Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4º Andar, Sala 404

Jatiúca - Maceió – AL. CEP.: 57035-660

Telefone: (82) 3194-1176 - E-mail: eticaempesquisa@ifal.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

IDENTIFICAÇÃO

Título do Projeto: “Deixe-as falar: uma análise das narrativas de histórias de vida como possibilidade de diálogo sobre políticas públicas”

Pesquisador responsável: Evilma dos Santos Oliveira

Responsável pela ministração da pesquisa: não se aplica.

Nome do participante da pesquisa: _____

Data de Nascimento: _____

Neste momento o(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, em caráter voluntário, do Projeto de Pesquisa “Deixe-as falar: uma análise das narrativas de histórias de vida como possibilidade de diálogo sobre políticas públicas”, sob a responsabilidade da pesquisadora Evilma dos Santos Oliveira. Por favor, leia atentamente o texto seguinte e esclareça com o(a) pesquisador(a) todas as dúvidas que surgirem. Após serem sanadas as possíveis dúvidas, caso aceite participar do estudo, assine ao final deste Termo e rubrique as demais páginas, o qual consta em duas vias. Uma delas pertence a você e a outra ao/à pesquisador(a) responsável. Em caso de recusa, você não sofrerá nenhuma penalidade.

1. A pesquisa tem por objetivo analisar as políticas públicas e programas governamentais no Brasil voltados para mulheres a partir da experiência do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Alagoas, levando-se em consideração a importância de analisar o ciclo de construção das políticas públicas para mulheres, entendendo-as como uma resposta a problemática da desigualdade de gênero, que impõe a mulher outras desigualdades, como as relacionadas as econômicas, sociais e políticas. A superação desse quadro se faz necessária e estudos permeados por essa temática apresentam-se como alternativas aos desafios próprios das desigualdades de gênero. Espera-se que essa pesquisa contribua para

indicarmos não só os retrocessos das políticas públicas voltadas para as mulheres, mas que sirva de redimensionamento das ações institucionais, principalmente nas ações locais do Estado de Alagoas.

2. O papel do participante nessa pesquisa compreende a participação em entrevistas presenciais nas quais as egressas do Programa Mulheres Mil serão levadas a refletir sobre suas vivências nos aspectos econômicos, sociais e profissionais por meio de suas histórias de vida mediante um roteiro não estruturado.

3. Na duração da pesquisa, em especial, na entrevista, poderão ocorrer os riscos de invasão de privacidade; responder a questões sensíveis, tais como violências sofridas e revitimizar ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados que serão minimizados através de garantia de acesso aos resultados da pesquisa, de um local reservado e liberdade para se expressar da maneira que achar mais conveniente, assegurando que a pesquisadora é habilitada ao método de coleta dos dados por meio de entrevista e estará atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto. A pesquisadora compromete-se com a confidencialidade, a privacidade e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro. As entrevistas serão gravadas com utilização do software “Gravador de Voz” versão Windows 11 do notebook da pesquisadora Samsung Modelo NP370E4K sendo relocado para a pasta “GRAVAÇÃO PROGRAMA MULHERES MIL” assegurando que a entrevista será transcrita e relatada para a participante no 2º encontro e assim o áudio será excluído. Com isso, podemos proporcionar segurança a participante. As transcrições serão guardadas sobre posse da pesquisadora na Sala Institucional do IFAL em armário com chave e de exclusividade da pesquisadora. Os depoimentos serão recolhidos em encontros presenciais e respeitando os protocolos sanitários no contexto da pandemia que requerem rigidez sobre distanciamento, uso de máscara e álcool em gel. Os encontros serão agendados antecipadamente com um prazo de 10 dias sendo analisados os dados epidemiológicos do Estado de Alagoas para confirmação da aplicação da entrevista. Em caso de aumento dos casos, a entrevista será adiada por 15 dias e passará por uma análise dos dados epidemiológicos do período da aplicação. A participante será informada de todo o trâmite do estudo mediante contato telefônico.

4. Ao participar deste trabalho a participante contribui para compreendermos de que modo o Programa Mulheres Mil alcança seus objetivos e as mudanças que foram efetivadas nas condições de vida das beneficiadas, a partir das ações implementadas.

5. O prazo da participação nesta pesquisa deverá ter a duração de 2 encontros. No primeiro encontro individualizado, as mulheres terão conhecimento do objetivo da pesquisa e de como ela será operacionalizada. Dessa forma, será explicado que se trata de uma pesquisa sobre políticas públicas voltadas para mulheres em vulnerabilidade social e que para tanto

será necessário conhecer a história de vida de mulheres que foram contempladas pelo Programa Mulheres Mil. Será feita a identificação da pesquisadora e ressaltada a importância da participação das mulheres para realização do estudo e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As narrativas podem seguir sem intervenção para que as mulheres possam organizar suas falas de acordo com o que acreditam ser mais importante relatar de sua história de vida. Consideradas as particularidades de cada entrevistada estimamos uma média de duas horas de gravação para duração do relato que será gravado, transcrito e lido para mulheres em um segundo encontro para esclarecer possíveis dúvidas e alinhar com os interesses dessa pesquisa. Ao final dos encontros as mulheres poderão escolher um nome fictício pois por questões éticas da pesquisa seus verdadeiros nomes não serão revelados.

6. Não haverá despesa alguma decorrente de sua participação nesta Pesquisa, podendo deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá nenhuma punição.

7. Não haverá nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela sua participação na pesquisa; no entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, será ressarcido.

8. Em caso de algum dano decorrente da sua participação nesta pesquisa, conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, será providenciada a assistência necessária e terá direito a buscar indenização.

9. O seu nome será mantido em sigilo, garantindo a privacidade, e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre os estudos dessa pesquisa, como também será informado das suas consequências, enfim, tudo o que anseie saber antes, durante e depois da sua participação.

10. As informações coletadas serão usadas, única e exclusivamente, para a finalidade desta pesquisa e os resultados serão publicados para fins acadêmicos.

11. Qualquer dúvida solicita-se a gentileza de entrar em contato com Evilma dos Santos Oliveira, telefone:(82) 996040825, e-mail: evilma.oliveira@ifal.edu.br e endereço: Rua João Ventura da Silva, 07, Zelia Barbosa Rocha, Arapiraca AL, CEP: 57305-821.

12. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa que é um colegiado (grupo de pessoas que se reúnem para discutir assuntos em benefício de toda uma população), interdisciplinar (que estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou áreas de conhecimento) e independente (mantém-se livre de qualquer influência), com dever público (relativo ao coletivo, a um país, estado ou cidade), criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade, dignidade e bem-estar. É responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas

envolvendo seres humanos. São consideradas pesquisas com seres humanos, aquelas que envolvam diretamente contato com indivíduo (realização de diagnóstico, entrevistas e acompanhamento clínico) ou aquelas que não envolvam contato, mas que manipulem informações dos seres humanos (prontuários, fichas clínicas, fichas de alunos ou informações de diagnósticos catalogadas em livros ou outros meios). Assim, se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante da pesquisa, você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos do Instituto Federal de Alagoas (CEPSH/Ifal), situado na Rua Dr. Odilon Vasconcelos, No. 103, 4o. Andar, Sala 404, Jatiúca - Maceió – AL, pelo Telefone: (82) 3194-1176 (das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta) ou pelo e-mail “eticaempesquisa@ifal.edu.br” (a qualquer momento).

Eu, _____
_____ declaro ter sido informado e concordo em permitir a
minha participação, em caráter voluntário, do projeto de pesquisa “Deixe-as falar: uma
análise das narrativas de histórias de vida como possibilidade de diálogo sobre políticas
públicas”, sem que para isso eu tenha sido forçado ou obrigado.

_____, _____ de _____ de 20 _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Evilma dos Santos Oliveira
Pesquisador(a)

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos do Instituto Federal de Alagoas – CEP/SH/Ifal

Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4º Andar, Sala 404

Jatiúca - Maceió – AL. CEP.: 57035-660

Telefone: (82) 3194-1176 - E-mail: eticaempesquisa@ifal.edu.br

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DEIXE-AS FALAR: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE HISTÓRIAS DE VIDA COMO POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisador: EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57412822.5.0000.0195

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.697.994

Apresentação do Projeto

O presente estudo intitulado “Deixe-as falar: uma análise das narrativas de histórias de vida como possibilidade de diálogo sobre políticas públicas”, parte do interesse de discutir sobre as políticas públicas voltadas para mulheres no Brasil a partir das representações das beneficiárias do Programa Mulheres Mil, especificamente as egressas do Instituto Federal de Alagoas, no período de 2008 a 2019. Diante do objeto de estudo, a pesquisa centrou-se em uma abordagem qualitativa. A escolha se justifica pela necessidade de buscar caminhos e

instrumentos que atendam as expectativas da investigação, analisando as possíveis direções a serem seguidas como forma de pensar, planejar e estruturar os resultados obtidos durante o percurso. Entre os diversos enfoques qualitativos, o delineamento escolhido para essa pesquisa constitui-se na interlocução com os relatos de história de vida possibilitando assim, a interpretação da realidade vivida pelos participantes da pesquisa no meio social em que estão inseridos, retratando sua realidade de forma ampla.

Objetivo da Pesquisa

Objetivo Primário:

- Analisar as políticas públicas e programas governamentais no Brasil voltados para mulheres a partir da experiência do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Alagoas.

Objetivo Secundário:

- Identificar de forma sistemática e analítica as formulações de propostas dos movimentos de mulheres no campo de políticas públicas;
- Contextualizar os avanços e desafios dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres desde sua implementação no ano de 2004;
- Verificar as proposições do Programa Mulheres Mil enquanto política social de inclusão e de gênero; Abordar a percepção das egressas em relação ao Programa Mulheres Mil a partir da formação profissional e estímulo à educação formal nos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo do Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1763780.pdf	08/09/2022 15:00:24	EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	ACEITO
Cronograma	CARTA_RESPOSTA_08_de_setembro.docx	08/09/2022 14:59:46	EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	ACEITO
Outros	CARTA_RESPOSTA.odt	29/08/2022 13:19:16	EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	ACEITO
Cronograma	Cronograma_Comite_de_Etica.odt	29/08/2022 13:17:22	EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	
Projeto Detalhado	PROJETO_DE_PESQUISA.docx	29/08/2022 13:15:26	EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	ACEITO
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	27/06/2022 19:22:51	EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	ACEITO
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.docx	21/05/2022 14:23:41	EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	ACEITO
Outros	TERMO_DE_AUTORIZACAO.d	21/05/2022	EVILMA DOS	ACEITO

	ocx	14:23:20	SANTOS OLIVEIRA	
TCLE	Termo_de_Consentimento_Livre_e _Esclarecido.docx	21/05/2022 14:22:27	EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	ACEITO
Outros	CHECKLIST.pdf	29/03/2022 14:54:44	EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	ACEITO
Outros	Termo_de_Compromisso_de_Utili zacao_de_Dados.pdf	29/03/2022 14:39:43	EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	ACEITO
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_COMPROMISSO.p df	29/03/2022 14:36:06	EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	ACEITO
Declaração de concordância	Declaracao_de_Concordancia.pdf	29/03/2022 14:35:03	EVILMA DOS SANTOS OLIVEIRA	ACEITO

Situação do Parecer: APROVADO.

Necessita Apreciação da CONEP: Não

Maceió, 12 de Outubro de 2022

ANEXO C - RELATÓRIO DE PACTUAÇÃO MULHERES MIL 2014 – 2017

Execução Financeira PRONATEC

PACTUAÇÃO MULHERES MIL 2014.1 – EXECUÇÃO FINANCEIRA PRONATEC										
PACTUAÇÃO 2014 – 1º SEMESTRE										
Unidade de Ensino – U.E.	Município de Oferta	Nome da Unidade de Ensino Remota – U.E.R. no SISTEC	Curso	Eixo Tecnológico	CH	Vagas	Matriculas	Concluídas	Data de Início Sistec	Data de Término Sistec
Campus Maceió	Maceió	Instituto Federal de Alagoas - Campus Maceió	Auxiliar de Cozinha	Turismo, Hospitalidade e Lazer	200	35	34	25	07.04.2014	05.11.2014
			Auxiliar de Cozinha	Turismo, Hospitalidade e Lazer	200	35	34	17	07.04.2014	05.11.2014
			Operador de Beneficiamento de Pescado	Produção Alimentícia	220	35	35	18	07.04.2014	05.11.2014
			Revitalizador de Estruturas de Madeira	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	07.04.2014	30.10.2014
	Paripueira	Fazenda Maria Angá	Agricultor Orgânico	Recursos Naturais	200	35	27	27	17.03.2014	30.10.2014
			Caseiro	Infraestrutura	200	35	35	35	17.03.2014	04.11.2014
			Camareira em Meios de Hospedagem	Turismo, Hospitalidade e Lazer	220	35	34	34	17.03.2014	11.11.2014
			Artesão de Biojóias	Produção Cultural e Design	200	35	34	34	17.03.2014	29.10.2014
			Artesão de Biojóias	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	17.03.2014	29.10.2014
			Artesão de Cerâmica	Produção Cultural e Design	200	35	33	33	17.03.2014	31.10.2014
			Artesão em Bordado a mão	Produção Cultural e Design	200	35	29	29	17.03.2014	31.10.2014
			Viveirista de Plantas e Flores	Recursos Naturais	200	35	28	28	17.03.2014	04.11.2014
Campus Maragogi	Porto Calvo	Instituto Federal de Alagoas Campus Maragogi	Auxiliar de Costura	Produção Cultural e Design	200	35	35	33	05.05.2014	26.12.2014
			Auxiliar de Costura	Produção Cultural e Design	200	35	35	21	05.05.2014	30.12.2014
			Operador de Beneficiamento de Pescado	Produção Alimentícia	220	35	35	26	05.05.2014	30.12.2014
			Produtor de Mandioca	Recursos Naturais	200	35	35	21	05.05.2014	26.12.2014
Campus Murici	Murici	Instituto Federal de Alagoas Campus Avançado Murici	Artesão de Biojóias	Produção Cultural e Design	200	35	35	34	10.03.2014	18.12.2014
			Artesão de Biojóias	Produção Cultural e Design	200	35	35	33	10.03.2014	18.12.2014
			Manejador de Florestas Nativas para Uso Múltiplo	Recursos Naturais	200	35	35	33	10.03.2014	18.12.2014
			Vendedor	Gestão e Negócios	200	35	35	35	10.03.2014	18.12.2014
	Palmeira dos Índios	Instituto Federal de Alagoas Campus Palmeira dos Índios	Cuidador Infantil	Ambiente e Saúde	200	35	35	29	17.03.2014	07.11.2014
			Auxiliar de Confeitaria	Produção Alimentícia	200	35	34	34	06.03.2014	30.12.2014

Execução Financeira PRONATEC

Unidade de Ensino – U.E.	Município de Oferta	Nome da Unidade de Ensino Remota – U.E.R. no SISTEC	Curso	Eixo Tecnológico	CH	Vagas	Matriculas	Concluídas	Data de Início Sistec	Data de Término Sistec
Campus Palmeira dos Índios	Palmeira dos Índios	Complexo Educacional Agostiniano	Auxiliar de Cozinha	Turismo, Hospitalidade e Lazer	200	35	35	35	06.03.2014	30.12.2014
			Salgadeira	Turismo, Hospitalidade e Lazer	200	35	35	35	06.03.2014	30.12.2014
Campus Piranhas	Piranhas	Instituto Federal de Alagoas Campus Piranhas	Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	06.03.2014	30.12.2014
			Auxiliar de Costura	Produção Cultural e Design	200	70	67	67	06.03.2014	30.12.2014
			Auxiliar de Costura	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	10.03.2014	19.12.2014
			Auxiliar de Costura	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	10.03.2014	19.12.2014
Campus Santana do Ipanema	Maravilha	Escola Municipal de Educação Básica Sagrada Família	Operador de Beneficiamento de Pescado	Produção Alimentícia	220	35	35	35	10.03.2014	18.11.2014
			Operador de Beneficiamento de Pescado	Produção Alimentícia	220	35	35	33	17.03.2014	18.11.2014
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	10.03.2014	28.11.2014
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	33	10.03.2014	28.11.2014
Campus Satuba	Coqueiro Seco	Instituto Federal de Alagoas Campus Satuba	Auxiliar de Costura	Produção Cultural e Design	200	35	34	20	10.03.2014	28.11.2014
			Auxiliar de Costura	Produção Cultural e Design	200	35	34	20	10.03.2014	28.11.2014
			Artesão de Bijóias	Produção Cultural e Design	200	35	30	30	05.05.2014	28.11.2014
			Artesão em Bordado a mão	Produção Cultural e Design	200	35	33	33	05.05.2014	28.11.2014
Campus Satuba	Coqueiro Seco	Instituto Federal de Alagoas Campus Satuba	Auxiliar de Cozinha	Turismo, Hospitalidade e Lazer	200	35	35	35	05.05.2014	30.11.2014
			Operador de Beneficiamento de Pescado	Produção Alimentícia	220	35	33	33	05.05.2014	28.11.2014
PACTUAÇÃO MULHERES MIL 2014.2 – EXECUÇÃO FINANCEIRA PRONATEC										
PACTUAÇÃO 2014 – 2º SEMESTRE										
Unidade de Ensino – U.E.	Município de Oferta	Nome da Unidade de Ensino Remota – U.E.R. no SISTEC	Curso	Eixo Tecnológico	CH	Vagas	Matriculas	Concluídas	Data de Início Sistec	Data de Término Sistec
Campus Arapiraca	Arapiraca	UR – Centro de Capacitação Municipal de Arapiraca	Cuidador Infantil	Ambiente e Saúde	200	35	31	31	23.06.2015	17.12.2015
			Salgadeira	Turismo, Hospitalidade e Lazer	200	35	32	32	22.06.2015	17.02.2016
			Confeccionador de Bijuterias	Produção Cultural e Design	200	70	61	61	22.06.2015	24.02.2016
Campus Coruripe	Coruripe	UR – Centro Pronatec	Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	23.06.2015	17.03.2016

Página 2

Execução Financeira PRONATEC

Unidade de Ensino – U.E.	Município de Oferta	Nome da Unidade de Ensino Remota – U.E.R. no SISTEC	Curso	Eixo Tecnológico	CH	Vagas	Matriculas	Concluídas	Data de Início Sistec	Data de Término Sistec
Campus Coruripe	Coruripe	Coruripe	Artesão de Bijóias	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	23.06.2015	25.02.2016
Campus Maceió	Maceió	UR – Rosalvo Lobo	Auxiliar Administrativo	Gestão e Negócios	200	35	35	22	22.06.2015	04.03.2016
			Auxiliar de Recursos Humanos	Gestão e Negócios	200	35	35	31	22.06.2015	04.03.2016
			Operador de Supermercados	Gestão e Negócios	220	70	70	48	22.06.2015	30.03.2016
	Maceió	UR – Vereador Aivaldo Amêlio	Reciclador	Ambiente e Saúde	220	35	34	24	30.06.2015	25.02.2016
			Pintor de Obras Imobiliárias	Infraestrutura	220	70	68	46	30.06.2015	09.03.2016
			Artesão em Bordado a mão	Produção Cultural e Design	200	35	35	31	30.06.2015	17.02.2016
Campus Murici	Branquinha	Unidade Branquinha	Cartonageiro à Mão	Produção Cultural e Design	220	70	70	70	02.07.2015	10.04.2016
			Marcheteiro	Produção Cultural e Design	200	70	70	70	01.07.2015	10.04.2016
Campus Palmeira dos Índios	Estrela de Alagoas	UR – Escola Nossa Senhora do Amparo	Artesão em Bordado a mão	Produção Cultural e Design	200	70	68	68	22.06.2015	25.02.2016
			Masseiro	Produção Alimentícia	200	35	35	35	22.06.2015	25.02.2016
	Igaci	UR – Escola Novo Rio	Masseiro	Produção Alimentícia	200	70	64	64	06.07.2015	30.03.2016
Campus Santana do Ipanema	Poço das Trincheiras	UR - Povoado Quandú Chácara São Caetano	Produtor de Iogurte	Produção Alimentícia	220	70	65	65	06.07.2015	08.03.2016
			Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	220	70	63	63	28.09.2015	10.04.2016
	Santana do Ipanema	UR - EE Professor Mileno da Silva II	Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	70	56	56	28.09.2015	24.02.2016
			Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	220	105	105	105	22.06.2015	10.04.2016
	Santana do Ipanema	UR - EE Professor Mileno da Silva I	Confeccionador de Bolsas em Tecido	Produção Industrial	200	35	35	35	25.06.2015	22.03.2016
			Salgadeira	Turismo, Hospitalidade e Lazer	200	35	35	35	01.07.2015	28.03.2016
Campus Viçosa	Capela	UR - PET - Povoado Santa Efigênia	Masseiro	Produção Alimentícia	200	35	35	35	01.07.2015	28.03.2016
			Artesão em Bordado a mão	Produção Cultural e Design	200	70	70	70	30.06.2015	10.03.2016
Campus Viçosa	Capela	UR - Escola Estadual Torquato Cabral	Preparador de doces e conservas	Produção Alimentícia	220	70	67	67	25.06.2015	24.03.2016
			Cartonageiro a mão	Produção Cultural e Design	220	70	69	68	25.06.2015	10.04.2016
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	70	70	69	25.06.2015	14.03.2016
Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	220	70	70	70	25.06.2015	10.04.2016			

Página 3

Execução Financeira PRONATEC

Unidade de Ensino – U.E.	Município de Oferta	Nome da Unidade de Ensino Remota – U.E.R. no SISTEC	Curso	Eixo Tecnológico	CH	Vagas	Matriculas	Concluídas	Data de Início Sistec	Data de Término Sistec
	Viçosa	Campus Viçosa	Artesão em Bordado a mão	Produção Cultural e Design	200	70	70	70	22.06.2015	03.02.2016
			Confeccionador de Bijuterias	Produção Cultural e Design	200	70	69	69	22.06.2015	18.02.2016
PACTUAÇÃO MULHERES MIL 2015.2 – EXECUÇÃO FINANCEIRA PRONATEC										
PACTUAÇÃO 2015.2										
	Arapiraca	UR – Povoado Baixa da Onça	Artesão em Bordado a mão	Produção Cultural e Design	200	20	20	18	26.10.2015	30.03.2016
			Confeccionador de Bijuterias	Produção Cultural e Design	200	20	20	20	26.10.2015	28.03.2016
	Batalha	UR – Polo Agroalimentar de Batalha	Masseiro	Produção Alimentícia	200	40	40	40	08.10.2015	31.03.2016
	Major Izidoro	UR – Centro de Treinamento Municipal	Artesão em Bordado a mão	Produção Cultural e Design	200	20	20	20	08.10.2015	15.02.2016
			Produtor de Derivados do Leite	Produção Alimentícia	200	20	20	20	08.10.2015	15.02.2016
			Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	220	20	20	20	08.10.2015	15.02.2016
	Coruripe	Instituto Federal de Alagoas - Campus Coruripe	Artesão de Cerâmica	Produção Cultural e Design	200	20	20	20	26.10.2015	21.03.2016
			Confeccionador de Lingerie e Moda Praia	Produção Industrial	200	20	20	20	26.10.2015	28.03.2016
			Confeccionador de Bolsas em Tecido	Produção Industrial	200	20	20	20	26.10.2015	09.03.2016
	Maceió	UR – Adefal	Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	20	20	14	08.10.2015	25.02.2016
			Confeccionador de Bijuterias	Produção Cultural e Design	200	20	20	17	08.10.2015	19.02.2016
			Confeiteiro	Produção Alimentícia	220	20	20	19	09.11.2015	31.05.2016
	Estrela de Alagoas	UR – Escola Nossa Senhora do Amparo	Artesão de Cerâmica	Produção Cultural e Design	200	20	20	16	09.11.2015	31.05.2016
			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	20	20	18	09.11.2015	31.05.2016
	Igreja Nova	UR – Igreja Nova	Operador de Beneficiamento de Pescado	Produção Alimentícia	220	20	20	20	26.10.2015	08.03.2016
PACTUAÇÃO MULHERES MIL 2016.2 – EXECUÇÃO FINANCEIRA PRONATEC										
PACTUAÇÃO 2016										
	Limoeiro de Anadia	MMil Limoeiro de Anadia - Escola de Educação Básica Benedito Galdino da Silva	Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	33	31.10.2016	28.07.2017
			Masseiro	Produção Alimentícia	200	35	35	32	31.10.2016	17.07.2017
			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	23	31.10.2016	30.06.2017

Execução Financeira PRONATEC

			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	29	31.10.2016	18.07.2017
Campus Batalha	Batalha	MMil UR 01 – Batalha	Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	30	31.10.2016	30.06.2017
			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	29	31.10.2016	07.07.2017
			Produtor de Derivados do Leite	Produção Alimentícia	200	35	35	30	31.10.2016	07.07.2017
			Produtor de Derivados do Leite	Produção Alimentícia	200	35	35	31	31.10.2016	07.07.2017
Campus Coruripe	Jequiá da Praia	MMil Jequiá da Praia - Telecentro / Sesi	Artesão de Bijóias	Produção Cultural e Design	200	35	35	34	31.10.2016	30.06.2017
			Confeccionador de Lingerie e Moda Praia	Produção Industrial	200	35	35	27	31.10.2016	21.07.2017
			Operador de Beneficiamento de Pescado	Produção Alimentícia	220	35	35	32	31.10.2016	04.08.2017
			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	31	31.10.2016	04.08.2017
Campus Maceió	Maceió	MMil Maceió – FAD (Fundação Alagoana de Diversidade)	Agente Comunitário de Saúde	Ambiente e Saúde	400	33	32	21	31.10.2016	26.07.2017
			Endemias	Ambiente e Saúde	240	33	32	20	31.10.2016	19.05.2017
			Higienista de Serviços de Saúde	Ambiente e Saúde	240	33	28	19	31.10.2016	26.05.2017
			Recepcionista em Serviços de Saúde	Ambiente e Saúde	240	33	31	19	31.10.2016	22.05.2017
	Maceió	Campus Avançado Benedito Bentes	Agente de Alimentação Escolar	Desenvolvimento Educacional e e Social	200	35	35	29	31.10.2016	19.05.2017
			Camareira em Meios de Hospedagem	Turismo, Hospitalidade e Lazer	220	35	35	25	31.10.2016	30.05.2017
			Cuidador de Idoso	Ambiente e Saúde	200	35	35	32	31.10.2016	19.05.2017
			Cuidador Infantil	Ambiente e Saúde	200	35	35	28	31.10.2016	19.05.2017
	Maceió	MMil Maceió - ASTTAL	Cumim	Turismo, Hospitalidade e Lazer	200	35	35	27	31.10.2016	19.05.2017
			Pintor de Obras Imobiliárias	Infraestrutura	200	35	35	28	31.10.2016	19.05.2017
			Confeccionador de Lingerie e Moda Praia	Produção Industrial	200	35	35	17	31.10.2016	27.07.2017
			Marisqueiro	Recursos Naturais	200	35	35	31	31.10.2016	28.07.2017
			Marisqueiro	Recursos Naturais	200	35	35	28	31.10.2016	27.07.2017
			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	21	31.10.2016	03.08.2017
			Agente de Alimentação Escolar	Desenvolvimento Educacional e e Social	200	35	35	27	31.10.2016	30.06.2017
			Conductor de Turismo em Espaços Culturais Locais	Turismo, Hospitalidade e Lazer	220	35	35	30	31.10.2016	30.06.2017
Paripueira	MMil Paripueira - Secretaria Municipal de Assistência Social de Paripueira	Pintor de Obras Imobiliárias	Infraestrutura	200	35	35	27	31.10.2016	30.06.2017	
		Tecelão	Produção Industrial	200	35	35	27	31.10.2016	30.06.2017	
		Artesão em Bordado à Mão	Produção Cultural e Design	200	35	35	25	31.10.2016	20.07.2017	
		Costureiro industrial ou Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	220	35	35	29	31.10.2016	20.07.2017	
Campus Maragogi	Porto Calvo	MMil Porto Calvo - Escola Municipal De Ensino Fundamental José	Artesão em Bordado à Mão	Produção Cultural e Design	200	35	35	25	31.10.2016	20.07.2017
			Costureiro industrial ou Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	220	35	35	27	31.10.2016	17.07.2017

Execução Financeira PRONATEC

		Pimentel Prado	Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	28	31.10.2016	08.08.2017	
Campus Murici	Murici	MMIL UR 01 – Branquinha / Flexeiras	Cartonageiro à Mão	Produção Cultural e Design	220	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017	
			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	34	31.10.2016	30.06.2017	
			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017	
	São Luis do Quitunde	MMil São Luis do Quitunde - CRAS / Escola Municipal Doutor Severino Maranhão	Tecelão	Produção Industrial	200	35	35	32	31.10.2016	30.05.2017	
			Confeccionador de Bijuterias	Produção Cultural e Design	200	35	35	30	31.10.2016	30.06.2017	
			Confeiteiro	Produção Alimentícia	220	35	35	29	31.10.2016	17.07.2017	
Campus Palmeira dos Índios	Belém	MMil Belém - Creche Casulo Sebastiana Ferreira da Costa	Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	34	31.10.2016	30.06.2017	
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	26	31.10.2016	14.07.2017	
			Confeiteiro	Produção Alimentícia	220	35	35	30	31.10.2016	30.06.2017	
			Confeiteiro	Produção Alimentícia	220	35	35	28	31.10.2016	30.06.2017	
Campus Rio Largo	Rio Largo	MMil Rio Largo – Escola Estadual Francisco Leão	Masseiro	Produção Alimentícia	200	35	35	33	31.10.2016	23.05.2017	
			Agente de Alimentação Escolar	Desenvolvimento Educacional e e Social	200	35	35	34	31.10.2016	30.06.2017	
			Camareira em Meios de Hospedagem	Turismo, Hospitalidade e Lazer	220	35	35	28	31.10.2016	31.05.2017	
			Confeccionador de Bijuterias	Produção Cultural e Design	200	35	35	31	31.10.2016	30.06.2017	
			Cuidador de Idoso	Ambiente e Saúde	200	35	35	28	31.10.2016	16.05.2017	
Campus Santana do Ipanema	Cacimbinhas	MMil Cacimbinhas - Colégio Municipal Liceu Cacimbinhense	Cuidador Infantil	Ambiente e Saúde	200	35	35	26	31.10.2016	30.06.2017	
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	23	31.10.2016	31.07.2017	
			Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	220	35	35	23	31.10.2016	15.08.2017	
			Masseiro	Produção Alimentícia	200	35	35	28	31.10.2016	30.06.2017	
	Dois Riachos	MMil Dois Riachos – Escola Estadual Cônego José Bulhões	Tecelão	Produção Industrial	200	35	35	23	31.10.2016	15.08.2017	
			Agente de Alimentação Escolar	Desenvolvimento Educacional e e Social	200	35	35	32	31.10.2016	30.06.2017	
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	30	31.10.2016	04.08.2017	
			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	26	31.10.2016	11.07.2017	
	Maravilha	Unidade Remota Maravilha	Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	21	31.10.2016	13.07.2017	
			Agente de Alimentação Escolar	Desenvolvimento Educacional e e Social	200	35	35	28	31.10.2016	30.06.2017	
Artesão em Bordado à Mão			Produção Cultural e Design	200	35	35	33	31.10.2016	31.07.2017		
Artesão em Bordado à Mão			Produção Cultural e Design	200	35	35	23	31.10.2016	31.07.2017		
			Cartonageiro à Mão	Produção Cultural e Design	220	35	35	25	31.10.2016	30.06.2017	

Execução Financeira PRONATEC

Campus São Miguel dos Campos	Poço das Trincheiras	MMil Poço das Trincheiras - Comunidade Quilombola Alto do Tamandua / Antiga Biblioteca / CRAS	Artesão em Bordado à Mão	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	31.10.2016	14.07.2017	
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	31.10.2016	14.07.2017	
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	31.10.2016	14.07.2017	
	Campus São Miguel dos Campos	São Miguel dos Campos	MMil São Miguel dos Campos – Escola Municipal Visconde de Sinimbu	Masseiro	Produção Alimentícia	200	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017
				Correccionador de Lingerie e Moda Praia	Produção Industrial	200	35	35	23	31.10.2016	10.08.2017
				Confeiteiro	Produção Alimentícia	220	35	35	32	31.10.2016	31.05.2017
				Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	220	35	35	26	31.10.2016	10.08.2017
				Cuidador de Idoso	Ambiente e Saúde	200	35	35	28	31.10.2016	30.06.2017
				Artesão de Biojóias	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	31.10.2016	31.05.2017
		Anadia	MMil Anadia - Escola Municipal Professor José Medeiros	Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017
				Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	34	33	31.10.2016	30.06.2017
				Salgadeira	Turismo, Hospitalidade e Lazer	200	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017
Correccionador de Lingerie e Moda Praia				Produção Industrial	200	35	35	20	31.10.2016	10.08.2017	
Costureiro Industrial do Vestuário				Produção Industrial	220	35	35	28	31.10.2016	09.08.2017	
Costureiro Industrial do Vestuário				Produção Industrial	220	35	35	25	31.10.2016	16.08.2017	
Campo Alegre	MMil Campo Alegre - Escola Municipal Vereador João Rogério	Salgadeira	Turismo, Hospitalidade e Lazer	200	35	35	31	31.10.2016	30.06.2017		
		Confeccionador de Bijuterias	Produção Cultural e Design	200	35	35	33	31.10.2016	30.06.2017		
		Confeiteiro	Produção Alimentícia	220	35	35	30	31.10.2016	30.06.2017		
		Confeiteiro	Produção Alimentícia	220	35	35	33	31.10.2016	30.06.2017		
		Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	220	35	35	33	31.10.2016	02.08.2017		
		Salgadeira	Turismo, Hospitalidade e Lazer	200	35	35	31	31.10.2016	30.06.2017		
Teotônio Vilela	MMil Teotônio Vilela - Centro Técnico Profissionalizante Municipal Aluzio Vasconcelos Souza	Agente de Alimentação Escolar	Desenvolvimento Educacional e Social	200	35	35	35	31.10.2016	26.05.2017		
		Cartonageiro à Mão	Produção Cultural e Design	220	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017		
		Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	33	33	31.10.2016	30.06.2017		
		Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	34	34	31.10.2016	30.06.2017		
		Agente de Alimentação Escolar	Desenvolvimento Educacional e Social	200	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017		
		Agricultor Orgânico	Recursos Naturais	200	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017		
Campus Satuba	Satuba	MMil Satuba – Campus Satuba	Artesão em Bordado à Mão	Produção Cultural e Design	200	35	35	29	31.10.2016	02.08.2017	
			Confeccionador de Bolsas em Tecido	Produção Industrial	200	35	35	28	31.10.2016	27.07.2017	
			Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	220	35	35	26	31.10.2016	15.08.2017	
			Agente de Alimentação Escolar	Desenvolvimento Educacional e Social	200	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017	
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	35	31.10.2016	25.07.2017	
			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017	
Campus Viçosa	Cajueiro	MMil Cajueiro – Escola João Teixeira Costa	Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	28	31.10.2016	02.08.2017	
			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017	
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	28	31.10.2016	02.08.2017	
			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017	
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	28	31.10.2016	02.08.2017	
			Preparador de Doces e Conservas	Produção Alimentícia	220	35	35	35	31.10.2016	30.06.2017	

Página 7

Execução Financeira PRONATEC

Mar Vermelho	MMil Mar Vermelho – Escola Municipal José Bernardo Vieira	Artesão em Bordado à Mão	Produção Cultural e Design	200	35	35	29	31.10.2016	02.08.2017	
		Confeccionador de Bolsas em Tecido	Produção Industrial	200	35	35	28	31.10.2016	27.07.2017	
		Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	220	35	35	26	31.10.2016	15.08.2017	
PACTUAÇÃO MULHERES MIL 2017.2 – EXECUÇÃO FINANCEIRA PRONATEC										
PACTUAÇÃO EJA – FIC – EAD SET 2017										
Unidade de Ensino – U.E.	Município de Oferta	Nome da Unidade de Ensino Remota – U.E.R. no SISTEC	Curso	Eixo Tecnológico	CH	Vagas	Matriculas	Matriculadas	Data de Início Sistec	Data de Término Sistec
Campus Arapiraca	Arapiraca	MMIL UR 01 – Arapiraca	Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	240	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
			Marcheteiro	Produção Cultural e Design	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
			Maquiador	Ambiente e Saúde	192	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
	Junqueiro	MMIL UR 02 – Arapiraca / Junqueiro	Cartonageiro à Mão	Produção Cultural e Design	240	25	25	25	11.01.2018	31.07.2018
			Confeccionador de Bijuterias	Produção Cultural e Design	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
			Confeccionador de Bolsas em Tecido	Produção Industrial	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
	Taquarana	MMIL UR 05 – Junqueiro / Taquarana	Confeiteiro	Produção Alimentícia	240	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
			Masseiro	Produção Alimentícia	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
		MMIL UR 06 – Taquarana	Artesão em Bordado à Mão	Produção Cultural e Design	192	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
			Confeccionador de Lingerie e Moda Praia	Produção Industrial	192	25	25	25	08.01.2018	31.07.2018
			Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	240	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
Campus Batalha	Batalha	MMIL UR 01 – Batalha	Mecânico de Máquinas de Costura	Controle e Processos Industriais	240	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
			Tecelão	Produção Industrial	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
			Confeccionador de Bijuterias	Produção Cultural e Design	192	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
Campus Maceió	Maceió (ONG Pró-Vida)	MMIL UR 01 – ONG Pró-Vida / Comunidade Coca-Cola	Depiladora	Ambiente e Saúde	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
			Maquiador	Ambiente e Saúde	192	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
			Massagista	Ambiente e Saúde	288	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
	Maceió	MMIL UR 01 – ONG Pró-Vida / Comunidade Coca-Cola	Cuidador de Idoso	Ambiente e Saúde	192	30	30	30	29.12.2017	31.07.2018
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	192	35	34	34	29.12.2017	31.07.2018
			Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	200	35	35	28	31.10.2016	02.08.2017

Página 8

Execução Financeira PRONATEC

	(Comunidade Coca-Cola)	MMIL UR 02 – Comunidade Coca-Cola	Camareira em Meios de Hospedagem	Turismo, Hospitalidade e Lazer	240	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018
			Cumim	Turismo, Hospitalidade e Lazer	216	30	30	30	29.12.2017	31.07.2018
			Cartonageiro à Mão	Produção Cultural e Design	240	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018
Campus Maragogi	Novo Lino	MMIL UR 01 – Novo Lino / Porto de Pedras	Confeccionador de Bijuterias	Produção Cultural e Design	192	35	35	35	15.01.2018	31.07.2018
			Pintor de Obras Imobiliárias	Infraestrutura	216	35	35	35	15.01.2018	31.07.2018
		MMIL UR 02 – Novo Lino / Porto de Pedras	Agricultor Familiar	Recursos Naturais	240	35	35	35	15.01.2018	31.07.2018
			Maquiador	Ambiente e Saúde	192	35	35	35	15.01.2018	31.07.2018
	Porto de Pedras	MMIL UR 01 – Novo Lino / Porto de Pedras	Tecelão	Produção Industrial	192	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
			Agente de Alimentação Escolar	Desenvolvimento Educacional e Social	192	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
		MMIL UR 02 – Novo Lino / Porto de Pedras	Agricultor Orgânico	Recursos Naturais	192	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
			Auxiliar de Cozinha	Turismo, Hospitalidade e Lazer	264	25	25	25	08.01.2018	31.07.2018
Campus Marechal Deodoro	Marechal Deodoro	MMIL UR 01 – Marechal Deodoro	Camareira em Meios de Hospedagem	Turismo, Hospitalidade e Lazer	240	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
			Marisqueira	Recursos Naturais	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
Campus Murici	Branquinha	MMIL UR 01 – Branquinha / Flexeiras	Agente de Alimentação Escolar	Desenvolvimento Educacional e Social	192	25	25	25	09.01.2018	31.07.2018
			Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	240	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
		MMIL UR 02 – Branquinha / Flexeiras	Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	192	25	25	25	08.01.2018	31.07.2018
			Tecelão	Produção Industrial	192	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018
	Flexeiras	MMIL UR 01 – Branquinha / Flexeiras	Agricultor Orgânico	Recursos Naturais	192	25	25	25	08.01.2018	31.07.2018
			Artesão de Bordado à Mão	Produção Cultural e Design	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
		MMIL UR 02 – Branquinha / Flexeiras	Produtor de Derivados do Leite	Produção Alimentícia	192	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
			Cartonageiro à Mão	Produção Cultural e Design	240	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
Campus Palmeira dos Índios	Palmeira dos Índios	MMIL UR 01 – Palmeira dos Índios	Confeccionador de Bijuterias	Produção Cultural e Design	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
			Confeccionador de Lingerie e Moda Praia	Produção Industrial	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
			Confeiteiro	Produção Alimentícia	240	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
			Masseiro	Produção Alimentícia	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
			Artesão de Bordado à Mão	Produção Cultural e Design	192	25	25	25	09.01.2018	31.07.2018
Campus Piranhas	Piranhas	MMIL UR 01 – Piranhas	Camareira em Meios de Hospedagem	Turismo, Hospitalidade e Lazer	240	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
			Cartonageiro à Mão	Produção Cultural e Design	240	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
			Operador de Beneficiamento de Pescado	Produção Alimentícia	240	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
			Artesão de Bordado à Mão	Produção Cultural e Design	192	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018

Execução Financeira PRONATEC

Campus Santana do Ipanema	Inhapi	MMIL UR 01 – Inhapi	Cartoneiro à Mão	Produção Cultural e Design	240	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
		MMIL UR 02 – Inhapi	Confeccionador de Bijuterias	Produção Cultural e Design	192	35	35	35	09.01.2018	31.07.2018
	Major Izidoro	MMIL UR 03 – Major Izidoro / São José da Tapera	Masseiro	Produção Alimentícia	192	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018
		MMIL UR 04 – Major Izidoro / Santana do Ipanema	Tecelão	Produção Industrial	192	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018
		MMIL UR 05 – Major Izidoro / Santana do Ipanema	Mecânico de Máquinas de Costura	Controle e Processos Industriais	240	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018
		MMIL UR 06 – Santana do Ipanema	Artesão de Pintura em Tecido	Produção Cultural e Design	192	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018
	Santana do Ipanema	MMIL UR 07 – Santana do Ipanema	Maquiador	Ambiente e Saúde	192	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018
		MMIL UR 08 – Santana do Ipanema	Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	240	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018
		MMIL UR 09 – Santana do Ipanema	Pintor de Obras Imobiliárias	Infraestrutura	216	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018
	São José da Tapera	MMIL UR 10 – Major Izidoro / São José da Tapera	Vendedor	Gestão e Negócios	192	30	30	30	29.12.2017	31.07.2018
		MMIL UR 11 – Major Izidoro / São José da Tapera	Horticultor Orgânico	Recursos Naturais	192	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
		MMIL UR 12 – Major Izidoro / São José da Tapera	Agricultor Orgânico	Recursos Naturais	192	25	25	25	08.01.2018	31.07.2018
		MMIL UR 13 – Major Izidoro / São José da Tapera	Reciclador	Ambiente e Saúde	240	35	35	35	08.01.2018	31.07.2018
	Campus São Miguel dos Campos	Campo Alegre	MMIL UR 01 – Campo Alegre / São Miguel dos Campos	Produtor de Licores	Produção Alimentícia	240	30	30	30	29.12.2017
MMIL UR 02 – Campo Alegre / São Miguel dos Campos			Confeiteiro	Produção Alimentícia	240	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018
São Miguel dos Campos		MMIL UR 03 – Campo Alegre / São Miguel dos Campos	Confeccionador de Lingerie e Moda Praia	Produção Industrial	192	25	25	25	29.12.2017	31.07.2018
		MMIL UR 04 – Campo Alegre / São Miguel dos Campos	Costureiro Industrial do Vestuário	Produção Industrial	240	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018
		MMIL UR 05 – Campo Alegre / São Miguel dos Campos	Confeccionador de Bolsas em Tecido	Produção Industrial	192	35	35	35	29.12.2017	31.07.2018

ANEXO D - LISTA DAS 20 PROPOSTAS MAIS VOTADAS DE ACORDO COM O PROFA. DRA. ADRIANA DE LIMA MENDONÇA RELATÓRIO DA PLATAFORMA BRASIL PARTICIPATIVO.

	Proposta	Descrição	Votos	Sugestão de análise
1	Proibição de Banheiros "Unisex" e "Por Gênero" em Escolas, Instituições de Ensino, Universidades e Espaços Públicos de Grande Circulação de Pessoas.	<ul style="list-style-type: none"> - Precisamos proteger nossas meninas e mulheres em locais íntimos. - Se a instituição quiser ter um banheiro unisex, que seja um terceiro banheiro, e não o banheiro feminino. - Não é possível permitir que homens invadam os espaços femininos. A segurança e privacidade das meninas e mulheres precisa ser garantida. - Atenção a regras de banheiros com ênfase em gênero, pois gênero não é parâmetro claro e objetivo para definir os sujeitos. Apenas o parâmetro sexo é. 	1349	
2	Capacitação de profissionais e acesso a tratamentos com hormônios bioidênticos e não-hormonais em mulheres no climatério e menopausa na UBS	A capacitação de profissionais da UBS para diagnóstico e tratamento do climatério e menopausa se faz necessária, uma vez que a literatura médica aponta para diversos prejuízos na saúde da mulher nesta fase associados a sintomas climatéricos, alteração de saúde mental, cardiovascular, metabólica e óssea. Os tratamentos não-hormonal e hormonal com bioidênticos, que mostram maior eficácia e segurança nos estudos publicados, devem ser acessíveis a todas as mulheres com indicação.	1064	
3	Pelo bem viver das mulheres	Construir creches noturnas, para que as mulheres, sobretudo as que são chefes de família, terem onde deixar seus filhos em segurança para trabalhar sem a preocupação de deixar com terceiros.	843	
4	Aposentadoria das mulheres	Que as idades para aposentadoria das mulheres fossem a idade menor para contribuição. E que as empresas fossem orientadas a contratar pessoas idosas se não estivessem aposentadas .	810	

5	<p>Políticas públicas para empregabilidade das mães. Revogação da LAP. Combate à violência contra mães e crianças. Renda básica para mães e crianças.</p>	<p>Precisamos de mais políticas públicas voltadas para a maternidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - incentivo a (re)integração de mães ao mercado de trabalho - atestado de acompanhante para mães de crianças doentes - revogação da Lei de Alienação Parental - ampliação e adaptação dos atuais serviços de proteção imediata para mulheres e mães vítimas de violência, incluindo as crianças - cota para mães em concursos, editais, cargos públicos e em empresas - remuneração para as mães que amamentam - escola em tempo integral 	676	
6	<p>Saúde Mental Materna Importa</p>	<p>O Governo Federal deverá estruturar iniciativas voltadas para a saúde mental materna, em especial no período da gestação e do puerpério, considerando inclusive os riscos para o desenvolvimento das nossas crianças. Os índices de adoecimento e de Suicídio nesse período são alarmantes! Temos que assistir as mães com apoio , tornando obrigatório o pré-natal psicológico e monitoramento dos riscos associados. Temos que dar visibilidade a essa grave questão de saúde no país.</p>	546	
7	<p>Política de Cuidados</p>	<p>Criação da Política Nacional de Cuidados com oferta de creches pública e gratuita, educação em tempo integral, cozinhas e lavanderias comunitárias, restaurantes populares, centros dia e outros espaços de socialização dos cuidados de pessoas dependentes.</p>	522	
8	<p>Política Nacional de Cuidado e Apoio à Maternidade e a Primeira Infância</p>	<p>Mulheres representam 51,1% da população brasileira, no entanto, os indicadores sociais apontam que as oportunidades se restringem por falta de apoio à maternidade e cuidados com a primeira infância. Essa proposta visa criar uma ampla política de ações para oferta de creche e outros cuidados à primeira infância; criação de programa de saúde física e mental de mães, programa de inserção no mercado de trabalho; oferecer acesso à cultura e aos benefícios sociais e garantir o</p>	417	

		direito à amamentação.		
9	Projeto "Direto para Elas"	Assistência financeira emergencial para mulheres que sofrem violência doméstica, com recursos do governo já existentes. Na continuidade, o apoio econômico para atividades rurais e artesanais femininas, para mulheres que sofrem e sofreram violência doméstica, com recursos híbridos, privados e incentivos fiscais do governo nos seus três pilares, Governo Federal, Estadual e Municipal. Sendo assim, colaborando para autônoma financeira e liberdade de escolha para as mulheres vítimas de violência	241	
10	Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	Criar um programa com ações de prevenção da violência contra a mulher, em parceria com movimentos sociais e populares. (Proposta feita pela Central de Movimentos Populares - CMP)	204	
11	Violência contra a mulher	Ampliação das casas das mulheres nos municípios usando como critérios de seleção os índices de violência	192	
12	Mulher: Viver Sem Violência, proporcionando Autonomia Econômica e Participação Política.	A Secretaria de Estado da Mulher do Estado do Maranhão apresenta essas propostas com intuito de buscar todas as formas de enfrentamento de violência contra as mulheres, baseadas em gênero, classe, raça e etnia, em toda a sua diversidade, por meio da articulação, monitoramento e autonomia econômica baseada na qualificação para inserção do mercado de trabalho, cursos técnicos e profissionalizantes. Bolsas para órfãos do feminicídio e garantia de programas de renda para as mães solo.	136	
13	Criação da Casa Abrigo no Vale do Aço/MG	Falta na região do Vale do Aço local para acolhimento das mulheres - e de seus dependentes - vítimas de violência doméstica e familiar. Ante a ausência do espaço, as mulheres que se encontram em situação de violência na região ficam sujeitas à situação de vulnerabilidade, sem realmente conseguirem se libertar das violências que sofrem. Diante dessa realidade, a criação de uma "Casa Abrigo" possibilitaria o acolhimento e,	107	

		conseqüentemente, a efetivação dos mecanismos de proteção às mulheres.		
14	Minha casa Minha Vida para Mulheres Cis e Trans/Travestis em Situação de Violência Doméstica	<p>* Elaboração de plano estratégico federal e de planos estaduais e municipais para garantir moradia segura para mulheres cisgênero e transgênero/travestis violentadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar critérios de priorização com participação dos movimentos sociais e com base em indicadores sociais. • Criar sistema de informação, monitoramento e avaliação do financiamento de casas e da qualidade de vida das mulheres beneficiadas. • Garantir no Plano Plurianual (PPA)/Lei Orçamentária Anual (LOA) repasse orçamentário. 	106	
15	Observatório Nacional dos Femicídios no Brasil	O Observatório do Femicídio no Brasil terá entre seus objetivos o de promover a sistematização, análise e colocar à disposição da administração pública, do sistema de justiça e da sociedade civil, indicadores estratégicos dos casos de feminicídio, lesbocídio e transfeminicídio, com recorte racial, com o objetivo de contribuir para a formulação e execução de políticas de prevenção dessa violência feminicida que mata mulheres todos os dias, no Brasil (Levante Feminista Contra o Femicídio)	86	
16	Garantir espaço acolhedor e sigiloso para vítimas de violência doméstica	Muitas mulheres não denunciam casos de violência doméstica, pois mesmo com medida protetiva, o agressor consegue ir atrás da vítima e, além disso, muitas são dependentes financeiramente. Existem abrigos através dos CREAS, mas é necessário que o serviço se expanda dentro dos serviços de segurança pública e que, além de casas de acolhimento e sob sigilo de endereço, exista um programa de incentivo e auxílio para que elas possam ingressar no mercado de trabalho, como tb assistência para seus filhos[77	

17	Saneamento básico para as mulheres do Brasil	<p>Criar um programa de água potável, para ampliar a cobertura de água tratada, para as mulheres das áreas rurais e comunidades especiais (quilombolas, ribeirinhas, assentadas, extrativistas, indígenas) principalmente as que vivem nas regiões norte e nordeste . As mulheres são impactadas diretamente, e, essa invisibilidade, afeta sua vida, seu lar, sua dignidade, a saúde, a economia, Saneamento é direito fundamental, não podemos permitir esse secular descaso social com elas . Girlene Chucre...</p>	64	
18	Reconstruindo Sonhos: quando a violência termina, a vida recomeça.	<p>Sabemos que uma das formas mais eficazes de combate à violência é através de investimentos na autonomia econômica das mulheres. Reconstruindo sonhos é um proposta que visa oferecer uma escola de formação para mulheres nos municípios, para que dessa forma elas consigam romper com o ciclo de violência. Através de cursos profissionalizantes e incentivo às mulheres a serem inseridas no mercado de trabalho.</p>	62	
19	Casa da Mulher Camponesa - acolhimento à vítimas de violência	<p>Criação, em territórios camponeses, de espaços de acolhida a mulheres e seus dependentes vítimas de violência. As Casas devem se constituir como espaços seguros e de suporte físico e emocional, proporcionando também atividades de caráter formativo e profissional que permitam o desenvolvimento de suas habilidades, projetando condições seguras, também do ponto de vista material, para a retomada de suas atividades cotidianas fora destes espaços.</p>	60	
20	Construir Casas da Mulher Brasileira Regionalizadas	<p>A Casa da Mulher Brasileira é referência no enfrentamento à violência contra a mulher. É preciso construir Casas nas regionais e garantir recursos de manutenção para descentralizar os serviços e assim alcançar todas as mulheres vítimas de violência doméstica, familiar e de gênero, e assim evitar feminicídios.</p>	55	